

PROJETO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
- PPP -

2023 - 2027

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -  
IFSP

**Câmpus Cubatão**

# **Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão - 2023-2027**

**ARTARXERXES TIAGO TÁCITO MODESTO**

Diretor-Geral

**MICHELLI ANALY DE LIMA ROSA**

Presidente da Comissão PPP

Cubatão, agosto de 2023.

## **Comissão Local do Projeto Político-Pedagógico (PPP)**

Michelli Analy de Lima Rosa  
Jamielli Tomaz Pereira  
Matilde Perez Quinteiros  
Roberta Silva Antunes  
Valeria Luiza Pereira Fedrizzi  
Elisangela Maria de Souza  
Luana Alexandre Duarte  
Beatriz Prado Menegon  
Gabriel Dinis Viana  
Rhuan Manoel Mulero dos Santos  
Leandro Fabrício Campelo  
Gisela de Barros Alves Moura  
Maurina Passos Goulart Oliveira da Silva

### **Colaboradores:**

#### **Professores**

Elian João Agnoletto

#### **Discentes**

Amanda Trindade de Santana Elisiário

Maria Julia Cavalcanti Cerqueira Leite

#### **Técnicos-administrativos**

Etiene Siqueira Rocha

Maria das Neves Farias Dantas Bergamaschi

Marcilene Maria Enes Ribeiro

## **Agradecimentos**

A todos os Servidores do Câmpus Cubatão pela participação efetiva na colaboração Político Pedagógico (PPP 2023- 2027) e a comunidade externa que enviou sugestões e considerações para inclusão no projeto.

## **Epígrafe**

*“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. A educação necessita tanto de formação técnica e científica como de sonhos e utopias”*

Paulo Freire

## **Sumário**

Apresentação

Justificativa

### **Capítulo 1- Dos objetivos e princípios (ATUALIZADO)**

1.1- Histórico do IFSP

1.2- Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

1.3- Princípios norteadores

### **Capítulo 2- Caracterização do câmpus (ATUALIZADO)**

2.1- O câmpus na cidade

2.2- Estrutura Física

2.3- Equipe escolar

### **Capítulo 3- Pressupostos Pedagógicos do câmpus (ATUALIZADO)**

3.1- Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social

3.2- Gestão Democrática

3.3- Ensino

3.4- Pesquisa

3.5- Extensão

### **Capítulo 4- Estrutura e organização dos cursos (ATUALIZADO)**

4.1- Técnico Integrado

4.2- Técnico Concomitante/Subsequente

4.3- Cursos Graduação

4.4- Cursos de Pós-graduação

4.5- Formação Inicial e Continuada

### **Capítulo 5- Políticas e ações institucionais**

5.1 – Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem

5.2 – Ações de apoio ao estudante

5.3 – Atuação dos núcleos

5.4 – Atuação dos órgãos colegiados

5.5 – Ações de Extensão

5.6 – Ações de Pesquisa e Inovação

5.7 – Ações pós-pandemia

### **Capítulo 6- Diagnóstico da situação atual**

6.1- Levantamento/identificação

6.2- Definição de prioridades

6.3- Estratégia de ações

6.4- Cronograma de ações

### **Capítulo 7- Avaliação do Projeto Político-Pedagógico**

7.1- Processo de construção do PPP

7.2- Avaliação do PPP

## **Capítulo 1 – Dos objetivos e finalidades (ATUALIZADO)**

### **1.1-Histórico do IFSP**

No decorrer de sua trajetória centenária, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, criada por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Ao todo, foram instaladas dezenove escolas, uma em cada capital dos Estados da República, incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito.

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época.

No ano de 1937 o ensino no Brasil passou por uma estruturação administrativa e funcional, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, e as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Outra mudança trazida pela Lei nº 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões: ensino primário, ensino industrial, ensino comercial, ensino doméstico, ensino secundário, ensino superior, ensino extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, quando o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Cabia a esse ramo de ensino, de grau secundário, formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, o ensino industrial tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. Vale sublinhar que o Decreto-Lei nº 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino e estabelecia o ingresso em escolas superiores diretamente relacionadas ao curso técnico concluído.

Também em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem. Em relação às primeiras, foram criadas onze escolas, incluindo-se a Escola Técnica de São Paulo, com o objetivo de oferecer cursos técnicos e cursos pedagógicos. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias,

mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições (PDI 2019-2023/IFSP, p.38).

Em 1965, a Escola Técnica de São Paulo passou a se chamar Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), incluindo pela primeira vez a expressão federal na sua denominação e tornando clara sua vinculação direta à União. Essa alteração, trazida pela Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal (PDI 2019-2023/IFSP, p. 41).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamentou o ensino de 1º e 2º graus. No que diz respeito à Escola Técnica Federal de São Paulo, a LDB de 1971 possibilitou a formação de técnicos em cursos integrados ao ensino médio, completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula.

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o Instituto Federal de São Paulo (Reitoria e Câmpus São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido de forma direta por professores, servidores administrativos e estudantes. No ano seguinte, foi implantada a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) de São Paulo na cidade de Cubatão. A segunda UNED começou a funcionar em 1996 na cidade paulista de Sertãozinho.

Em 1994, a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho, e assim voltou a ser permitido que a educação profissional técnica fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

No mesmo ano, os CEFETs foram autorizados a oferecer cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, por meio do Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004. Ainda em seu período de existência foram implantadas Unidades Descentralizadas de Ensino do CEFET-SP em mais sete cidades do estado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A presente norma, que institui no âmbito do sistema federal de ensino a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais, em um total de 38 unidades, definidos como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas

diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Art. 2º da Lei nº 11.892/2008).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o IFSP, antigo CEFET-SP, oferece cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio, quanto na forma concomitante ou subsequente; cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão. Investe, também, no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em que busca proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular. Atualmente, fazem parte do IFSP 37 câmpus distribuídos pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

O Instituto Federal de São Paulo, historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Nesse sentido, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

O objetivo central do IFSP é agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais têm como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade, por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país e 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma educação crítica e reflexiva (PACHECO, 2011).

## **1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades. Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus

reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da sua lei de criação (Art. 1º, parágrafo único da Lei nº 11.892/2008), que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (Art. 6, incisos VII e VIII) e os equiparou às universidades federais (Art. 2º, §1º). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do Artigo 207 da Constituição Federal se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas instituições.

Assim, temos o desafio de conduzir a prática acadêmica no interior do IFSP sob o princípio constitucional desta indissociabilidade, para tanto, é importante definir os conceitos de ensino, pesquisa e extensão a serem adotados.

O Ensino é compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDEREGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A Pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, sendo assim uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a escola e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva quando a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e à sua capacidade científica e tecnológica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de ser protagonista da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que devem ser apropriados pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a extensão, a pesquisa e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tem como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida material, social e cultural das pessoas.

Tendo em vista que as instituições que atuam com ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000). Nesse sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar, aproximando os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da instituição.

Os Institutos Federais, guiando seu projeto político-pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociadas, deverão conduzir a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, unindo teoria e prática e permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

### **1.3 - Princípios norteadores**

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), documentos norteadores das ações e concepções do Instituto Federal de São Paulo, destacamos alguns dos nossos princípios norteadores.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI 2019-2023/IFSP, p. 175). A instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão por meio do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual que se encontra envolvido com este processo. A proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus estudantes deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confunde necessariamente com uma aplicação imediata - e o engajamento político - por meio do desenvolvimento da consciência crítica.

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

Uma formação profissional técnica e tecnológica de qualidade só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos por meio de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforço para derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. (BRASIL, 2010. p 10).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, RAMOS e CIAVATTA, 2005) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa. Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

A educação profissional e tecnológica é concebida como uma política pública por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho.

A escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando dessa forma sua visão de mundo.

Os Institutos Federais, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, podem protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o, como afirma Pacheco (2011, p.8):

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando.

O indivíduo é reconhecido, assim, como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos estudantes (FREIRE, 1992). Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando no

apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber. A indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho, etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica (BRASIL, 2010).

Vale destacar que a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar de forma efetiva, para

a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada para o mundo do trabalho. Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas, que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

As práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade. A partir do princípio da autonomia e da gestão democrática, que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação.

No processo de ensino, reconhece-se a importância de se priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer para a sala de aula os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os estudantes possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. A pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude. Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na

forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re)construção de conhecimentos.

Integrando a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Dessa forma, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

## **Capítulo 2. Caracterização do Campus (ATUALIZADO)**

### **2.1 O campus na cidade**

Com a intenção de atender à comunidade de Cubatão, cidade com localização estratégica (cerca de 70 km de São Paulo e 15 km do Porto de Santos, maior Porto da América Latina), a qual possui um dos maiores parques industriais da América do Sul, a Unidade de Ensino Descentralizada de Cubatão da Escola Técnica Federal de São Paulo (Uned-Cubatão) foi inaugurada em abril de 1987.

A autorização de funcionamento da Uned-Cubatão veio por meio da Portaria Ministerial n.º 158, de 12 de março de 1987, sendo a escola instalada em prédio provisório, cedido pela Prefeitura de Cubatão. Foi a primeira Uned do Brasil criada fora de uma capital federal. A Uned-Cubatão iniciou suas atividades oferecendo cursos técnicos de nível médio nas habilitações de Eletrônica, Processamento de Dados e Informática Industrial.

O prédio próprio da Uned teve as obras iniciadas em 1997 e foi entregue à comunidade em janeiro de 2001 com 7 mil m<sup>2</sup> de área construída em um terreno de mais 25700 m<sup>2</sup>, com toda a infraestrutura necessária para abrigar os cursos técnicos tradicionais e os novos cursos criados para atender a uma demanda específica da comunidade, como é o caso do curso de Turismo, de Matemática e os técnicos integrados ao ensino médio, dispondo de salas-ambiente, laboratórios e equipamentos suficientes e adequados, adquiridos com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), por meio de projeto elaborado para esse fim.

A Escola Técnica Federal de São Paulo passou à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-SP) a partir do Decreto Presidencial de 18 de janeiro de 1999. Em 2007, o governo federal lançou a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, com o objetivo de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Assim, em conformidade com a Lei n.º 11.982, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET-SP se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), sendo que a Uned-Cubatão passou à condição de Campus Cubatão.

Atualmente, oferece aos estudantes, principalmente àqueles da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), os seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (Informática Básica/Nível Médio) e os Cursos Superiores de Tecnologias em Automação Industrial e em Análise e Desenvolvimento de

Sistemas, além de Licenciatura em Letras e em Matemática e Bacharelado em Turismo e Engenharia de Controle e Automação.

Desde 2012, o IFSP investiu amplamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de bolsas discentes aos projetos dos servidores, o que refletiu nas ações do Campus Cubatão, contribuiu para a formação acadêmica dos estudantes e estreitou os laços com a comunidade.

Os eixos tecnológicos aos quais o Campus Cubatão aderiu são Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação e Turismo, Hospitalidade e Lazer. No eixo Controle e Processos Industriais, o campus a oferta os cursos Técnico em Automação Industrial, Tecnologia em Automação Industrial e Engenharia de Controle e Automação. No eixo Informação e Comunicação estão os cursos Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos Qualificação Profissional – Informática Básica e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Os cursos Técnico em Eventos integrado ao Ensino Médio e Bacharelado em Turismo compõem o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Além disso, para cumprir os balizadores da Lei 11.892/2008, o Campus Cubatão oferece as Licenciaturas em Matemática e Letras-Português.

Cubatão era conhecida como um local de passagem, onde jesuítas, comerciantes, tropeiros e autoridades do reino tomavam fôlego para atingir o Planalto. A industrialização da cidade começou com as indústrias pioneiras no setor agrícola, na primeira metade do século XX, com Costa Moniz, em 1912, Companhia de Anilinas e Produtos Químicos, em 1916. Já na década de 1920, surgiram as obras da Usina da Light e da Companhia Santista de Papel. Após 1940, com a construção da Via Anchieta, o desenvolvimento industrial da região começou a crescer. No governo do Presidente Juscelino Kubitschek, novos empreendimentos foram construídos como a implantação da Refinaria Presidente Bernardes, inaugurada em 1955, e da Companhia Siderúrgica Paulista, em 1959, e a formação do primeiro Polo Petroquímico brasileiro, com a instalação de quatro grandes indústrias transnacionais: Union Carbide, Companhia Brasileira de Estireno, Alba e Copebrás. Na década de 1960, a cidade tinha dezoito grandes indústrias, sendo uma refinaria, uma siderúrgica, sete de fertilizantes e nove de produtos químicos.

Entre 1955 e 1975, diversas indústrias se instalaram em Cubatão, em grande parte, pela proximidade do Porto de Santos, caminho “natural” para as exportações. Atualmente, Cubatão conta com vinte e cinco empresas de grande porte, próximas ao Porto de Santos,

e ao sistema rodoviário Anchieta-Imigrantes. O parque industrial cubatense conta com um polo petroquímico, bem como indústrias de adubos, fertilizantes, rações, papel, siderurgia e tintas.

Compõe o maior Polo Industrial da América Latina, sob a jurisdição da Diretoria Regional do CIESP, criada em 1971, visando atender as empresas localizadas em Cubatão. E dezoito das atuais vinte e cinco indústrias são responsáveis pela formação do Polo, e foram implantadas no período de 1955 a 1975, sendo que duas dessas indústrias, Ultrafertil e Cosipa, possuíam terminais portuários, que facilitavam no recebimento de matérias-primas e no embarque de seus produtos.

Conforme dados disponibilizados pela Seade, no ano de 2019, o setor industrial de Cubatão representou 51,2% da distribuição do PIB municipal, seguido do setor de serviços com 35,4%. Juntamente com Santos e Guarujá, Cubatão concentra boa parte dos empregos da RMBS.

Historicamente, Cubatão sempre teve um papel de destaque no cenário da RMBS, no Estado de São Paulo e no Brasil, considerando a sua posição geográfica em relação aos demais municípios da Baixada Santista e também à proximidade com São Paulo, faz com que a demanda de mercado seja muito promissora.

Em 2014, foi elaborado o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (PMDE-BS) a fim de fomentar o crescimento da região entre 2014 e 2030 nos eixos de Mobilidade e Acessos, Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Econômico. O PMDE-BS indica que 96,8% dos investimentos previstos para serem implementados até 2030 estão localizados no entorno do Polo Industrial de Cubatão e do Porto de Santos, e ainda, direciona que a qualificação da mão de obra é essencial para que o desenvolvimento seja consolidado.

#### **Dados legais – Nome, Endereço, Aspectos Legais**

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Cubatão
Sigla: IFSP – Câmpus Cubatão
CNPJ: 10.882.594/0003-27
Natureza: Autarquia Federal
Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

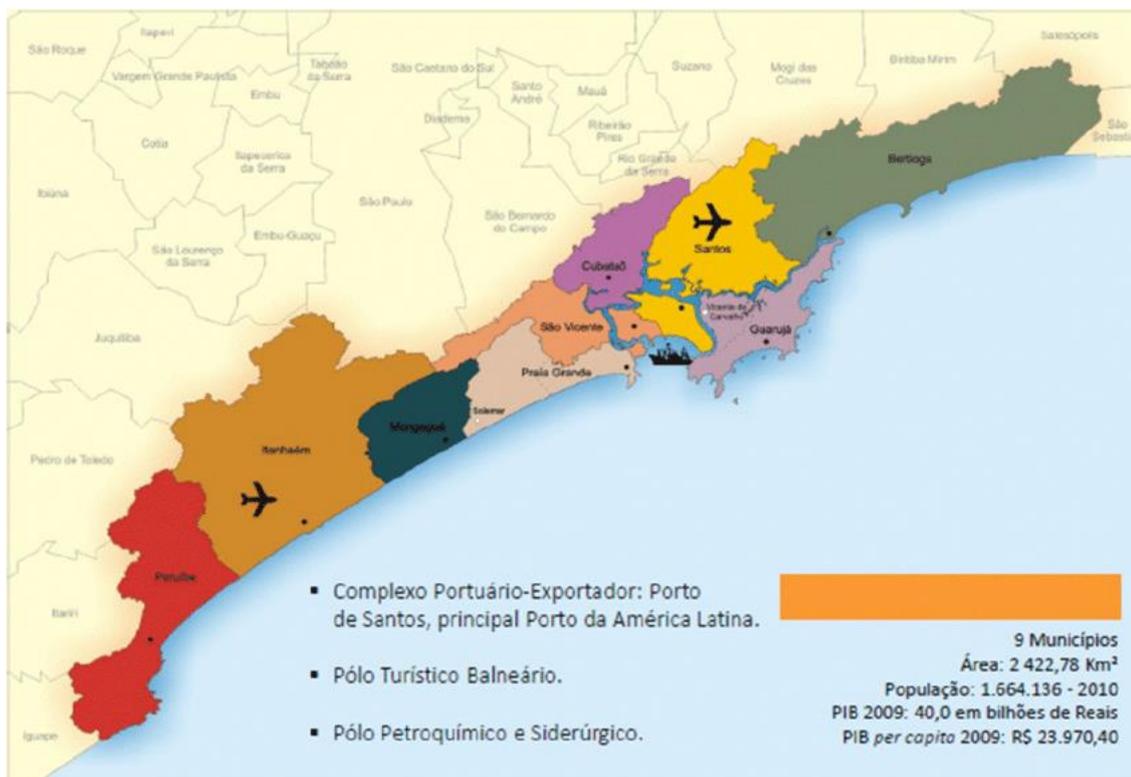
Endereço: Rua Maria Cristina, nº 50 – Jardim Casqueiro – Cubatão – São Paulo
CEP: 11533-160
Telefone: (13) 3346-5300
Dados SIAFI: UG 158332
Página institucional na internet: <a href="https://cbt.ifsp.edu.br">https://cbt.ifsp.edu.br</a>
INEP: 35923542
Endereço eletrônico: <a href="mailto:drg.cbt@ifsp.edu.br">drg.cbt@ifsp.edu.br</a>
Gestão: 26439
Autorização de funcionamento: Portaria de criação do Câmpus: nº 158 de 12/03/1987

## 2.1 O Ambiente Geográfico

O município de Cubatão situa-se na planície litorânea do estado de São Paulo, entre a escarpa da Serra do Mar (ao Norte) e a região estuária de Santos (ao Sul), na denominada Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), criada mediante Lei Complementar Estadual nº 815, em 30 de julho de 1996, que apresenta uma área de 2.428,74 km<sup>2</sup> (Fundação Seade, 2021) e que engloba, além de Cubatão, os municípios de Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

A região destaca-se no cenário da política econômico-brasileira em função do polo industrial estratégico e próximo ao Porto de Santos, onde se transportam milhões de toneladas de produtos de diversas regiões do Brasil, movimentando a economia local, brasileira e internacional. Além disso, projeta-se no cenário turístico através de seu terminal marítimo.

A Baixada Santista, denominada Região Metropolitana da Baixada Santista foi criada mediante Lei Complementar Estadual no 815, em 30 de julho de 1996, tornando-se a primeira região metropolitana brasileira sem status de capital estadual. Estende-se sobre municípios pertencentes tanto à Mesorregião de Santos (sobrepota à Microrregião de Santos) quanto à Mesorregião do Litoral Sul Paulista (mais precisamente, à Microrregião de Itanhaém). Todos os municípios da Região Metropolitana integram o litoral de São Paulo, conforme descrito no Mapa 1, a seguir:



De acordo com a estimativa realizada pelo IBGE em 2021, a população da RMBS é de 1.897.551 habitantes, sendo considerada a 17ª região metropolitana mais populosa do Brasil e a quinta do estado. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) da RMBS apresentou um aumento de 6% no acumulado de 12 meses (Fundação Seade), sendo uma das cinco regiões do estado de São Paulo que tiveram crescimento do PIB acima da média.

Já a população de Cubatão é de 132.521 habitantes (estimativa IBGE, 2021), sendo que o município apresenta baixa densidade populacional, uma vez que seu território de pouco mais de 142 km (IBGE, 2021) distribui-se, em sua maior parte, em unidades de conservação, as quais permanecem não ocupadas.

A Escola está situada no bairro do Jardim Casqueiro, município de Cubatão. A seguir, apresenta-se a configuração da RMBS com os nove municípios que a compõem por área territorial e número de habitantes:

	Área Territorial (Km <sup>2</sup> )	Habitantes (estimativa 2021)
Bertioga	491,546	66.154
Cubatão	142,879	132.521
Guarujá	144,794	324.977
Itanhaém	601,711	104.351
Mongaguá	141,865	58.567
Praia Grande	143,205	287.567

Peruíbe	326,216	69.697
Santos	281,033	433.991
São Vicente	148.100	370.839

Fonte: IBGE (2021). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

## O Ambiente Econômico

Segundo ainda dados do IBGE de 2018, o PIB da região divide-se da seguinte forma:

	PIB (R\$ x1000)	PIB per capita (R\$)	Salário Médio Mensal
Bertioga	1.690.596,24	27.384,29	2,80
Cubatão	13.183.238,55	101.597,09	4,20
Guarujá	8.599.008,83	27.031,81	3,00
Itanhaém	1.885.630,93	18.763,24	2,30
Mongaguá	1.035.580,56	18.581,77	2,30
Peruíbe	1.522.403,73	22.538,10	2,20
Praia Grande	7.041.818,49	19,205	2,50
Santos	22.476.976,43	51.915,03	3,20
São Vicente	5.450.049,30	15.006,76	2,40

Fonte: IBGE (2021). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Embora o PIB acumulado da região seja considerável, em 62.885.303,06 bilhões de reais, o salário mensal pago aos trabalhadores da região só é mais alto em três localidades: Cubatão, Santos e Guarujá. De onde podemos admitir que o nosso estudante é oriundo de famílias de classe média de baixa renda.

## O Ambiente Educacional

Atualmente, Cubatão apresenta 100 unidades de ensino (IBGE, 2021)<sup>9</sup>, distribuídas nas redes municipal, estadual, federal e privada e incluindo todos os níveis de escolaridade. Dessas unidades educacionais, 13 são escolas de ensino médio e apenas duas oferecem Ensino Técnico Integrado ao Médio - o Campus Cubatão e a Escola Técnica Estadual de Cubatão - ETEC de Cubatão.

O site do IBGE ainda apresenta os seguintes dados com relação ao número de matrículas na educação da Baixada:

	Ensino Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Bertioga	1855	8855	2770
Cubatão	3174	16425	5.372
Guarujá	7.883	41.375	13.710
Itanhaém	3.016	14.571	4.714
Mongaguá	1.628	8.144	2.590
Peruíbe	2.038	10.325	3.172
Praia Grande	7.828	41.263	11.405
Santos	8.490	43.163	14.441

São Vicente	8.114	45.816	11.616
Totais	44.026	229.937	69.790

Fonte: IBGE (2018).

Município da Baixada Santista	IDEB ANOS FINAIS (2019)	
Bertioga		5,00
Cubatão		5,20
Guarujá		5,20
Itanhaém		5,30
Mongaguá		5,10
Peruíbe		4,90
Praia Grande	5,40	
Santos		5,30
São Vicente		4,90

Quando se considera a Educação Técnica e Tecnológica, o Campus assume papel de destaque no Município de Cubatão e na RMBS, principalmente, no que se refere aos cursos que visam ao desenvolvimento dos arranjos econômicos locais.

### **Perfil de Público Atendido**

Atualmente o campus Cubatão conta com 1390 estudantes matriculados, sendo 645 (46,4%) na educação básica e 745 (53,6%) na educação superior. Desse grupo, 618 são do sexo feminino e 772 do sexo masculino. Segundo suas etnias, os estudantes estão divididos em amarelos (17), brancos (650), indígenas (4) pardos (538) e pretos (147), sendo que 34 alunos não se autodeclararam.

Outro dado relevante é em relação às cidades de origem desses alunos, que estão assim representados: Bertioga (2), Cubatão (485), Guarujá (49), Itanhaém (13), Mongaguá (14), Peruíbe (5), Praia Grande (259), Santos (190), São Vicente (290) e outras localidades (83). Esses números demonstram a importância do IFSP – Campus Cubatão para a região da Baixada Santista. Mesmo tendo Cubatão com o maior número de estudantes, os quantitativos de Santos, São Vicente e Praia Grande também são bastante relevantes.

Em relação à renda, dos 1390 alunos, 230 não fizeram essa declaração, mas 1160 declararam. A partir dos dados recolhidos, a média obtida da renda per capita foi de 1,02 salário-mínimo.

## **2.2 Estrutura Física**

O espaço físico do Campus Cubatão conta com 19 salas de aula todas são equipadas com quadro branco, ventiladores, cortinas e ar condicionado. Há banheiros e bebedouros

no final de cada um dos corredores de todos os pavimentos, 23 laboratórios, sendo seis multidisciplinares e um laboratório de pesquisa e inovação LabMax, biblioteca, cantina, auditório, salas multimídia, salas de apoio ao ensino, salas administrativas, sala dos professores e de apoio aos docentes, sala da Atlética e sala do Grêmio estudantil, além da sala do NAPNE, espaço RACNEGÊ, sala da psicóloga, sala de atendimento educacional especializado, Restaurante Estudantil e estacionamento para os veículos oficiais. Ocupando um terreno de 25 mil m<sup>2</sup>.

A Infraestrutura é adequada e está recebendo implementações em reformas e novas construções nas áreas pedagógica e administrativa, para assim elevar, ainda mais a qualidade do ensino, com ampliação do espaço útil da biblioteca, áreas de pesquisas, áreas de Educação, banheiros - respeitando as normas técnicas de acessibilidade NBR 9050. Considerando os espaços educativos segue definição deles:

**Sala de Arte:** Esta sala destina-se aos trabalhos práticos de arte, com o objetivo de levar os alunos a reconhecer os vários estilos e conhecer a história da arte. Compõe-se de mesas de trabalho e forno para trabalho de queima de argila, bem como, materiais para desenvolvimento de várias técnicas ligadas à arte.

**Laboratórios de Biologia, Química e Física:** Os laboratórios serão utilizados sempre que preciso para complementar ou diversificar as formas de desenvolver o aprendizado. Assim poderão vivenciar experiências relativas à área de Ciências da Natureza.

**Laboratórios de Informática:** A escola possui cinco laboratórios de Informática à disposição dos alunos de vários cursos. O aluno poderá realizar projetos e participar das aulas práticas com a orientação dos professores.

**Auditório:** O auditório do campus Cubatão apresenta uma área climatizada de 100m<sup>2</sup> com 100 assentos para a apresentação de palestras, minicursos e aulas expositivas. Para tanto, apresenta computador, TV, DVD, caixa de som com tripé girafa e microfone.

**Mini Auditório:** Os dois mini auditórios do campus Cubatão apresentam uma área climatizada com 35 assentos cada para a apresentação de palestras, minicursos e aulas expositivas. Para tanto, apresenta computador e TV.

**Biblioteca:** A biblioteca da instituição tem instalações adequadas, possuindo um acervo variado e atualizado. Em 2023 foram realizadas novas adequações no seu espaço interno, com áreas de estudos individuais para os alunos. Além do acervo, conta, também, com

recursos audiovisuais: projetores multimídias, máquinas fotográficas digitais e câmeras de vídeos digitais.

Complexo poliesportivo: O campus está sendo reestruturado na área desportiva, com a reforma das quadras atuais e a conclusão da construção do um ginásio. Com isso o complexo é formado por duas quadras descobertas e um ginásio poliesportivo (com arquibancadas, mezanino e vestiários).

Refeitório: A Instituição conta com um refeitório para alunos e outro para servidores equipado com mesas, geladeiras e micro-ondas.

Acessibilidade: No Campus Cubatão, o acesso aos pavimentos 1 e 2 dá-se por meio de duas escadas, com corrimão, e uma rampa própria para o acesso de cadeirantes e pessoas com de necessidades especiais de locomoção.

Conta-se ainda com três escadas de incêndio, externas. Todas as salas de aulas e laboratórios, bem como as instalações administrativas e auditórios, permitem o acesso de cadeirantes e pessoas com deficiência. Há um banheiro unissex para pessoas com necessidades especiais no primeiro piso próximo a área administrativa do prédio. Além disso, há previsão também de espaços para cadeirantes em cada sala / laboratório / dependências do prédio e sinalização específica.

O Campus Cubatão conta com uma infraestrutura adaptada (rampas, pisos táteis, linhas guias, banheiro adaptado, além da previsão de aquisição de maca/cama hospitalar motorizada) para pessoas com mobilidade reduzida. Para alunos com deficiência visual o campus possui softwares em todos os computadores, com leitor Dox vox, além de diversos livros em Braille à disposição. O campus também adquiriu uma máquina Braille que está disponível para uso dos alunos.

- Auditório: 1, com 100 m<sup>2</sup>;
- Biblioteca: 1, com 200 m<sup>2</sup>;
- Laboratórios de Informática: seis, com 49 m<sup>2</sup> cada um;
- Laboratórios da área Industrial e Automação Comercial: 10, com 49 m<sup>2</sup> cada um;
- Laboratórios para outras disciplinas: 4, com 49 m<sup>2</sup> cada um;
- Salas de aula tradicionais: 19, com 49 m<sup>2</sup> cada uma;
- Sala de coordenação: 1, com 80 m<sup>2</sup> (para todas as áreas);

- Sala de professores: 1, com 109 m<sup>2</sup>;
- Sala para o NDE: 1, com 25 m<sup>2</sup>;
- Educação Física: 2 quadras poliesportivas e um ginásio.

Ainda, há a disponibilidade do uso de retroprojetores por parte dos docentes, de modo a auxiliá-los nas ações do processo de ensino-aprendizagem. Os retroprojetores são guardados em armários localizados na sala de convivência dos professores que podem solicitar a chave de acesso e retirar os equipamentos para utilizá-los em sala de aula. Com relação aos recursos de tecnologias da informação e comunicação, o campus dispõe de uma rede Wi-Fi, com amplo acesso à Internet. Tais recursos permitem o fácil acesso às ferramentas didáticas utilizadas nas atividades planejadas pelos docentes, sendo possível, por exemplo, usar o celular para acessar as fontes educacionais relacionadas ao assunto estudado ou fazer o download dos slides para acompanhamento da aula. Além do Wi-Fi, as salas de aula também possuem internet via cabo, que pode ser utilizada nos notebooks dos docentes.

## 2.3 Recursos Humanos

### 2.3.1 Corpo Docente

Em 2023, houve aumento no número de professores efetivos passando de 85 docentes em 2015 para 88 em 2023, conforme dados da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP).

Houve um aumento significativo no índice de doutores do ano de 2015 para 2023, passando de 16 doutores para 47 doutores. Nota-se um investimento na formação dos docentes do campus.

O número de professores substitutos no Campus Cubatão, em 2015, representava um universo de 12 docentes, já em 2023 são 14 docentes.

#### **Quadro VI - Relação Geral dos Servidores Professores do Câmpus Cubatão - 2023**

	<b>Tipo</b>	<b>Docente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Setor</b>
1	Efetivo	Adriana Rodrigues Mendonça	Especialização	LET
2	Efetivo	Alberto Luiz Ferreira	Mestrado	CSS
3	Efetivo	Alexandre Araujo Bezerra	Doutorado	CSA
4	Efetivo	Alexandre Maniçoba de Oliveira	Doutorado	ECA
5	Substituto	Allysson Ribeiro	Mestrado	LMA

6	Efetivo	Amauri Dias de Carvalho	Mestrado	CSA
7	Efetivo	Ana Elisa Sobral Caetano da Silva Ferreira	Doutorado	LET
8	Efetivo	Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko	Doutorado	CSA
9	Substituto	Andre Luiz dos Santos	Doutorado	LMA
10	Efetivo	Anna Karina Fontes Gomes	Doutorado	LMA
11	Efetivo	Antonio Cesar Lins Rodrigues	Doutorado	LMA
12	Efetivo	Aristides Faria Lopes dos Santos	Mestrado	CBAT
13	Efetivo	Arnaldo de Carvalho Junior	Doutorado	ECA
14	Efetivo	Artaxerxes Tiago Tácito Modesto <sup>1</sup>	Doutorado	DRG
15	Efetivo	Carlos Barreira da Silva Farinhas	Graduação	CSA
16	Efetivo	Carlos Jair Coletto	Mestrado	CSS
17	Efetivo	Caroline Alves Soler	Doutorado	LET
18	Efetivo	Charles Artur Santos de Oliveira	Doutorado	ECA
19	Efetivo	Cinthia Rolim de Albuquerque Meneguel	Doutorado	DRG
20	Efetivo	Claudia Cristina Soares de Carvalho	Doutorado	DEN
21	Substituto	Cristiane Nascimento Rodrigues	Mestrado	LET
22	Substituto	Daniela Cleusa de Jesus Carvalho	Especialização	LET
23	Efetivo	Daniele de Macedo Henrique	Doutorado	DGR
24	Efetivo	Daniella Georges Coulouris	Doutorado	CTII
25	Substituto	Debora de Moura Mello Antunes	Mestrado	CBAT
26	Efetivo	Edmilson Roberto Braga	Mestrado	CSA

27	Efetivo	Eduardo Henrique Gomes	Mestrado	CSS
28	Efetivo	Elaine Cristina de Araujo	Especialização	LET
29	Efetivo	Elcio Rodrigues Aranha	Mestrado	CTA
30	Efetivo	Elian João Agnoletto	Doutorado	CSA
31	Efetivo	Elifas Levi da Silva	Doutorado	LMA
32	Substituto	Elizabeth Magalhães de Oliveira	Mestrado	LMA
33	Substituto	Elke Fabiana Almeida Santos	Graduação	CSS
34	Efetivo	Enzo Bertazini	Doutorado	ECA

35	Efetivo	Fabiana de Lacerda Vilaço	Doutorado	LET
36	Substituto	Fabio Emmerich de Souza Mossini	Doutorado	CBAT
37	Efetivo	Ferdinando Callé	Especialização	CSA
38	Efetivo	Fernanda Aparecida dos Santos	Especialização	LMA
39	Efetivo	Fernando Dias de Oliveira	Mestrado	CTII
40	Efetivo	Fernando Ribeiro dos Santos	Doutorado	CSS
41	Efetivo	Filipe Bento Magalhães	Doutorado	CSA
42	Efetivo	Flavia Daylane Tavares de Luna	Doutorado	CSA
43	Efetivo	Glauber Renato Colnago	Doutorado	LMA
44	Efetivo	Humberto Hickel de Carvalho	Mestrado	CTA
45	Efetivo	Ivaldo Marques Batista	Mestrado	CSS
46	Efetivo	Jairo Barbosa Junior	Doutorado	CBAT
47	Efetivo	Jamielli Tomaz Pereira	Doutorado	LMA
48	Efetivo	José Rodrigues Mao Júnior	Doutorado	CTII
49	Efetivo	Julio Cesar Zandonadi	Doutorado	CTII
50	Efetivo	Karina Stefania Souza Lopes	Mestrado	CSA
51	Efetivo	Katya Laís Ferreira Patella Couto	Doutorado	LET
52	Efetivo	Khalil Salem Sugui	Doutorado	LET
53	Efetivo	Leandro Fabricio Campelo	Doutorado	DAPI
54	Efetivo	Leonardo Matheus Marion Jorge	Doutorado	CTE
55	Efetivo	Leticia Vieira Oliveira Giordano	Doutorado	DAC
56	Substituto	Lidiane dos Santos Dantas	Mestrado	CTA
57	Efetivo	Luana Mara Almeida Teixeira	Mestrado	LET
58	Efetivo	Lucas Kenjy Bazaglia Kuroda	Doutorado	LMA
59	Substituto	Luis Eduardo da Rocha Maia Fernandes	Doutorado	CTE
60	Efetivo	Luiz Henrique Kiehn	Mestrado	CSS
61	Efetivo	Manuel Filgueira Barral	Doutorado	CSA
62	Efetivo	Marcelo Augusto Miyahiro	Mestrado	CTII
63	Efetivo	Marcelo Eduardo Pereira	Mestrado	LMA
64	Efetivo	Marcelo Macchi da Silva	Mestrado	CTA
65	Efetivo	Marcelo Saraiva Coelho	Doutorado	ECA

66	Efetivo	Marciel Silva Santos	Mestrado	CTII
67	Efetivo	Marco Aurélio Pires Marques	Mestrado	CTI
68	Efetivo	Marcos Marinovic Doro	Doutorado	CSA
69	Efetivo	Marcos Salazar Francisco	Mestrado	CSA
70	Efetivo	Maria de Fatima das Neves Moreira	Mestrado	CTE
71	Efetivo	Maria Jeanna Sousa dos Santos Oliveira <sup>1</sup>	Mestrado	LMA
72	Efetivo	Marina Duarte Gomes Silva	Mestrado	CBAT
73	Efetivo	Marta Fernandes Garcia	Doutorado	LMA
74	Efetivo	Matilde Perez Quinteiros	Mestrado	NAPN E
75	Efetivo	Mauricio Neves Asenjo	Especialização	CSS
76	Substituto	Maximiliano Pimentel	Especialização	CSS
77	Efetivo	Natalia Salan Marpica	Doutorado	CTII
78	Efetivo	Nelson Nascimento Junior	Mestrado	CSS
79	Efetivo	Paulo Bueno Guerra	Mestrado	CTII
80	Efetivo	Paulo Jorge de Oliveira Carvalho	Doutorado	CBAT
81	Efetivo	Paulo Vitor de Souza Perri	Mestrado	LMA
82	Efetivo	Phelippe de Aguiar Lima	Mestrado	CTA
83	Efetivo	Rafael Stoppa Rocha	Mestrado	LET
84	Efetivo	Rebeca Previante Medina	Doutorado	CTII
85	Substituto	Renato Souza de Almeida	Mestrado	CTII
86	Efetivo	Rita de Cássia Demarchi	Doutorado	CTII
87	Efetivo	Roberta Silva Antunes	Mestrado	CTII
88	Substituto	Roberto Fabio Conway Baccarat	Especialização	CTA
89	Efetivo	Robson Nunes da Silva	Mestrado	CSS
90	Efetivo	Rosana Núbia Sorbille	Mestrado	CTII
91	Efetivo	Rubens Lacerda de Sa	Doutorado	LET
92	Efetivo	Sergio Arnaud Sampaio	Mestrado	CTII
93	Efetivo	Sergio Henrique Rocha Batista	Doutorado	LET
94	Efetivo	Solange Maria da Silva	Mestrado	CBAT

95	Efetivo	Sueli Maria Preda dos Santos Torres	Doutorado	CTII
96	Substituto	Thais Maria Yomoto Ferauche	Especialização	CSS
97	Efetivo	Thiago Rodrigues Schulze	Doutorado	CBAT
98	Efetivo	Thiago Silva Augusto da Fonseca	Mestrado	CTII
99	Efetivo	Ulisses Galvao Romao	Especialização	CSA
100	Efetivo	Valeria Luiza Pereira Fedrizzi	Doutorado	CBAT
101	Efetivo	Walter Augusto Varella	Doutorado	ECA
102	Efetivo	Wellington Santos Ramos	Doutorado	CTE
103	Efetivo	Wellington Tuler Moraes	Mestrado	CSS

**Fonte:** Coordenadoria de Gestão de Pessoas (2023)

<sup>1</sup> Professora em exercício provisório oriunda do ex-território do Amapá.

### 2.3.1 Corpo Técnico Administrativo

**Quadro VII – Técnico administrativo Campus Cubatão 2023**

Formação	Quantidade
Técnico de nível médio	01
Ensino médio Completo	05
Graduação	08
Especialização	32
Mestrado	13
Doutorado	05
Total	64

Pessoas (2023)

**Fonte:** Coordenadoria de Gestão de

**Quadro VIII – Relação Geral dos Servidores Técnicos Administrativos do Câmpus Cubatão – 2023**

	Servidor	Cargo	Formação	Setor
1	Alberto de Oliveira Lange	Técnico de laboratório - área informática	Técnico nível médio	DAC
2	Alcir de Oliveira	Vigilante	Graduação	DAD

3	Alexsander Sant Ana	Técnico de laboratório - área informática	Especialização	DAC
4	Aline Ramos de Lima	Administrador	Mestrado	CCF
5	Ana Claudia Oliveira de Almeida Nascimento	Auxiliar em administração	Graduação	DAD
6	Ana Elisa de Carvalho Montelo	Assistente em administração	Especialização	CAP
7	Andrezza Papini Alckmin de Souza Oliveira	Técnico em Educação Física	Mestrado	CAE
8	Barbara Andrade Lessa do Vale	Assistente em administração	Especialização	CCS
9	Bruno de Souza Nascimento	Técnico de laboratório - área eletrônica	Especialização	DAC
10	Cleber Pinheiro da Costa Neves	Tecnólogo automação industrial	Especialização	DAC
11	Clovis Ferreira da Silva	Auxiliar de eletricista	Ensino médio	CMA
12	Danilo Arantes Teófilo	Técnico de tecnologia da informação	Graduação	CTI
13	Dilma Sergio Rodrigues de Lima	Contadora	Especialização	CCF
14	Diogo Ramon Dias de Oliveira	Assistente em Administração	Especialização	CGP
15	Edenilson das Neves	Assistente de alunos	Especialização	CAE
16	Edison Martins Ribeiro	Técnico em eletroeletrônica	Especialização	CMA
17	Eliane Rocha Santos Moreira	Técnico de tecnologia da informação	Especialização	CTI
18	Elisangela Maria de Souza	Assistente de alunos	Especialização	CAE

19	Elissa Fontes Soares Lopes	Pedagoga	Especialização	CSP
20	Etiene Siqueira Rocha	Bibliotecário - documentalista	Doutorado	CBI
21	Fabiana Silveira Botani Gimenes de Jusuz	Tecnico em secretariado	Graduação	DRG
22	Flavia Gomes dos Santos	Assistente em administração	Mestrado	CGP
23	Francisca Adeíza Nascimento Monteiro Oliveira	Assistente em administração	Especialização	DAC
24	Franz Mikhailovitch Barbosa Cavalcanti	Auxiliar em administração	Graduação	CES
25	Gisela de Barros Alves Mendonça	Pedagogo	Doutorado	DAEX
26	Gisele Assunção de Andrade	Assistente em administração	Especialização	CSP
27	Helyene Rose Cruz Silva	Assistente social	Mestrado	CSP
28	Ivan da Conceição Souza	Porteiro	Ensino médio	CCS
29	Ivone Pedroso de Souza Cabral	Auxiliar em administração	Ensino médio	CBI
30	João Paulo Dal Poz Pereira	Técnico de laboratório - área informática	Especialização	CTI
31	Jorge Luiz Dias Agia	Auxiliar em administração	Mestrado	CAE
32	Josias dos Santos	Assistente de aluno	Graduação	DRG
33	Julio Villar Ornellas	Analista de tec da informação	Mestrado	CTI
34	Leidiane Teles Santos	Assistente em administração	Especialização	CGP

35	Leonardo Perez e Silva	Assistente em administração	Especialização	DAPI
36	Livia Reis Dantas de Souza	Técnico em assuntos educacionais	Mestrado	CES
37	Luana Alexandre Duarte	Assistente social	Mestrado	CSP
38	Lucia Helena Dal Poz Pereira	Auxiliar de enfermagem	Especialização	CSP
39	Marcelo Silva Bruno	Vigilante	Especialização	CAE
40	Marcilene Maria Enes Ribeiro	Bibliotecário - documentalista	Especialização	CBI
41	Maria Aparecida Nunes dos Santos	Servente de limpeza	Graduação	DAD
42	Maria das Neves Farias Dantas Bergamaschi	Técnico em assuntos educacionais	Mestrado	CSP
43	Mayra Marques da Silva Gualtieri	Psicólogo	Doutorado	CSP
44	Michelli Analy de Lima Rosa	Pedagogo	Especialização	DAE
45	Nadir Barbosa da Silva dos Santos	Auxiliar de laboratório	Especialização	CES
46	Naim Abdouni	Administrador	Mestrado	DAD
47	Nátaly Caroline Mercez Cassiano	Assistente em administração	Especialização	CRA
48	Pamela Vanessa Silva dos Santos Custodio	Assistente de alunos	Graduação	CCS
49	Rejane da Silva Correia	Tradutor intérprete de linguagem sinais	Especialização	CSP
50	Robson Escotiel Silva Rocha	Técnico de laboratório - área informática	Mestrado	DAC

51	Rodrigo Guimarães da Silva	Auxiliar em administração	Ensino médio	DRG
52	Rosângela do Carmo dos Santos	Técnico em assuntos educacionais	Especialização	CRA
53	Rosilaine Mendonça de Lima	Técnico em contabilidade	Mestrado	CCF
54	Rubens Jacintho	Vigilante	Ensino médio	DAD
55	Rui Araújo da Silva	Assistente em administração	Especialização	CBI
56	Sergio Roberto Holloway Escobar	Assistente de alunos	Especialização	GAB
57	Silvia Aparecida Ribeiro	Assistente de alunos	Especialização	CAE
58	Simone Aparecida de Lima Silva	Auxiliar em administração	Especialização	CRA
59	Simone Cardoso	Auxiliar em administração	Especialização	CRA
60	Simone Stefani da Silva	Pedagogo	Mestrado	CSP
61	Thalita Di Bella Costa Monteiro	Revisor de textos	Doutorado	DAC
62	Vera Lucia Araujo Rabelo	Assistente em administração	Especialização	CAP
63	Waldisia Rodrigues de Lima	Pedagogo	Doutorado	CSP
64	Wellington de Lima Silva	Técnico de laboratório - área edificações	Especialização	CMA

**Fonte:** Coordenação de Gestão de Pessoas (2023)

Há a necessidade de melhoria na formação dos servidores técnico-administrativos em nível de mestrado e doutorado e elevar a formação dos 6 servidores que ainda não tem a educação superior.

Em junho de 2021, através dos trabalhos desenvolvidos pela comissão nomeada pela Portaria nº CBT.0109/2020 de 3 de novembro de 2020, foi criado um organograma<sup>2</sup> para o Campus Cubatão que alterou o antigo.

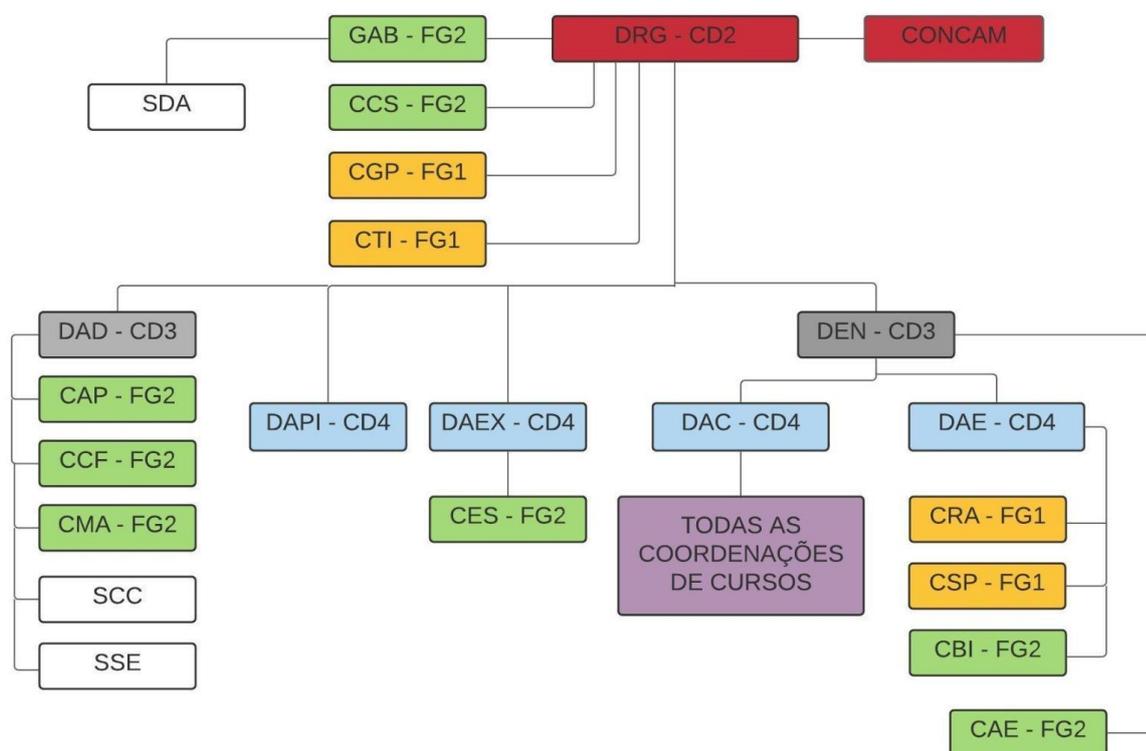
Após entrevistar todos os setores, levar em consideração todas as suas demandas, algumas mudanças foram efetuadas com o objetivo de seguir as exigências da Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional (PRD) que recomendava um organograma semelhante ao do Campus Sertãozinho, devido os dois campi terem 90 docentes e 60 técnicos-administrativos, sendo diferenciados em relação aos outros campi do IFSP.

Como principais mudanças destaca-se a separação da Diretoria Adjunta de Pesquisa, Inovação e Extensão (DAPIE), em Diretoria Adjunta de Pesquisa e Inovação (DAPI) e Diretoria Adjunta de Extensão (DAEX), seguindo o que ocorre em diversos campi do Brasil. Dessa forma, com as duas diretorias independentes, a DAPI passa a exercer uma função mais forte no arranjo produtivo local, buscando efetivar parcerias entre o campus e os órgãos privados e público da Baixada Santista, enquanto a DAEX passa a focar nos projetos para a comunidade externa e a curricularização da extensão. O Cargo de Direção de nível 4 (CD4) que foi necessário para essa separação, foi deslocado do Gabinete, que passou a ter uma Função Gratificada nível 2 (FG2).

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) passou a responder diretamente o diretor geral do campus, o mesmo aconteceu com a Coordenadoria de Tecnologia e Informação (CTI). Essa era uma demanda dos dois setores, visto que sempre trataram diretamente com o diretor geral do campus a maioria dos assuntos importantes. Seguindo as necessidades do campus e a padronização em algumas partes do organograma com Sertãozinho, foi criada a Coordenadoria de Manutenção (CMA) com uma FG2.

O Campus Cubatão preferiu manter as Diretorias de Ensino (DEN) e a Diretoria Adjunta Acadêmica de Cursos (DAC), ao invés de unir as duas e criar uma Diretoria Adjunta de Desenvolvimento Institucional, conforme ocorreu no Campus Sertãozinho, essa foi a principal divergência entre os dois campi, mas a PRD aceitou a vontade da comunidade interna do Campus Cubatão.

## ORGANOGRAMA DO CÂMPUS



Disponível em: <https://cvt.ifsp.edu.br/index.php/organograma>. Acesso em 09 de agosto de 2023.

## Capítulo 3 : Pressupostos Pedagógicos do Câmpus Cubatão (ATUALIZADO)

### 3.1 Ética, Cidadania e Inclusão Social

O Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão está ancorado na visão de ética de Freire (2000), na perspectiva de cidadania nos estudos de Carvalho (2014) e na inclusão social por Santos (2003).

Nesse primeiro momento, Freire (2013) trata da ética universal para o ser humano:

Falo, obviamente da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso (...) que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou (...) falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal (...). É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar (FREIRE, 2013, p. 17).

O livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire é a base para o entendimento da visão **ética** pela qual optou-se por no Câmpus Cubatão. Compreende-se a ética como intrínseca ao ser humano a partir do momento em que este passa a perceber o mundo e a se perceber no mundo.

O testemunho, através do exemplo de quem faz parte do câmpus, em sala de aula e fora dela, é essencial para a motivação de atitudes que rumem para práticas cada vez mais éticas.

Assim como a ética, a cidadania também faz parte do Projeto Político Pedagógico e da Gestão Democrática na escola. Não há como separar o processo de participação e gestão e o papel da escola de educar e formar para a cidadania.

Gadotti (2004) justifica o quanto esse processo democrático é importante para a escola formar seus estudantes para a cidadania. E complementa “*cidadania e autonomia são categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso*”.

Apoiados a esses ideais incluímos as contribuições de Carvalho (2014) que trata da cidadania como fenômeno complexo e historicamente definido pois:

“(..) o fenômeno cidadania é complexo e historicamente definido”. [...] o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população” (CARVALHO, p.14, 2014).

Conforme Houaiss (p. 423, 2009) o termo cidadania, do latim *civitas*, que quer dizer cidade e pode ser entendido como condição de pessoa membro de um Estado, em gozo de direitos que lhe permite participar da vida política, complementando-se com o termo **cidadão**, que quer dizer um indivíduo que usufrui de direitos sociais, civis e políticos.

Sustentado por essas definições, o Câmpus Cubatão entende a educação que vise a formar para a autonomia fomentando nos educandos a curiosidade e a criticidade.

Nossos estudantes enquanto seres históricos podem intervir no mundo e transformá-lo. Dessa forma, os conhecimentos adquiridos hoje, superaram conhecimentos produzidos por gerações passadas, mas tais conhecimentos também serão superados por outros produzidos por gerações futuras. Esse processo de superação é constante e não há nenhum conhecimento que seja absoluto. Por isso é tão importante estar aberto a novos conhecimentos e buscar produzi-los, quanto conhecer o que a humanidade já produziu (FREIRE, p. 30, 2013).

Segundo as concepções de Freire a educação é um movimento dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O conhecimento crítico, necessário para a autonomia, se alcança com rigorosidade metódica. O pensar certo não é presente dos deuses ou fruto de uma mente privilegiada, o pensar certo é possível a todos e deve ser produzido na escola na comunhão dos educadores e educandos.

Freire complementa: "*Pensar certo significa procurar descobrir e entender o que se acha mais escondido nas coisas e nos fatos que nós observamos e analisamos*" (FREIRE, 1998, p. 43). Condição para ensinar certo se faz na unidade entre teoria e prática. "*E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas*" (FREIRE, 2013, p. 29). A arrogância de achar-se o detentor de verdades imutáveis e inquestionáveis é pensar errado.

*O conhecimento sempre começa pela pergunta, pela curiosidade* (FREIRE e FAUNDEZ, 1998, p. 24). Quanto mais a reflexão crítica, mais o sujeito se percebe e percebe as suas razões de ser, mais consciente se torna e reforça a curiosidade epistemológica, e assim, haverá condições para que ele seja sujeito autônomo.

### **3.2 Inclusão social**

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma

diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, p.56, 2003).

A política de inclusão social no Câmpus Cubatão está se ampliando ao longo de seus 27 anos de efetivo trabalho pedagógico. É notório no câmpus o ingresso de alunos com deficiência, o aumento de alunos oriundos de escolas públicas e o crescente atendimento às políticas públicas afirmativas do governo federal aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social.

Segundo SASSAKI:

“O paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda um lugar viável para a convivência de pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc., em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc.” (2003, p.2)

No Câmpus Cubatão a política de inclusão social oportuniza aos estudantes igualdade de oportunidades e mudanças estruturais, desde o seu ingresso até a sua saída. Esse processo de inclusão mostra a necessidade de consolidação do acesso e a permanência de todos os estudantes com sucesso. Considerando que apenas o ingresso no câmpus não garante a inclusão social e nem tão pouco a qualidade e o sucesso, desse novo grupo de estudantes, que até bem pouco tempo encontravam-se excluídos da sociedade e dessa instituição de ensino.

Nos últimos anos o Câmpus Cubatão atendendo as políticas públicas inclusivas implantadas pelo governo federal com vistas a combater a exclusão social implementou políticas afirmativas tais como: o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa de Assistência Estudantil (PAE), a Inclusão de Pessoas com Deficiência e o Sistema de Cotas.

No IFSP – Câmpus Cubatão, um dos mecanismos de respeito aos direitos fundamentais para a cidadania e inclusão social está sendo manutenção e ampliação de cursos que contribuam com a comunidade, entre eles projetos sociais de alfabetização, inclusão digital como cursos de informática, chamando a comunidade para a participação, além da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos, projetos de pesquisa e extensão, ensino e iniciação científica.

Nessa trajetória o Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão, valoriza as diferenças e garante os mecanismos de acesso em bolsas discentes para o desenvolvimento em seus projetos de pesquisa, ensino, extensão e iniciação científica, levando em conta o conhecimento como mola propulsora para a inclusão social e a participação acadêmica efetiva, visando a uma educação para autonomia. Nesse contexto, a ética, a cidadania e a inclusão social

são inseparáveis e sustentam a pluralidade e a complexidade das garantias de direito a todos os estudantes.

### 3.3 Criticidade

A criticidade, vista como competência por Lopes (2013), visa análise crítica da escola em todos seus aspectos, uma autorreflexão que promova a emancipação dos envolvidos na escola – professores, educandos, equipe gestora e demais servidores.

Esta reflexão crítica sobre as práticas deve ser trabalhada através de reavaliação global do câmpus e anualmente dos itens do projeto político pedagógico com todos os envolvidos (comunidade interna e externa ao), com discussão/diálogo/avaliação crítica de todos sobre tudo que envolve nossa realidade, como: finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação (VEIGA, 2001). Também considerando os aspectos: legislativo, cultural, político e social, profissional e humanístico, visando a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada.

Segundo Freire (2013), *“Promover a criticidade implica em romper com todas as formas de domesticação”*. *“Ensinar, exige criticidade, a superação da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica”* (p.32-33).

Nossa Proposta Pedagógica tem o objetivo de formar um cidadão crítico e ativo na sociedade possibilitando uma compreensão crítica da realidade, enfrentamento dos dilemas e transformar a sociedade.

### 3.4 Criatividade e inovação

Uma das metas mais relevantes consiste em incentivar a criatividade e congregar avanços tecnológicos que colaborem com inovações principalmente para uma maior efetividade do processo educacional. *A inovação tecnológica não é um episódio único, é um **Processo** e abrange a aplicação do conhecimento e de competências diversas, complementares e tecnológicas, acumuladas pela instituição para criar novos produtos, processos e serviços.*

Dessa forma, é necessária a implantação de vários conjuntos de ações integradas e harmônicas entre si objetivando o desenvolvimento científico e tecnológico na instituição. A inovação está atrelada à produção de conhecimento científico e conforme a Lei 10.973/04 é relativa a 3 eixos, a saber: i) *Estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de Inovação (art. 3º ao art. 5º);* ii) *Estímulo à participação das Instituto de Científica e Tecnológica (ICT's) no processo de Inovação (art. 6º ao art. 18º);* iii) *Estímulo à Inovação nas*

*empresas* (art. 19º ao art. 21).

Tais ações tem o poder de transformar o ambiente institucional para que esse seja propício e incentivador ao processo de criação. Buscar uma maior liberdade para se opinar, errar e aprender com os erros. Estimular a imaginação e a experimentação dos discentes visando ao aparecimento de inovações.

### **3.5 Gestão democrática**

A gestão democrática tem como objetivo principal a socialização, que consequentemente gera a participação coletiva, a reciprocidade, a solidariedade e a autonomia (LOPES, 2013).

O Projeto Político Pedagógico é o plano de trabalho das instituições de ensino para atender todos os princípios da gestão democrática e deve contemplar as decisões sobre o físico, o pedagógico, o administrativo e o financeiro do câmpus.

Algumas ações que contribuem para a gestão democrática participativa mais efetiva foram definidas a seguir para serem cumpridas pelo câmpus:

- Criar reuniões públicas que propiciem discussão do orçamento participativo do câmpus;
- Criar comissão permanente de acompanhamento do PPP que deverá reavaliar e revisar o projeto anualmente e com a participação de toda a comunidade escolar dos processos decisórios;
- Promover reuniões mensais/bimestrais/semestrais com as diretorias e coordenadorias para discussões das ações do câmpus, com participação de todos os servidores de forma coletiva e transparente;
- Criar e fortalecer o papel do conselho de câmpus e os demais processos participativos existentes. Da mesma forma, indicar e mobilizar a criação de outros mecanismos participativos para a gestão pedagógica inclusiva e de sucesso para seus estudantes.

Nesse caminho, Paulo Freire (1998), orienta o olhar dos educadores à luz da democracia assim descrita: “*É que a democracia como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática.* (FREIRE, 1998, p.61)”

No dicionário da língua portuguesa Houaiss (2009), “democracia” foi definida como governo em que o povo exerce a soberania, como sistema comprometido com a igualdade ou a distribuição igualitária de poder. E democrático, como relativo à democracia, relativo ao povo.

Bobbio (1992), ao referir-se ao estado democrático e à soberania popular, defende que tal situação impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, uma vez que é considerada importante a participação da sociedade na superação das desigualdades e na consolidação de um regime democrático. Tais considerações fazem inferir o quanto a gestão democrática é importante para a efetivação do Projeto Político Pedagógico e dos Conselhos participativos como instâncias operantes da comunidade escolar. (LIMA, 2011, p.25)

Os pesquisadores na área de políticas públicas e de avaliação, entre eles Bordignon (2004) e Dourado (2004) destacam que a gestão democrática tem como um dos principais focos a participação, e que os conselhos que se estabelecem no interior das escolas legitimam os anseios da comunidade escolar, através de voto paritário entre os segmentos que compõem – professores, alunos e servidores técnico-administrativos. Seus referenciais são centrados no arcabouço legal, teórico e normativo (LIMA, 2011).

Ainda Oliveira e Santana (2010) reforçam o ideal da gestão democrática, quando, em seus estudos, consideram que as instâncias participativas contribuem para uma reflexão mais aprimorada e afinada com as legislações brasileiras representados, pela Constituição Federal de 1988, pela LDBEN 9394/1996, pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (2009), e pelo recém aprovado Plano Nacional da Educação (PNE-2014- 2024).

A partir da Constituição Brasileira (CF, 1988), houve a escolha de regime normativo, político, plural e descentralizado em que se cruzam novos mecanismos de participação (CF, 1988). Tal regime é o arcabouço legal para a interlocução da sociedade junto ao Estado e, em consequência, na escola, uma vez que prevê a participação de seus segmentos, enquanto sujeitos políticos e capazes de tomar decisões.

Reforça-se esse pensamento por citação de Oliveira e Santana: A Constituição Brasileira faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões (2010, p.158).

A CF, em seu Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, traz os princípios que sustentam a participação da sociedade na escola, a gestão democrática e a garantia de qualidade.

[...] Seção I – Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...) VI – **gestão democrática do ensino público, na forma da lei;**

**VII – garantia de qualidade;** (...) (BRASIL, 2010a, grifo nosso).

A CF de 1988 foi decisiva para alicerçar a construção de uma sociedade democrática, ao incentivar a colaboração da comunidade na perspectiva participativa da gestão da escola pública. Tal patamar foi alcançado graças à luta dos movimentos sociais daquela época, conforme cita Vieira e Farias (2007):

**O retorno à democracia no Brasil**, não se dá por simples outorga ou concessão dos militares. Como já observado, trata-se de conquista lenta, **forjada no território dos movimentos sociais**, iniciados desde o final da década de 70, com greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978) e outras políticas pelo direito a uma cidadania plena (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 144, grifo nosso).

A promulgação da CF fortaleceu as discussões e a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN), pois ofereceu a fundamentação e princípios norteadores da democracia e da garantia da qualidade na educação escolar, ao propor a avaliação como garantia do padrão de qualidade.

A LDBEN nº 9394/1996, como explicita o “TÍTULO II - Dos princípios e Fins da Educação Nacional” em seus artigos segundo e terceiro, a seguir transcritos, ressalta a participação da família, a gestão democrática e a garantia de qualidade.

(...) Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...) VIII- **gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;**

(...) IX- **garantia de padrão de qualidade;** (...) (BRASIL, 2010b, grifo nosso).

Brandão (2003) destaca que, em meio de grande efervescência político-social que se deu no início da elaboração da nova LDBEN, gestada de acordo com a nova identidade nacional

emanada da CF de 1988, levando aproximadamente oito anos de tramitação, conforme podemos perceber na citação apontada.

As discussões sobre a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o Brasil duraram aproximadamente 8 anos. Não é a primeira vez na história da educação Brasileira que a elaboração da chamada “constituição do ensino” demora tanto tempo (BRANDÃO, 2003, p.13).

Brandão (2003) afirma que a LDBEN é a materialização na educação, da “Constituição Cidadã”, pois ela é parte de um movimento contrário a LDB 5692/71, fruto da ditadura militar e que não atendia aos pressupostos de uma educação articulada com o futuro do novo Brasil.

A LDBEN 9394/96 consolida aspirações de democracia na escola, quando estabelece, no artigo 14, a participação dos atores da escola em sua gestão:

(...) Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

**I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;**

**II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (...)** (BRASIL, 2010b, grifo nosso).

Estabelece-se, a partir desse artigo, a base legal para o compromisso com a participação de todos da escola, gestores, professores, funcionários, pais, alunos e pessoas da comunidade e a indicação para a instalação dos Conselhos Escolares (LIMA, 2011).

Após esses aportes legais, outros normativos educacionais ratificaram este ideal, entre eles o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001 e 2014) e no Plano Nacional da Educação de Direitos Humanos em 2009, que reafirma a participação da comunidade escolar na colaboração à tomada de decisão na escola e o controle social pelos segmentos que compõem a comunidade, reforçando mais uma vez a representatividade dos atores sociais em Conselhos Participativos (LIMA, 2011).

A gênese da gestão democrática em nosso câmpus é anterior a LDBEN 9394/96 e ocorreu em 1994, quando após compromisso de campanha política para a Direção da Antiga Escola Técnica Federal São Paulo, houve o cumprimento dessa promessa e, pela primeira vez, houve eleições para Direção na Unidade Descentralizada de Cubatão, e desde então, esse processo democrático de eleições é parte integrante do cotidiano de nossa instituição de ensino.

Agora esse leque está sendo ampliado com a possibilidade de eleger os representantes para Conselho de Câmpus e os demais órgãos representativos na instituição de ensino.

Trazer a visibilidade dos princípios da democracia na escola com base na CF e na LDBEN (1996), que prevê a participação dos atores da escola em seus processos, converge para o ideal da democracia social proposta por Bobbio (1992), que destaca a participação dos sujeitos

que a compõem (LIMA, 2011).

Com isso, valoriza-se a **dimensão social** da escola, da gestão, da avaliação e dos recursos financeiros. Reforçando o pensamento de Canário (1996), quando afirma a importância da escola, enquanto objeto social e das *“múltiplas manifestações do fenômeno escolar, insisto uma finalidade de emancipação social dos grupos, a começar pelos actores, protagonistas da instituição escolar: os alunos, os professores, o ambiente”* (1996, p.117).

Ainda nos faz refletir e reforçar a importância dos processos democráticos no interior da escola na conquista de seu papel histórico sociocultural e de formação humana, incluímos o pensamento de Gadotti (2004), que considera que a gestão democrática é visível nas escolas brasileiras e com contribuições participativas nas decisões que dizem respeito à qualidade da educação e dos sujeitos da educação e da aprendizagem.

E ainda complementando, Gadotti (2004) reforça a questão das pedagogias participativas que incidem positivamente na aprendizagem, assim definido:

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”. Elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é o pressuposto da aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar com responsabilidade, do destino do seu país” (GADOTTI, p.1). Espera-se, que pela relação direta com a sociedade escolar representada pelo seu Projeto Político Pedagógico construído com a participação de seus segmentos representativos, a escola se torne extensivamente emancipadora, escutando, informando, mostrando limites, possibilidades e assim reúna subsídios para discutir questões sobre a qualidade da educação, avaliação dos alunos, dos processos pedagógicos, de seu currículo, das avaliações em seus diversos níveis de ensino, sobretudo, pelas características peculiares dos Institutos Federais registradas na Lei Federal 11.892/2008, que trata das várias faces dos Institutos e sua função social na formação de jovens, adultos no mundo do trabalho e para a constituição do ser humano integral.

Nesse momento de elaboração do nosso primeiro Projeto Político Pedagógico, vale ressaltar as Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014, em que a gestão democrática teve um eixo específico de discussão aliados à gestão e ao controle social através da participação popular. Ressalta-se o momento atual da Conferência Nacional de Educação de 2014, que reedita e contempla a gestão democrática no eixo V, que trata da “Gestão Democrática, Participação e o controle social”, reforçando ainda mais que para a melhoria da

qualidade da educação é imprescindível à participação de todos os segmentos da escola, fato deixado claro na LDBEN nº 9394/96, quando trata dessa questão do artigo 14 ao 16, detalhado a seguir:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I- as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superiores criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação (LDBEN 9394/96).

Fazer pela primeira vez essa discussão coletiva sobre o Projeto Político Pedagógico é importante, pois nessas discussões se exerce o processo democrático em sua plenitude, que em muitos casos não é fácil, pela diversidade de opiniões, pelas características próprias de cada segmento representativo da escola. No entanto, é possível compor a história do nosso PPP e promover em seu interior o registro desse consenso e das possibilidades para elevar a qualidade da instituição que ao longo de seus vinte e sete anos está superando as dificuldades em prol de seus alunos.

No PPP do Câmpus Cubatão, fez a divulgação e chamou a comunidade à participação pelos canais de divulgação interna e externa entre eles, painéis e mídias digitais (Internet, Nuvem, BLOG, bilhetes, avisos, páginas de rosto dos computadores da biblioteca entre outros mecanismos de divulgação), além de reuniões semanais e audiências públicas, a fim de garantir uma maior participação em um chamado de convite e não como uma convocação.

Para finalizar esse eixo sobre a gestão democrática no Projeto Político Pedagógico, inserimos considerações de Ilma Passos, quando cita Freitas (2003, p.67), a seguir:

Projetos coletivos, além de amplos, são complexos por envolver um espectro de valores e uma diversidade de pessoas. O processo que se vive como coletivo é valorizado e colocado ao alcance do grupo. Novas relações de poder são construídas entre os professores, alunos e funcionários com a tarefa de “formar para a vida” (Freitas, p.67). Compartilhamos nossas emoções, nossos sentimentos, nossas potencialidades e nossas habilidades. E faz parte desse

compartilhar o ouvir a expressão do outro, numa atitude de atenção às diversas vozes, nas diversas instâncias com as quais nos envolvemos (PASSOS, 2007, p. 30).

Barroso (1996, p.127), em sua obra: *O Estudo da Escola*, perpassa o olhar sobre as ações desenvolvidas pelos seus atores e propõe uma perspectiva de investigação da escola, como um sistema complexo de comportamentos humanos organizados e defende o conceito de escola entendida como objeto sociológico que apreende o modo de articulação e estruturação dessas ações.

A Escola é um **fenômeno social** que se desempenha assim funções não tangíveis, mas efectivas para manter o *status quo* (transmissão, selecção, reprodução, legitimização). A origem do fenómeno educativo mediatiza as relações e as interações e as interacções produzidas no âmbito escolar, com conseqüente necessidade de considerar as percepções expectativas e interesses conflituais dos seus membros (professores, alunos, pais instituições) (BARROSO, 1996, p.119, grifo nosso).

Enquanto fenômeno social, a escola está imbricada por suas interações e participações em busca da melhoria da qualidade da educação. Segundo Gadotti (2004) não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação e a criação de espaços coletivos para deliberação coletiva da comunidade (p.1). E complementamos, não há como separar cidadania, participação e gestão democrática, pois é pela participação que se firma a possibilidade de melhoria da escola, dos sistemas de ensino e conseqüentemente da qualidade da educação.

### 3.6 Interdisciplinaridade

Incentivar a interação entre áreas e a integração de conhecimentos visando a interdisciplinaridade. Apontada como caminho para a resolução das grandes questões deste século, exigindo a atuação e intercomunicação de profissionais de distintas formações e visões. “*A interdisciplinaridade responde à necessidade de formar profissionais que não sejam especialistas de uma só especialidade*” (JAPIASSU, 1976, p. 54).

Buscar um currículo mais interdisciplinar, baseado em um ensino com características como: a pesquisa, a resolução de problemas e a construção de projetos, proporcionando assim, a obtenção de conhecimentos globais e mais significativos por parte dos diversos profissionais. Construir um currículo mais flexível que possibilite que o discente seja o sujeito da sua própria aprendizagem, ensiná-lo a fazer um planejamento mais efetivo, tornando-os mais responsáveis e administradores da sua própria formação. Além disso, garantir uma formação não só acadêmica, mas cidadã tornando-os mais criticamente conscientes e socialmente educados visando sua inserção social.

Romper a estrutura do modelo clássico departamental, rearranjando o atualmente rígido currículo do instituto, em grandes áreas do conhecimento como: “*Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas*” propondo assim uma visão de unidade ao ensino a partir das diversas disciplinas, ao mesmo tempo, em que cada uma delas está acompanhada das suas Tecnologias. A estrutura institucional sozinha não garante a integração do conhecimento, mas deve facilitar e induzir à interdisciplinaridade”.

### **3.7 Empreendedorismo**

Incluir a visão de empreendedorismo PPP é recente no Câmpus Cubatão e poderá contribuir para uma visão empreendedora dos estudantes para criar, inovar, empreender e compreender as realidades apresentadas no mundo acadêmico, tecnológico científico e social. Pode-se incentivar aos estudantes a criar ações empreendedoras de forma a organizar e oferecer a sua formação acadêmica em seu currículo a ideia de empreendedorismo e inovação. Sua efetivação de modo transdisciplinar, interdisciplinar, traduzidas por disciplinas e/ ou projetos contribuem com essa nova visão.

Muitas universidades brasileiras nos últimos anos incluíram em seu currículo as disciplinas empreendedorismo e inovação, além de criar empresas incubadoras de tecnologias e serviços para efetivar no ambiente escolar essa nova visão.

Essa relação direta do empreendedorismo e o mundo acadêmico e as disciplinas dos cursos oferecidos no câmpus pressupõe uma nova visão de se organizar a pesquisa, o ensino, a iniciação científica e a extensão para que os estudantes possam operar mudanças.

Considerações do livro *Empreendedorismo* de HISRICH, PERTES E SHEPHERD (2014) trata da visão de adaptabilidade cognitiva que se destaca a seguir e agregando ao PPP do Câmpus Cubatão, o espírito empreendedor necessário as futuras gerações e consolida ainda mais no que trata a relação direta desse conceito a educação:

A adaptabilidade cognitiva descreve até que ponto os empreendedores são dinâmicos, flexíveis, autorreguladores e engalados no processo de geração de várias estruturas de decisão focadas na identificação e no processamento de mudanças em seus ambientes para depois se guiar por mudanças. As estruturas de decisão são organizadas com base no conhecimento sobre as pessoas e situações utilizadas para ajudar alguém a entender o que está acontecendo. A adaptabilidade cognitiva se reflete na consciência metacognitiva de um empreendedor, isto é, na capacidade de refletir, entender e controlar o pensamento e a aprendizagem. Em termos específicos, a metacognição descreve um processo cognitivo de nível mais elevado, que serve para organizar o que as pessoas sabem e reconhecem sobre si mesmas, sobre as

atividades, situações e seus ambientes com vistas a promover o funcionamento cognitivo afetivo e adaptável em resposta aos estímulos de ambientes complexos e dinâmicos (HISRICH, PERTES E SHEPHERD, 2014, p.13).

Nessa visão o currículo deve ter maior flexibilidade e a possibilidade de inserção de disciplinas que extrapolem a visão tradicionalistas da educação. Muitas universidades tem incluído em seus currículos as disciplinas empreendedorismo e inovação como meta para trabalhar com seus estudantes essa visão empreendedora e de inovação e criar novos produtos, novas tecnologias e serviços. Aliando a criatividade a ciência e a tecnologia.

A relação direta de empreendedorismo, criatividade e a inovação e devem permear os conceitos presentes nos currículos. Nesse contexto o câmpus também tem aderência a esse conceito. Os educadores e educandos devem ter a visão de promover mudanças que visem atender a sociedade em questões de sustentabilidade, novas tecnologias, ambientes cooperativos para a transformação da sociedade.

Agrega-se ao conceito de empreendedorismo os demais conceitos derivados dessa ideia e como fundamento essencial para sustentabilidade e qualidade vida destacado no texto **empreendedorismo sustentável:**

O desenvolvimento sustentável é uma das questões mais pertinentes da contemporaneidade, e o empreendedorismo pode ter um impacto positivo sobre o problema. Isso significa que as ações empreendedoras podem ao mesmo tempo sustentar e desenvolver. Mais especificamente o **empreendedorismo sustentável** está focado em preservar a natureza, o suporte de vida e a comunidade (sustentabilidade) em busca de oportunidades percebidas de criar novos produtos, processos e serviços no futuro para gerar ganho (ação empreendedora), sendo ganho definido, em termos gerais, de modo a incluir benefícios econômicos e não econômicos a indivíduos, à economia e à sociedade (desenvolvimento) (HISRICH, PERTES E SHEPHERD, 2014, p.20).

Segundo os autores do Livro Empreendedorismo tem muitos outros conceitos que fortalecem a ação empreendedora que destacaremos nas ações no Capítulo V do PPP. Para sustentar as ideias das ações no PPP nessa área, destaca-se cinco orientações empreendedoras:

**Orientação estratégica** - foco nos fatores inseridos na formulação da estratégia da empresa; **orientação empreendedora à oportunidade** – comprometimento em agir com relação a possíveis oportunidades; orientação empreendedora ao comprometimento de recursos – foco em como minimizar os recursos que seriam necessários na busca de uma oportunidade específica; **orientação empreendedora ao controle de recursos** – foco em como acessar os recursos alheios, que enfoca a oportunidade; e **orientação empreendedora à estrutura administrativa** – foco mais orgânico, com menos camadas de

burocracia entre a alta administração e o cliente e que geralmente dispõe de várias redes informais (HISRICH, PERTES E SHEPHERD, 2014, p.31-32).

Acredita-se que essa visão empreendedora gere inovação, extrapole a visão de que o estudante bem-sucedido é aquele que faz seu estágio, trabalho de conclusão de curso e garantia seu emprego em grandes empresas nacionais ou multinacionais. Levando ao estudante a alargar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Pensar no empreendedorismo é ir além dessa visão do passado. O ideal dessa visão empreendedora é ter ousadia, criatividade, inovação e sustentabilidade.

### **3.8 Ensino**

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”* (FREIRE, 2013, p. 22).

O conceito de ensino fortalecido nesse PPP vem ao encontro do ideal de criar possibilidades, oportunidades, favorecer as indagações, desenvolver novos conhecimentos, estabelecer novas relações, promover ações educativas que além das atividades acadêmicas possam levar os estudantes a serem pesquisadores, empreendedores, inovadores e criativos para transformação social da realidade, além dos conceitos e conhecimentos passados.

### **3.9 Processo de ensino e aprendizagem**

Entendemos o processo de ensino e aprendizagem como um fenômeno social, colaborativo e construído a partir da problematização constante de situações que envolvam o conhecimento. Este, partindo de pressupostos sócio interacionistas, é concebido como a soma dos esforços cognitivos que resultam em um saber construído a partir da interação.

Nesse sentido, entendemos que o processo de ensino e aprendizagem se projeta em duas dimensões, complementares e auto constitutivas: a do desenvolvimento individual e a do desenvolvimento social. A dicotomia construção individual versus coletiva só é lembrada aqui por questões didáticas, uma vez que o plano individual se relaciona e se intersecciona com o social, e vice-versa. Assim, todos os processos cognitivos individuais que levam à aprendizagem estão intimamente ligados aos processos sociais e interacionais em que se

desenvolve. Dessa forma, concebemos o conhecimento como uma construção social, elaborado através da interação entre pessoas.

Assim, uma vez que o conhecimento é construído nas interações dos sujeitos com o meio e com outros indivíduos, as interações sociais são as principais promotoras da aprendizagem. Essa visão é fundamentada por Vygotsky (1978), para quem *“o indivíduo é um ser social e que constrói sua individualidade a partir das interações que se estabelecem entre os indivíduos, mediadas pela cultura”*.

Assim, todo o desenvolvimento e aprendizagem é um processo ativo, no qual existem ações propositas mediadas por várias ferramentas (VYGOTSKY, 1978). A mais importante dessas ferramentas é a linguagem, pois ela representa o sistema semiótico que é a base do intelecto humano.

Assim, a inteligência tem origem social e a aprendizagem acontece inicialmente de forma intersíquica, isto é, no coletivo, para depois haver a construção intrapsíquica. Dessa forma, para que ocorra a aprendizagem, há a necessidade de uma interação entre duas ou mais pessoas, cooperando em uma atividade interpessoal e possibilitando uma reelaboração intrapessoal.

Essa visão já descarta, de imediato, a simples transferência de saberes do professor para o aluno, por meio de uma metodologia de reprodução do conhecimento, que coloca o aluno como sujeito passivo no processo de ensino-aprendizagem.

É importante perceber que o fenômeno da aprendizagem é um processo amplo e complexo. Entende-se que *“o aprender é um processo natural que surge da curiosidade das pessoas, favorecidas por um ambiente positivo”* (TORRES; IRALA, 2014, p. 90).

E ainda afirmam que a aprendizagem ocorre quando *“o que se está aprendendo adquire significado, relevância e boa estrutura. A função principal da escola e do professor é criar esse ambiente adequado e propício para que o aluno possa aprender”* (TORRES; IRALA, 2014, p. 61).

Partindo desse princípio, é fundamental criarmos as condições necessárias para que a aprendizagem ocorra de forma ampla e atinja o educando de uma forma global e o mais natural possível. Concordamos com Oliveira e Chadwick (2008) quando afirmam que as pessoas são naturalmente dispostas a aprender. Assim, cabe à escola oferecer meios diversos para que tal fenômeno ocorra. Essa visão de ensino também favorece a valorização do conhecimento prévio de cada estudante, sua experiência e seu entendimento de mundo.

Compreendemos que o espaço escolar seja um elemento muito importante para o favorecimento da construção de saberes. A escola deve ser um espaço de criatividade, para

estímulo e alimentação da capacidade produtiva dos alunos, em termos de pensamento, sensibilidade e ação, para reinventar, criar, combinar e experimentar problemas e soluções. Assim, no exercício do direito à criação, através da expressão livre, é possível resgatar a emoção estética e a produção divergente e flexível; para reinventar circunstâncias e realidades; para reinventar o seu próprio mundo.

A oferta desse “lugar-de-ação” em que o aluno possa, sob a orientação do professor, transcender o senso comum e alcançar o conhecimento, é essencial para que a aprendizagem ocorra.

Para tanto, também é necessário estimular a capacidade de discernir e julgar, transcendendo o senso comum. O senso crítico exige atitude de reflexão, para que se exerça sobre e a partir de uma realidade e de um conhecimento efetivamente existente. A sala de aula, igualmente, deve ser um espaço aberto para o exercício da crítica fundamentada e construtiva, de modo a nos tirar do lugar comum da mera “reclamação” para um ponto de autoanálise e observação concreta dos fatos inerentes à vida social.

Entendemos que o processo ensino-aprendizagem não está mais centrado na figura do professor e o aluno exerce nele papel fundamental. O professor atua na criação de contextos e ambientes adequados para que o aluno possa desenvolver suas habilidades sociais e cognitivas de modo criativo, na interação com outrem “um engajamento mútuo dos participantes em um esforço coordenado para a resolução do problema em conjunto. A aprendizagem também envolve o processo de amadurecimento das relações sociais, e entendemos que valores imprescindíveis à vida em sociedade devem fazer parte de conteúdos atitudinais, contribuindo para a formação do educando. Afeição, amizade e solidariedade devem ser construídos a partir do amor próprio e da aceitação das diferenças. Aceitar e estimular o outro, reconhecendo seus próprios limites e os do outro. Ser solidário é poder sair de si em busca do outro. O egoísmo, oposto da solidariedade, leva o homem ao isolamento, ao enclausuramento e conseqüentemente à destruição de si e do outro. Desenvolvendo valores desse tipo, acabamos por desenvolver ações básicas, como: desvelo, respeito, responsabilidade e conhecimento.

Percorrendo este caminho, entendemos como parte do processo de ensino e aprendizagem o incentivo à participação nas mais diversas manifestações que envolvem o indivíduo ou o grupo. Desenvolver a capacidade de conviver, convencer, negociar, conceder. Prezamos ainda o aprendiz que coloque a responsabilidade e a disponibilidade individual a serviço do desenvolvimento grupal, proporcionando a corresponsabilidade.

Nesse sentido, a noção de “aprendizagem colaborativa” envolve todos os atores no processo, levando à construção coletiva e democrática de saberes. No sistema colaborativo, o

processo é mais amplo com interação dos participantes do grupo para atingir um objetivo compartilhado (TORRES; IRALA, 2014).

Há de se entender que o trabalho pedagógico pautado sobre a aprendizagem colaborativa não é simples, tampouco pode ser alcançado pelo simples desejo: é necessário engajamento e ações planejadas para que se torne realidade. A resolução de problemas e a participação em projetos coletivos facilitam essa busca, uma vez que nesse caos há *“um engajamento mútuo dos participantes em um esforço coordenado para a resolução do problema em conjunto”* (DILLENBOURG et al. 1995 citado por TORRES; IRALA, 2014).

Consideramos, pois, que a utilização de recursos como trabalhos em grupo, o uso de tecnologias comunicativas como bate-papos, fóruns de discussão e outras formas de comunicação em grupos, pode levar ao debate de diferentes ideias e ao desencadeamento de novos conflitos cognitivos. A influência de outros indivíduos, atuando como promotores do crescimento cognitivo de si mesmos e de outrem constituem a espinha dorsal da aprendizagem colaborativa.

Dessa forma, o ensino deve buscar o desenvolvimento das potencialidades do educando, como elemento de autorrealização e preparação para o trabalho e condições ideais de cidadania, amenizando, desta forma, os efeitos das diferenças sociais na comunidade, através da conscientização de valores inerentes ao bom convívio social.

### **3.10 Metodologias**

As atividades pedagógicas são organizadas em torno de áreas do conhecimento e projetos interdisciplinares. São utilizadas diversas técnicas, desde as mais tradicionais, conceituais até as mais interacionais, procedimentais, entre as quais se pode citar:

- Aulas expositivas.
- Trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo.
- Dramatizações (apresentações).
- Apresentações de canto e dança.
- Exposições de maquetes e trabalhos produzidos pelos alunos.
- Excursões culturais, como visitas a museus, cinema, parques ecológicos, cidades e pontos históricos, etc.
- Pesquisas de campo (ao ar livre, simulado de laboratório, observação e

experimentação, etc.).

- Confecção de trabalhos manuais para exposição e criação de murais educativos.
- Uso do Laboratório de Informática para atividades pedagógicas orientadas e pesquisa.

### **3.11 Avaliação**

O desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem se pauta na avaliação contínua e globalizada da competência e dos conhecimentos específicos em cada área do saber. Desta maneira, a avaliação se faz através de atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação contínua e paralela.

Pautamos sempre pela possibilidade de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação de aproveitamento dos alunos é atribuição do professor da área, considerando, finalmente, o desempenho global dos alunos em cada área do conhecimento, além da possibilidade de ter sua situação analisada em Conselho de Classe.

Durante a avaliação de desempenho, são levadas em consideração habilidades e competências inerentes a cada disciplina ou área do saber, sendo esta expressa por notas. Na avaliação dos aspectos qualitativos, são consideradas a compreensão e o entendimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; a capacidade de análise e de síntese, além de outras habilidades cognitivas.

Alunos com deficiências, ou em processo de inclusão, têm planos individualizados de desempenho e avaliação de aprendizagem, levando-se em consideração suas características pessoais. Além do mais, levam-se em consideração aspectos qualitativos e os resultados obtidos durante o processo pedagógico.

### **3.12 Pesquisa**

A pesquisa se faz necessária e imprescindível para o ambiente acadêmico próspero, haja vista que os frutos advindos da pesquisa propiciam um ensino de qualidade. Corroborando, Freire (2013, p.30) afirma que: “*Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.*”

O desenvolvimento de uma cultura que promova a pesquisa necessita o comprometimento da estrutura administrativa e educacional para o desenvolvimento dos elementos relativos à pesquisa em longo prazo. Para a criação de uma cultura, que suporte e

encoraje a pesquisa, é requerido tempo e constante divulgação da importância e valores da atividade de pesquisa para que toda a comunidade possa absorver tais valores (MERKEL, 2001).

Assim, o presente documento visa incentivar um ambiente acadêmico no qual se desenvolva pesquisa inovadora, interdisciplinar, e de alto nível visando a estabelecer o instituto como uma referência em excelência em ensino e pesquisa.

A pesquisa deve permear, igualmente, todas as instâncias da instituição, a qual necessita apresentar um discurso bem definido sobre a importância da mesma, bem como apresentar ações, programas para que os objetivos de incentivo à pesquisa científica sejam alcançados (HU; KUH; GAYLES, 2007). Neste sentido, o PPP almeja incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

O desenvolvimento de pesquisa depende de alguns elementos, a saber: i) bons professores e pesquisadores, bibliotecários e colaboradores para o desenvolvimento da pesquisa, em outras palavras, recursos humanos capacitados; ii) parcerias entre pesquisadores que permitam a construção de uma rede de comunicação entre os pares; iii) a cultura de pesquisa deve estar alinhada às questões políticas da universidade; iv) a administração apresenta uma ideia institucional da cultura de pesquisa; v) parcerias com as agências de fomento, que atuam como financiadoras das pesquisas e proporcionam recursos financeiros à instituição, e que atuam como defensoras do conhecimento ao promoverem apenas pesquisas de fato científicas (MERKEL, 2001; HU; KUH; GAYLES, 2007). A pesquisa possibilita um ambiente rico, diverso e dinâmico para os alunos e professores. Tal ambiente oferece amplos estímulos para a produção de pesquisas científicas; um papel ativo no descobrimento e na avaliação crítica do conhecimento; a utilização de fontes e canais de informação reconhecidos na área; o aprimoramento da comunicação científica; o pensamento reflexivo; e um melhor entendimento dos procedimentos metodológicos e éticos relacionados ao desenvolvimento de uma pesquisa científica (HU; KUH; GAYLES, 2007). Assim, a realização de pesquisas estimula atividades criadoras e estende seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político, ambiental.

Assim, a instituição deve estimular ações promotoras da cultura de pesquisa, deve incentivar o desenvolvimento de projetos orientados por professores e disponibilizar bolsas de iniciação científica das agências de fomento.

### **3.13 Extensão**

A Extensão é compreendida no âmbito acadêmico como o elemento extensor da própria instituição, ou seja, “o segmento que se ocupa das relações com a comunidade, procurando fazer com que o conhecimento produzido no âmbito da academia chegue à sociedade e por ela seja apropriado. ” (PEREIRA, GONÇALVES, 2013, p.13)

Assim, o presente documento visa à busca do conceito de extensão inovadora, levando o conhecimento científico e tecnológico à sociedade como um todo. A extensão deve constituir o núcleo promotor dos "meios de inovação", superando a ideia da prática extensionista como consultoria empresarial ou assistencialismo comunitário.

A Extensão não se relaciona somente à intermediação, mas, ao intermediar, também se produz, (re) cria-se novos conceitos, o que proporciona à instituição um permanente repensar caminhos mediante contextos em constante mudança. (PEREIRA, GONÇALVES, 2013)

Para tanto, deve-se buscar fomentar a educação continuada e atender a demandas específicas de segmentos da sociedade, além disso, fomentar parcerias com outras instituições públicas e agências de fomentos.

Promover atividades culturais e em cooperação com outras instituições, envolvendo artes, literatura e religião. Difundir a ciência em linguagem acessível para todos os cidadãos educados, mesmo aqueles que tiveram a oportunidade de adquirir apenas a educação básica, os novos avanços da ciência.

## **Capítulo 4 – Estrutura e organização dos cursos (ATUALIZADO)**

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica, profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as políticas do IFSP dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pautado no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste sentido, o Câmpus Cubatão oferece os seguintes cursos:

### **4.1 - Técnico**

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos,

promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e

a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*. Também podem ser organizados de modo *concomitante e subsequente* ao Ensino Médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do câmpus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs. Os cursos podem ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

#### 4.1.1 - Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração mínima de 3 anos e máxima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

#### **Relação dos cursos integrados oferecidos pelo campus:**

**Nome do curso:** Curso Técnico em Eventos na forma integrada ao Ensino Médio. **Eixo**

**Tecnológico:** Turismo, hospitalidade e lazer.

O Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio está ligado ao eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, cumprindo legalmente a oferta de vagas na educação básica de modo integrado ao ensino médio, e tem como possibilidade de verticalização o curso superior de Bacharelado em Turismo. Os egressos do curso técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio terão como possibilidade integrar os seguintes componentes curriculares, do curso de Bacharelado em Turismo: Gestão de Alimentos e Bebidas; Eventos; e Turismo e Emancipação, respectivamente. Além do componente Arte, Cultura e Sociedade, com mesma denominação no curso técnico em eventos.

O curso foi criado pela Resolução CONSUP 111/2016, de 01/11/2016. Sua atualização ocorreu através da criação do Currículo de Referência por meio da Resolução CONSUP 65/2021, de 02/03/2021 e a sua reformulação pela Resolução CONSUP 37/2023, de 03/02/2023.

Curso Técnico em Eventos	Modalidade	Turno	Duração	Vagas	Periodicidade de da oferta
	Presencial	Vespertino	4 anos	40	Anual

Modalidade: presencial.

Turno: vespertino

Duração: 4 anos

Número de vagas: 40

Periodicidade da oferta: anual

## PERFIL DO EGRESSO

O profissional em Eventos articula os conhecimentos do eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer aos conhecimentos das áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática e suas tecnologias, considerando o trabalho como princípio educativo de formação integral e indissociável do ensino, pesquisa e extensão. O egresso possui os conhecimentos essenciais para prosseguir os estudos em prol do seu desenvolvimento pessoal e da qualidade de vida. Este profissional atua em diversos segmentos do mundo do trabalho e do meio social, aplicando os conhecimentos e habilidades da área com atitude inovadora, proativa, ética, crítica e reflexiva acerca da atividade profissional e cidadã, numa visão que engloba os aspectos socioculturais, ambientais, políticos e institucionais de forma democrática e sustentável. O técnico em Eventos respeita e valoriza os direitos humanos, as relações étnico-raciais e de gênero para alcançar a equidade e a justiça social. Utiliza ferramentas de tecnologia de informação e comunicação para aplicação profissional. Atua na prospecção e planejamento de eventos de acordo com o público alvo, as necessidades dos clientes e o mercado. Promove ações de comercialização e divulgação relacionadas ao evento. Coordena e realiza a execução do evento: montagem, decoração, serviços técnicos, logísticos e operacionais. Apoia o planejamento e a operação de serviços de alimentos e bebidas. Realiza procedimentos de cerimonial e protocolo. Coordena a recepção de eventos. Realiza o pós-evento. Atua para tornar os eventos mais seguros.

**Nome do curso:** Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

**Eixo Tecnológico:** Informação e Comunicação

O curso recebeu autorização para funcionamento no IFSP, pela Resolução nº 396, de 19 de novembro de 2008. Foi atualizado por meio de Parecer nº 31 de 17 de novembro de 2015 e Resolução 26/2014, 11/03/2013, sendo reformulado em 2017 por meio da Resolução nº76/2017 de 05/09/2017. O Currículo de Referência do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática, foi criado por meio da Resolução CONSUP 67/2021 de 02/03/2021 e reformulado pela resolução CONSUP Nº 36/2023, 03/02/2023

Curso Técnico em Informática	Modalidade	Turno	Duração	Vagas	Periodicidade de oferta
	Presencial	Matutino	4 anos	40	Anual
		Vespertino		40	

## PERFIL DO EGRESSO

A Comissão para Elaboração e Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Informática

Integrado ao Ensino Médio atualizou as dimensões profissionais previstas na edição mais recente do Catálogo Nacional do Ensino Técnico à época da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, incluindo integralmente os termos presentes no documento oficial.

Tais termos englobam as seguintes habilitações do técnico em informática: desenvolve sistemas computacionais utilizando ambiente de desenvolvimento; realiza modelagem, desenvolvimento, testes, implementação e manutenção de sistemas computacionais; modela, constrói e realiza manutenção de banco de dados; executa montagem, instalação e configuração de equipamentos de informática; instala e configura sistemas operacionais e aplicativos em equipamentos computacionais; realiza manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática; instala e configura dispositivos de acesso à rede e realiza testes de conectividade; realiza atendimento help-desk; opera, instala, configura e realiza manutenção em redes de computadores; aplica técnicas de instalação e configuração da rede física e lógica; instala, configura e administra sistemas operacionais em redes de computadores; executa as rotinas de monitoramento do ambiente operacional; identifica e registra os desvios e adota os procedimentos de correção; e executa procedimentos de segurança, pré-definidos, para ambiente de rede.

É fundamental para atuação como Técnico em Informática conhecimentos e saberes relacionados aos processos de planejamento e execução de projetos computacionais de forma a garantir a entrega de produtos digitais, análise de softwares, testagem de protótipos, de acordo com suas finalidades; conhecimentos e saberes relacionados às normas técnicas, à liderança de equipes, à solução de problemas técnicos e à assertividade na comunicação de laudos e análises; e habilidades relacionadas à construção de soluções em BI e integrações sistêmicas.

O egresso do Curso Técnico em Informática atua na sociedade (da qual integra o mundo do trabalho) de forma crítica, ética e transformadora, valorizando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social, respeitando os direitos humanos, reconhecendo as diversidades existentes nas relações sociais e as demandas ambientais. Compreende que o desenvolvimento tecnológico modifica as relações profissionais e interpessoais. Atua em diferentes modalidades do mundo do trabalho, entendendo seu caráter, sua essência e a indissociabilidade entre os saberes práticos e teóricos. Reconhece a diversidade sexual, de gênero e as relações étnico-raciais atuando na desconstrução do machismo e racismo estruturais, do preconceito de qualquer tipo e das mais diversas formas de discriminação e desigualdade sociais, raciais e de gênero, dentro e fora das relações de trabalho.

Apresenta formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, buscando a inovação, considerando o contexto sociopolítico, econômico e o desenvolvimento sustentável, estando apto a prosseguir os estudos com autonomia intelectual e criatividade. Articula os conhecimentos em Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática ao eixo tecnológico de Informação e Comunicação

#### 4.1.2 - Técnico Concomitante e Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante e subsequente é oferecido a quem tenha

concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do Ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

**Nome do curso:**

Curso de Técnico em Automação Industrial Concomitante ou Subsequente ao ensino médio

**Eixo Tecnológico:** Controle e Processos Industriais

Início do funcionamento do curso: Julho de 2004

Resolução de Aprovação do Curso no IFSP: n.º 60, de 04/05/2004

Resolução de Reformulação do Curso no IFSP: n.º 131, 31/10/2017

Portaria de Reconhecimento do curso: Resolução n.º 183, de 20/06/2011  
Portaria de Aprovação da Reformulação do curso pelo CONSUP: Resolução N.º 231/2023, de 7 de março de 2023

Curso de Técnico em Automação Industrial	Modalidade	Turno	Duração	Vagas	Periodicidade de oferta
	Presencial	Noturno	7 semestres	40 semestrais 40 anuais	1º semestre Anual

**Perfil do Egresso:**

O aluno egresso do Curso Superior de Tecnologia em Automação é capaz de aprender e desenvolver novas tecnologias, de modo empreendedor e com visão crítica em sua atuação. Atua em projetos e gerencia a instalação e o uso de sistemas automatizados de controle e supervisão de processos industriais. Supervisiona a implantação e operação de redes industriais, sistemas supervisórios, controladores lógicos programáveis, sensores e atuadores presentes nos processos. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação.

O aluno egresso deve adquirir conhecimentos e tecnologias nas várias áreas presentes no arranjo produtivo local como redes industriais, instrumentação, sistemas supervisórios, controladores lógicos programáveis (CLP), sistemas integrados (eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos e hidráulicos), controle microprocessado, sensores e atuadores, desenho auxiliado por computador (CAD), interfaces homem

máquina, entre outras. Além disso, apresenta a capacidade de inovar, procurando soluções criativas e sustentáveis para os desafios encontrados nos processos na região.

**4.2 - Projeja**

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de

Educação de Jovens e Adultos – Proeja, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do Proeja consideram as características dos jovens e adultos atendidos e podem ser articulados ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

#### 4.2.1 - Proeja Médio

O Proeja Médio destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular, por meio de curso técnico de nível médio na forma integrada, sendo que a idade mínima para ingressar no curso é de 18 anos. O curso tem a duração mínima de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

**Nome do curso:** Proeja Técnico em Informática para Internet

**Eixo tecnológico:** Informação e Comunicação

**Histórico:**

O curso Informática para Internet de nível médio ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA EPT) foi estruturado a partir do trabalho da Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico de Curso (CEIC) para elaboração dos Currículos de Referência dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em conformidade com a Instrução Normativa IFSP nº 002 da Pró-reitoria de Ensino, de 14 de maio de 2019.

- Modalidade (presencial).
- Turno: noturno
- Duração. 2 anos
- Número de vagas: 40 vagas anuais

#### **PERFIL DO EGRESSO**

O egresso do Curso Técnico em Informática para internet atua na sociedade (da qual integra o mundo do trabalho) de forma crítica, ética e transformadora, valorizando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social, respeitando os direitos humanos, reconhecendo as diversidades existentes nas relações sociais e as demandas ambientais. Compreende que o desenvolvimento tecnológico modifica as relações profissionais e interpessoais. Atua em diferentes modalidades do mundo do trabalho, entendendo seu caráter, sua essência e a indissociabilidade entre os saberes práticos e teóricos. Reconhece a diversidade sexual, de gênero e as relações étnico-raciais atuando na desconstrução do machismo e racismo estruturais, do preconceito de qualquer tipo e das

mais diversas formas de discriminação e desigualdade sociais, raciais e de gênero, dentro e fora das relações de trabalho. O Técnico em Informática para internet planeja e documenta aplicações para Web e dispositivos móveis; desenvolve e organiza elementos estruturais e visuais de aplicações para Web e dispositivos móveis; monitora projetos de aplicações para Web e dispositivos móveis; estrutura e implementa banco de dados para aplicações Web; codifica aplicações para Web e dispositivos móveis; publica e testa aplicações para Web e dispositivos móveis; documenta e realiza manutenção de aplicações para Web e dispositivos móveis. Para atuação como Técnico em Informática para internet são fundamentais conhecimentos e saberes relacionados aos processos de planejamento e execução de projetos em websites focados na experiência do usuário, na testagem e análises de produtos web, na liderança de equipe e na ética profissional. Apresenta formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, buscando a inovação, considerando o contexto sociopolítico, econômico e o desenvolvimento sustentável, estando apto a prosseguir os estudos com autonomia intelectual e criatividade em qualquer área e terá condições de articular os conhecimentos em Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática com o eixo tecnológico de Informação e Comunicação.

### **4.3 - Graduação**

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se também, nos cursos de Licenciatura, a importância da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia contemple o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreende as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

#### **4.3.1 - Licenciatura**

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na Educação Básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Os cursos de licenciatura ofertados no IFSP-CBT são:

- Licenciatura em Letras - Português – (LET);
- Licenciatura em Matemática – (LMA).

O curso destina de Licenciatura em Letras - Português – (LET), sendo o eixo Português, o curso é ofertado na modalidade presencial, organizado com periodicidade semestral, com 40 vagas anuais totais no turno matutino.

Câmpus Cubatão deu início ao processo de reformulação do curso de Licenciatura em Letras - Português, aprovado pela Resolução n.º 81/2017, por meio do encaminhamento à Diretoria de Graduação (DGRA) do processo SUAP n.º 23307.002731.2022-64 que solicita a análise da documentação e demais providências para reformulação do curso no câmpus.

O Câmpus Cubatão oferta o referido curso desde o ano de 2018. Os principais novos justificados para a reformulação são: implementação do Currículo de Referência do curso, o atendimento às Diretrizes da Curricularização da extensão, estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 7 de 18 de dezembro de 2018 e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica - Resolução CNE/CES n.º 2 de 20 de dezembro de 2019. Segunda Atualização de Curso - Parecer n.º 34/2022 (26 de julho de 2022) - CONEN-GAB/GAB-RET/CHE-RET/RET/I - Processo no. 23307.000925.2022-25. Após aprovação na 1ª Reunião Ordinária de 2023, pelo plenário, com uma abstenção, o presidente do Conselho de Ensino manifesta-se favorável à reformulação do curso de Licenciatura em Letras – Português, Câmpus Cubatão, processo 23307.002731.2022-64.

O tempo Mínimo de Integralização do Curso 8 semestres, e o tempo máximo de Integralização do Curso 16 semestres.

O perfil do egresso da Licenciatura em Letras - Português do câmpus Cubatão do Instituto Federal de São Paulo está habilitado a exercer, de forma crítica, ética e humanística, a sua atividade profissional, sobretudo à docência na Educação Básica, sendo capaz de conduzir o processo de ensino e aprendizagem nas diferentes manifestações linguísticas e literárias. Domina as modalidades oral e escrita da(s) língua(s) estudada(s). É capaz de planejar, implementar e aprimorar as atividades inerentes ao magistério, conduzindo ações em pesquisa e práticas educacionais, atuando como agente formador de leitores e produtores de textos aptos a problematizar as tensões decorrentes das diferenças culturais que caracterizam a sociedade. O egresso compreende sua formação como um processo crítico, contínuo, autônomo e permanente, articulando ensino, pesquisa e extensão e faz uso de novas tecnologias em sua prática profissional. É capaz de atuar, ainda, em editoração, consultoria linguística e literária, entre outras áreas afins.

O ensino de Português está em constante mudança e atualmente a exigência para os alunos do

Ensino Básico é a competência de leitura e escrita face à sociedade. Essas competências, conforme se apontou anteriormente (item 2 – Justificativa e demanda de mercado), não mostraram avanços significativos nos últimos quatro anos no Brasil. Uma das possíveis causas para isso está ligada à formação de professores na área de Letras, devido à escassez de oferta de cursos de Licenciatura (tanto públicos, como privados) no país. Especificamente no que se refere ao município de Cubatão, inexistente a Licenciatura em Letras - Português, condição que também afeta praticamente todas as cidades que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Licenciatura em Matemática (LMA), o curso foi criado pela Resolução CONSUP N. 088/2015, de 29 de setembro de 2015. Foi atualizado por meio do Parecer CONEN n. 075/2018. Currículo de Referência do Curso em Licenciatura em Matemática, por meio da Resolução CONSUP N. 93/2021, de 06 de abril de 2021.

O LMA iniciou-se no 1º semestre de 2016, pertencendo ao Eixo Tecnológico da Matemática, sendo oferecido na modalidade presencial. Trata-se de um curso que ocorre no turno matutino, com duração de 8 semestres letivos e 40 vagas anuais.

O licenciado em Matemática está habilitado a exercer a docência em matemática em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, assim como participar da organização e gestão de sistemas de educação e suas instituições de ensino, com ética e compromisso, com vistas à construção de uma sociedade justa. Conduz propostas que abordam temas transversais no processo educacional, promovendo o respeito às diferenças em suas múltiplas dimensões, e que contribuem para a interlocução entre a escola e a comunidade. Seleciona, desenvolve e avalia situações e materiais didáticos, considerando os conteúdos específicos, pedagógicos, as abordagens teórico metodológicas do seu ensino, as possibilidades interdisciplinares e as diretrizes curriculares nacionais e outras determinações legais. Promove a integração das tecnologias educacionais e de informação e comunicação em sala de aula, favorecendo a aprendizagem, a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos. Possui uma postura investigativa que contribui para a elaboração de reflexões sobre a própria prática e para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, colaborando para a construção de conhecimento sobre questões de seu campo de atuação em um processo constante de formação continuada.

#### 4.3.2 - Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Encontram-se sendo oferecidos os cursos:

- Tecnologia em Automação Industrial (CSA);

- Tecnologia em Gestão de Turismo - TUR - CURSO EM EXTINÇÃO; · Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS).

O curso de Tecnologia em Automação foi criado pela Resolução CONSUP n.º 60, 04/05/2004. Sua reformulação deu-se por meio da Resolução n.º 131, 31/10/2017. Currículo de Referência do Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial, por meio da Resolução n.º 84/2020, de 15/12/2020. Vigência do curso: 1º semestre de 2023. Aprovação da Reformulação de curso, por meio da Resolução n.º 231/2023, de 7 de março de 2023.

O curso é oferecido no turno noturno, sendo ofertadas 40 vagas anuais, totalizam-se 7 semestres letivos. O perfil do egresso, do aluno egresso do Curso Superior de Tecnologia em Automação é capaz de aprender e desenvolver novas tecnologias, de modo empreendedor e com visão crítica em sua atuação. Atua em projetos e gerencia a instalação e o uso de sistemas automatizados de controle e supervisão de processos industriais. Supervisiona a implantação e operação de redes industriais, sistemas supervisórios, controladores lógicos programáveis, sensores e atuadores presentes nos processos. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação. O aluno egresso deve adquirir conhecimentos e tecnologias nas várias áreas presentes no arranjo produtivo local como redes industriais, instrumentação, sistemas supervisórios, controladores lógicos programáveis (CLP), sistemas integrados (eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos e hidráulicos), controle microprocessado, sensores e atuadores, desenho auxiliado por computador (CAD), interfaces homem-máquina, entre outras. Além disso, apresenta a capacidade de inovar, procurando soluções criativas e sustentáveis para os desafios encontrados nos processos na região.

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS).

#### 4.3.3 - Bacharelado

Promove a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. O curso tem duração mínima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

- Bacharelado em Turismo – TUR

O curso de Bacharelado em Turismo, classifica-se no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. O curso foi criado pela Resolução CONSUP n.º 47/2017. Atualização de curso, por meio da Resolução n.º 20/2021, de 2 de março de 2021. O Currículo de Referência do Curso Superior de Bacharelado em Turismo, por meio da Resolução CONSUP n.º 20/2021, de 2 de março de 2021. E a reformulação do Curso aprovada pela Resolução CONSUP 293/2023.

O curso está estruturado semestralmente e com ingresso anual, ofertando-se 40 vagas no período noturno. A opção por 40 vagas anuais no período noturno se deu no momento da proposta de abertura de curso, após consultas públicas junto ao Santos & Região Convention & Visitors Bureau, Secretarias

de Turismo, bem como agentes produtivos regionais ligados ao setor de turismo, como hotéis, organizadores de eventos e Conselhos Municipais de Turismo.

A opção por ofertar 40 vagas anuais também ocorreu em decorrência da existência do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, cuja primeira turma foi ofertada em 2016, observando-se a possibilidade de verticalização e busca pelo Curso Superior de Bacharelado em Turismo apenas em 2021, com a primeira turma de egressos do Curso de Eventos em 2020.

O Bacharel em Turismo ou Turismólogo atua no planejamento, promoção e execução das atividades turísticas. Em sua atividade, investiga os potenciais e vocações turísticas regionais, visando a promover o desenvolvimento socioeconômico. Gerencia, planeja e administra empreendimentos turísticos, envolvendo-se na elaboração, comercialização e execução de roteiros e eventos, considerando a sua sustentabilidade econômica e ambiental.

Desenvolve, elabora e gerencia planos e programas turísticos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, atuando com políticas setoriais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; efetua avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais.

O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional. Além disso, conforme o currículo de referência, o curso deve revelar ao egresso as seguintes competências e habilidades:

- Compreender a habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos.
- Integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais.
- Compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem.
- Profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico.
- Conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

O Bacharel em Turismo atua e se adapta às novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Sua capacidade de se adaptar atende aos temas contemporâneos e está alinhado ao arranjo produtivo

local. Assim, além da formação geral do turismo, relacionam-se diretamente com a realidade local e regional com ênfase nas áreas de planejamento, hotelaria, eventos, gastronomia e agenciamento de viagens. Nesse sentido, pretende-se contribuir para a consolidação do turismo como área de estudos e indutor das atividades econômicas, formando profissionais e pesquisadores qualificados para a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Além dos cursos superiores citados acima destaca-se o curso de Engenharia de Controle de Automação, o curso foi criado pela Resolução CONSUP N.º 120/2016, de 01 de novembro de 2016. Currículo de Referência do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, por meio da Resolução N.º 27/2021, de 02 de março de 2021. O referido curso pertence ao Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, o início de funcionamento ocorreu no 1º semestre de 2017.

O curso de Engenharia de Controle de Automação, possui turno integral, sendo oferecidas 40 vagas anuais, totalizam-se 10 semestres letivos. O perfil do egresso Em sintonia com os Fundamentos Político Pedagógicos dos Institutos Federais, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia – Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, a Lei nº 5.194 de 24, de dezembro de 1966, Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973, Resolução CONFEA nº 1073, de 19 de abril de 2016 e Resolução Normativa CONFEA nº 427/1999 (específica para a Engenharia de Controle e Automação), os profissionais egressos dos cursos Bacharelados em Engenharia deste Instituto devem agregar à sua formação acadêmica os principais aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais da sociedade atual. O Curso Superior em Engenharia de Controle e Automação visa à formação omnilateral (trabalho-ciência-cultura) dos graduandos, de forma que seu egresso seja um profissional com formação técnica, tecnológica, humana, cidadã, com qualificação para o mundo do trabalho e capacidade de se manter em desenvolvimento e atualização. Além de sólida formação técnica e tecnológica, o egresso tem um perfil com visão holística e humanista, sendo também generalista, crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético. É comprometido com uma sociedade democrática e justa, sendo capaz de compreender processos produtivos e o seu papel dentro deles, incluindo as relações sociais. O profissional formado aplica, desenvolve, adapta e utiliza novas tecnologias com atuação inovadora e empreendedora, reconhece as necessidades dos usuários e fórmula, analisa e cria soluções aos problemas a partir delas, resolvendo com senso crítico e de forma criativa os problemas da Engenharia, no desenvolvimento de projetos e soluções, aplicando em sua prática profissional perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares, considerando aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho. O egresso do curso de Engenharia do Instituto Federal de São Paulo atua nas novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e se adapta a elas, com Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação - postura isenta de qualquer tipo de discriminação, comprometida com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Além da formação pessoal, o bacharel é capaz de ocupar postos de comando e de liderança técnica no ambiente de trabalho, enfrentando as mais diversas dificuldades sem receios, com confiança em suas

potencialidades, demonstrando capacidade de investigação, inovação e permanente atualização. De acordo com os Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia, o Engenheiro de Controle e Automação é um profissional de formação generalista, que atua no controle e automação de equipamentos, processos, unidades e sistemas de produção. Em sua atuação estuda, projeta e especifica materiais, componentes, dispositivos ou equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletrônicos, magnéticos, ópticos, de instrumentação, de aquisição de dados e de máquinas elétricas. Planeja, projeta, instala, opera e mantém sistemas de medição e instrumentação eletroeletrônica, de acionamentos de máquinas, de controle e automação de processos, de equipamentos dedicados, de comando numérico e de máquinas de operação autônoma. Projeta, instala e mantém robôs, sistemas de manufatura e redes industriais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza estudos de viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos e efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres técnicos. Em suas atividades, considera aspectos referentes à ética, à segurança, à legislação e aos impactos ambientais. Visa à atuação em todo o ciclo de vida e contexto do projeto de produtos (bens e serviços) e de seus componentes, sistemas e processos produtivos, inclusive inovando-os; atuação em todo o ciclo de vida e contexto de empreendimentos, inclusive na sua gestão e manutenção; e atuação na formação e atualização de futuros engenheiros e profissionais envolvidos em projetos de produtos (bens e serviços) e empreendimentos.

Outros dados:

Indicadores	2022	2023
1 - Taxa de Retenção	16,63	15,51
2 - Taxa de Conclusão	11,94	1,32
3 - Taxa de Evasão	25,90	7,25
4 - Taxa de Reprovações	4,44	0
5 - Taxa de Matrícula Ativa Regular	47,56	74,02
6 - Taxa de Matrícula Ativa Retida	14,60	17,40
7 - Índice de Efetividade Acadêmica	44,54	4,76
8 - Taxa de Saída com Êxito	31,55	15,44
9 - Índice de Permanência e Êxito	59,50	75,35

## **Capítulo 5: Políticas e ações institucionais**

O Câmpus Cubatão realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. Dentre as ações, destacam-se o atendimento do programa de assistência estudantil e as bolsas discentes.

O Sócio pedagógico, para além do atendimento da demanda cotidiana, realiza ações como acompanhamento do processo ensino e aprendizagem, como o reforço escolar e recuperação paralela, e a equipe visa ampliar a atuação.

As bolsas de pesquisa, ensino e extensão seguem em crescimento, tendo em vista o aumento no número de bolsistas e no número de grupos de pesquisa estabelecidos.

Os órgãos colegiados e o NAPNE, recém nomeados em 2015, ainda estão no início das atividades.

O movimento estudantil tem seu potencial no fortalecimento do Grêmio *Chico Mendes* e na recente criação do diretório acadêmico *Elias Delizoicov*.

### **5.1 – Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem**

#### **5.1.1 – Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica**

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

A coordenadoria hoje é composta por um técnico em assuntos educacionais, duas pedagogas, uma assistente social, uma psicóloga, uma intérprete em libras e uma técnica em enfermagem, vinculados à Diretoria Adjunta de Apoio ao Ensino. Administra o Programa de Assistência Estudantil e o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, realiza a ponte na relação aluno-professor oferecendo suporte pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, participa ativamente das reuniões de áreas junto aos docentes do câmpus, é o vínculo junto à família dos discentes, especialmente através da participação na reunião de pais, realiza a entrega dos lanches, acompanha o processo de aprendizagem dos discentes com levantamento de notas e coordena as atividades dos Conselhos de Classe –

Pedagógico e Deliberativo, orienta o discente diretamente em necessidades específicas e faz a interface junto às coordenadorias de cursos. Outras ações também estão sendo pensadas a fim de ampliar a atuação da Coordenadoria.

**Reforço Escolar** - O câmpus oferece aos alunos reforço escolar há alguns anos, de Física e Matemática, devido ao grande número de reprovação nestas disciplinas. Atualmente, acontece reforço de Física e Matemática em contra turno, às segundas-feiras e quintas-feiras.

No ano (2015), muitos professores têm feito alguns reforços para dar um suporte maior aos estudantes, devido à mudança de público alvo na nossa instituição, percebe-se a existência de alunos que necessitam de maior apoio.

#### 5.1.2 – Recuperação contínua e paralela

A recuperação é oferecida aos estudantes da educação básica, proporcionando oportunidades diversificadas que assegurem condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas no seu percurso escolar. A recuperação contínua está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula, constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas assim que estas forem constatadas. Já a recuperação paralela é oferecida aos estudantes que não apresentarem os progressos previstos em relação aos objetivos e metas definidas para cada componente curricular, em horário que privilegie o atendimento ao estudante e que não coincida com as aulas regulares do seu curso.

##### Orientações para elaboração do texto:

- Descrever os mecanismos de recuperação de aprendizagem adotados pelos docentes, as formas de organização dos horários da recuperação paralela e demais informações sobre a oferta no câmpus.

#### 5.1.3 – Atendimento ao estudante

O atendimento ao estudante compreende horário semanal disponibilizado pelos docentes a todos os estudantes para sanar dúvidas, revisar conteúdos, orientar projetos e trabalhos acadêmicos, bem como acompanhar os estudos relacionados aos componentes curriculares ministrados pelo docente.

##### Orientações para elaboração do texto:

- Descrever as formas de organização e de divulgação dos horários de atendimento e demais informações sobre a oferta no câmpus.

#### 5.1.4 – Projetos de ensino

Os projetos de ensino são desenvolvidos por meio do Programa de Bolsa de Ensino, que tem por objetivo apoiar a participação dos estudantes em atividades acadêmicas e estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional. Os projetos são apresentados por meio de editais promovidos pelos câmpus do IFSP, que indicam os critérios de seleção do bolsista e atividades a serem desenvolvidas sob a supervisão do docente orientador.

##### Orientações para elaboração do texto:

- Descrever o desenvolvimento dos projetos de ensino.
- Indicar o número de bolsistas, professores orientadores e colaboradores, o nível e modalidade de ensino dos cursos envolvidos, etc.

#### 5.1.5 – Formação continuada de professores

A formação continuada de professores do IFSP consiste em uma política que se baseia em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de constante desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes da instituição. A formação continuada *in loco* busca a valorização do profissional e a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

##### Orientações para elaboração do texto:

- Descrever como a formação continuada é desenvolvida no câmpus, a composição da equipe, a periodicidade dos encontros, os temas trabalhados, o envolvimento dos professores, os resultados observados, etc.

#### 5.1.6 – Biblioteca

As bibliotecas do IFSP existem para oferecer suporte informacional aos estudantes e servidores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O acervo das bibliotecas é composto por

livros, dicionários, periódicos, mídias digitais, monografias, jogos, entre outros. Esse acervo é aberto e pode ser consultado também por usuários externos, possuindo uma política de empréstimo aos estudantes e servidores.

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever os serviços prestados pela biblioteca do câmpus, a disponibilização do acervo, o horário de funcionamento, as atividades realizadas pelo setor, etc.

5.1.7 – Outras ações

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever outras ações de apoio ao ensino e à aprendizagem desenvolvidas no câmpus, incluindo as ações realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-IFSP) e do Programa de Residência Pedagógica (PRP), quando houver.

**5.2 – Ações de apoio ao estudante**

**5.2.1 - Assistência Estudantil (ATUALIZADO)**

A Assistência Estudantil é uma política institucional que tem como referência o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto de nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes em diferentes áreas, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014 foram aprovadas as resoluções nº 135 e nº 136: a primeira regulamentava a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil. Tais resoluções foram alteradas pelas Resoluções nº 41 e 42, de 02 de junho de 2015 do IFSP, respectivamente.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo tem ainda, como marcos regulatórios mais abrangentes:

- A. A Constituição Federal de 1988, que enfatiza *a educação como dever do Estado e da família* (artigo 205); e ressalta *a igualdade de condições de acesso e permanência na escola* (artigo 206);
- B. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 ampara a Assistência Estudantil, pois destaca *o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola* (artigo 3º, inciso I). Ressalta ainda, que a educação deve englobar os processos formativos e o ensino será ministrado com base no princípio da *vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais* (artigo 3º, inciso XI);
- C. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe *sobre os direitos e deveres destinados à criança e ao adolescente, sob responsabilidade da família e sociedade*, bem como o Estatuto da Juventude, Lei nº 12852, de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos do jovens e sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude.

Conforme as resoluções nº 41 e 42/2015, a Assistência Estudantil do IFSP é composta por três programas, o Programa de Auxílio Permanência, o Programa de Apoio ao Estudante Proeja e o Programa de Ações Universais.

O **Programa de Auxílio Permanência** é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico, saúde.

O **Programa de Apoio ao Estudante PROEJA** tem como objetivo contribuir para a permanência e êxito dos estudantes dos cursos do PROEJA, por meio de apoio financeiro para complementação de despesas voltadas, prioritariamente, à alimentação e ao transporte.

O **Programa de Ações Universais** é destinado a toda a comunidade discente do IFSP, independente de situação socioeconômica. As ações do programa são desenvolvidas por meio de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes e contam com a participação de professores, técnicos administrativos e estudantes.

A Política de Assistência Estudantil em seus princípios, diretrizes e objetivos, visa propiciar condições de acesso, adaptação e permanência do estudante no instituto, buscando possibilitar a sua formação integral através de uma *“práxis educativa, que contribua para sua inserção, formação integradora e a produção do conhecimento”* (BRASIL, IFSP, PDI, 2009).

A Política de Assistência Estudantil do Campus Cubatão tem como objetivo principal viabilizar a democratização de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes regularmente matriculados, através de ações que visem garantir o acesso, a permanência e a formação dos que se encontram em vulnerabilidade social, para não comprometer o seu êxito nas atividades acadêmicas do semestre/ano letivo.

No ano de 2022, por exemplo, que foi um ano atípico em virtude da pandemia de COVID-19, tivemos a participação de 414 estudantes no Programa de Auxílio Permanência (PAP), sendo contemplados 188 estudantes do Ensino Médio e 226 do Ensino Superior, nas seguintes modalidades de auxílios: Alimentação (81,4% do valor total destinado ao PAP em 2022: R\$ 802.105,00); Transporte (12,35%); Moradia (4,16 %); creche (1,75%); e saúde (0,24%).

No Programa de Apoio ao Estudante PROEJA foram atendidos 35 estudantes ao longo do ano de 2022, o que representou a utilização de 7,8% do total do orçamento da Assistência Estudantil executado em 2022 (R\$ 870.431,70).

Não foi possível, no ano de 2022, a execução do Programa de Ações Universais, devido à indisponibilidade orçamentária.

No ano vigente, até o mês de agosto, temos a participação de 396 estudantes no Programa de Auxílio Permanência, sendo contemplados 208 estudantes do Ensino Médio, 1 do EJA e 187 do Ensino Superior, nas seguintes modalidades de auxílios: Alimentação: 386 estudantes; Transporte: 166 estudantes; Moradia: 16 estudantes; e creche 20 estudantes. Além disso, tivemos uma lista de espera com 71 estudantes, que passaram a ser atendidos no segundo semestre, haja vista que tivemos uma recomposição orçamentária que elevou o orçamento anual da Assistência Estudantil de R\$ 841.982,22 para R\$ 925.082,59.

No Programa de Apoio ao Estudante PROEJA foram atendidos 09 estudantes até agosto de 2023.

Não foi possível, no primeiro semestre de 2023, a execução do Programa de Ações Universais e a concessão do auxílio saúde do PAP, devido à indisponibilidade orçamentária.

São algumas dificuldades enfrentadas no âmbito da Assistência Estudantil, especialmente no Programa de Auxílio Permanência, a morosidade do processo seletivo, que envolve várias etapas, dentre elas a necessidade do estudante apresentar uma variabilidade de documentos comprobatórios da situação declarada na inscrição, o que leva a muitos erros; falta de profissional técnico-administrativo envolvido diretamente na execução do programa; e a necessidade de atualização do Módulo de Atividades Estudantis no SUAP, para que ele esteja cada vez mais próximo das necessidades dos profissionais e dos estudantes em relação ao processo seletivo do programa.

Sugestões para melhorar o processo de atendimento no PAE: contratação de mais uma assistente social e a atualização do Módulo de Atividades Estudantis no SUAP.

#### 5.2.2 – Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um direito de todos os estudantes da educação básica pública brasileira, conforme a Constituição Federal e uma série de leis que regulamentam esse direito. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são oferecidas alimentação escolar e ações de Educação Alimentar e Nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. No IFSP são atendidos estudantes dos cursos técnicos integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio e do Proeja.

#### Orientações para elaboração do texto:

- Descrever as ações relacionadas à alimentação escolar no câmpus.
- Indicar o número de estudantes atendidos, as parcerias estabelecidas e demais informações sobre a oferta no câmpus.

#### 5.2.3 – Apoio à organização estudantil

O protagonismo estudantil é um componente fundamental dentro da instituição. Nesse contexto, busca-se incentivar e fortalecer os espaços de decisão coletivos, que garantem a participação estudantil nas decisões no âmbito do IFSP, e apoiar a organização dos estudantes.

Orientações para elaboração do texto:

III Descrever as ações e espaços da atuação dos estudantes no câmpus, como Grêmios, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos, movimentos e demais ações estudantis.

### **5.3 – Atuação dos núcleos**

#### **5.3.1 – NAPNE**

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de contribuir para a implementação da cultura da educação para a convivência, o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, bem como prestar apoio educacional aos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). O NAPNE está presente em todos os câmpus do IFSP.

Orientações para elaboração do texto:

IV Descrever a organização do núcleo no câmpus, as ações desenvolvidas, os principais encaminhamentos realizados, o número de estudantes atendidos e demais informações sobre a atuação do NAPNE no câmpus.

#### **5.3.2 – NEABI**

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição. O núcleo foi criado para que as questões étnico-raciais, como o racismo e a xenofobia, não fiquem à margem e sejam tratadas com a devida seriedade nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do IFSP ou que estejam a ele vinculadas. O NEABI possui coordenação centralizada e é composto por servidores e estudantes de diversos câmpus da instituição, representantes das pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e membros da comunidade externa do IFSP.

Orientações para elaboração do texto:

V Explicitar a atuação do NEABI no câmpus.

### 5.3.3 – NUGS

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não-sexista que propiciem a equidade e a igualdade entre os gêneros, o combate à violência e à discriminação contra as pessoas LGBTQIAPN+, de modo a promover a valorização da diversidade, o respeito pela diferença e a preservação e ampliação dos direitos dessas pessoas. O NUGS está vinculado ao Gabinete da Reitoria e é composto por servidores e estudantes de diversos câmpus da instituição, representantes das pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e membros da comunidade externa do IFSP.

Orientações para elaboração do texto:

VI Explicitar a atuação do NUGS no câmpus.

## **5.4 – Atuação dos órgãos colegiados**

### 5.4.1 – Conselho de Câmpus

O Conselho de Câmpus (CONCAM) é um órgão descentralizado e superior do câmpus com as mesmas competências do Conselho Superior do IFSP, de maneira delegada, para que sejam exercidas na unidade. O CONCAM possui competências deliberativas e consultivas e é composto pelo diretor-geral, representantes discentes, docentes, técnico-administrativos e da comunidade externa. Compete a ele apreciar a proposta orçamentária anual, aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de ação, a proposta de criação, alteração curricular ou extinção de cursos, assim como regulamentos e normas internas.

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever a composição e atuação do CONCAM no câmpus.

### 5.4.2 – Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de função propositiva, consultiva e deliberativa no âmbito de cada curso de graduação para assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as políticas e diretrizes da instituição. Composto pelo coordenador do

curso, representantes docentes, técnico-administrativos e discentes, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, emitir pareceres, estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever a composição e atuação dos Colegiados de Curso no câmpus.

#### 5.4.3 – CEIC

A Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica (CEIC) tem como objetivo a elaboração e o desenvolvimento dos processos de implantação, reformulação, atualização, interrupção temporária da oferta de vagas e extinção dos cursos da educação básica. A CEIC é composta por representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da comunidade externa e tem entre suas atribuições elaborar e revisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e acompanhar o curso de forma a assegurar o alinhamento e coerência das ações previstas.

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever a composição e atuação das CEICs no câmpus.

#### 5.4.4 – Conselho de Classe

Os Conselhos de Classe são organizados nos cursos da educação básica como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação de todos os docentes da respectiva turma, do Coordenador do Curso, do Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica. O Conselho de Classe Pedagógico acontece com periodicidade bimestral com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, identificar progressos e dificuldades e propor encaminhamentos pertinentes. O representante de turma e o representante dos pais ou responsáveis também são chamados para participar desse conselho. O Conselho de Classe Deliberativo é realizado ao final do período letivo e tem como objetivo analisar o processo de ensino e aprendizagem do estudante, prevalecendo o aspecto qualitativo dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo.

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever a organização e atuação dos Conselhos de Classe no câmpus.

#### 5.4.5 – Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do IFSP. A CPA é responsável por articular e coordenar a avaliação interna da instituição, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico. A comissão é formada por diferentes membros, representantes dos vários segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Os resultados das atividades avaliativas são apresentados aos órgãos colegiados superiores e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) por meio de relatórios.

Orientações para elaboração do texto:

- Descrever como ocorre a organização e a atuação da CPA no câmpus.
- Explicitar, também, as formas e a periodicidade da divulgação dos relatórios produzidos pela comissão e os espaços de discussão dos resultados das ações avaliativas com a comunidade.

#### 5.5 – Ações de Extensão

A Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. A Extensão compreende todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovem a relação dialógica entre o IFSP e a comunidade externa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus está inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

As ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a comunidade externa e a participação, com protagonismo, de estudantes. Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho como o estágio e o acompanhamento de egressos.

#### Orientações para elaboração do texto:

- Descrever as ações de extensão desenvolvidas pelo câmpus, tais como:
  - Projetos, incluindo aqueles vinculados ao Programa Mulheres do IFSP e ao Programa Institucional de Cursinhos do IFSP, quando houver.
  - Cursos livres de extensão (Observar que os cursos FIC foram apresentados no capítulo anterior)
  - Eventos.
  - Prestação de serviços.
  - Atividades promovidas no âmbito da Política de Acompanhamento de Egressos (PAEg).
  - Atividades relacionadas ao estágio e estabelecimento de relações com o setor produtivo para o desenvolvimento da prática profissional.
- Indicar o número de estudantes, com protagonismo, envolvidos nas ações, público, objetivos e resultados alcançados, entre outras informações que o câmpus julgar relevantes.
- Explicitar de que forma as ações possibilitam a resolução de demandas concretas da comunidade, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável.
- Destacar as estratégias de articulação da extensão com o ensino e a pesquisa.

### **5.6 – Ações de Pesquisa e Inovação (ATUALIZADO)**

As ações de pesquisa estão voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (estudantes de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço social.

As atividades de pesquisa são conduzidas, em sua maior parte, por meio de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de inúmeras linhas de

investigação. O IFSP mantém continuamente a oferta de bolsas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, o fomento para participação em eventos científicos e ações de incentivo para a captação de recursos em agências ou órgãos de fomento, com a finalidade de estimular o engajamento estudantil em atividades dessa natureza.

O Campus Cubatão lança todos os anos dois editais, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIBIFSP) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT).

Em relação ao PIBIFSP, são 21 bolsas ofertadas pelo campus, mas historicamente sempre conseguimos uma bolsa a mais através da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) que sempre distribui algumas bolsas a mais para todos os campi todos os anos. Nos últimos anos, diversos docentes têm enviado seus projetos para concorrer a essas bolsas, no ano de 2021, 29 projetos foram enviados, já no ano de 2022 foram 26 e em 2023 tivemos 28 projetos submetidos. Esses projetos continuam cumprido sua missão de iniciar o estudante na pesquisa, e relevantes pesquisas vêm sendo realizadas em diversas áreas do conhecimento, para ilustrar, vamos citar alguns exemplos relacionados aos nossos cursos de Engenharia de Automação e Controle, Matemática, Letras, Turismo e Análise de Desenvolvimento de Sistemas (ADS):

- Prótese mioelétrica de baixo custo para membros superiores,
- Desenvolvimento de Aplicações de IA com Edge Impulse,
- Aplicações sem fio para Internet das Coisas (IoT) e Indústria 4.0,
- Combate a COVID-19 por esterilização de micro-ondas,
- Método heurístico para a ferramenta horário docente na confecção de grades de horários,
- Jogos digitais para o ensino de ligações químicas,
- Da cidade fordista à cidade neoliberal: debate teórico sobre a segregação socioespacial,
- Liderança e sucesso nas carreiras de Turismo e as princípios de Napoleon Hill,
- Construção e otimização da operação de um biodigestor,
- Jogos digitais para o ensino de ligações químicas,
- A construção de heroínas femininas em três obras da literatura fantástica,
- Ambiente didático para ensino de lógica de programação básica para deficientes visuais.

Sobre o PIVICT, o campus trabalha com fluxo contínuo, um edital é aberto no começo de fevereiro e finalizado em meados de dezembro, podendo o docente submeter editais a

qualquer momento. Em 2021, foram 14 projetos concluídos, já em 2022 foram 06 projetos, até meados de 2023, foram recebidos 06 projetos. A seguir temos alguns desses, projetos:

- O site "Estudos Nacionais" e disseminação de fake news na pandemia de COVID-19,
- Aplicação de Inteligência Artificial em Sistemas Embarcados,
- Dificuldades e desafios no descarte de lixo eletrônico: um estudo no IFSP Campus Cubatão,
- Implementação do Observatório de Turismo & Economia do Mar.
- Reconhecimento automático do estado afetivo do estudante: proposta de um Dashboard.

Nota-se também uma ativa participação dos docentes do campus nos editais publicados pela PRP, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM) e o PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIFSP-AF), tivemos 05 projetos enviados em 2021, para 2022 foram submetidos 04 projetos e 06 projetos enviados em 2023, o que demonstra um interesse pelos docentes do campus na pesquisa, que procuram outras fontes de fomento além das oferecidas pela Diretoria Adjunta de Pesquisa e Inovação (DAPI) de Cubatão.

A DAPI organiza todos os anos diversas atividades com o intuito de promover a pesquisa e a inovação no Campus Cubatão. Durante o ano de 2020, tivemos que repensar nossa forma de viver em todos os sentidos, devido a pandemia mundial da COVID-19. Com o trabalho remoto, no mês de junho foi organizado de forma remota o I Encontro dos Grupos de Pesquisa do Campus Cubatão, os 14 líderes dos grupos de pesquisa apresentaram suas pesquisas em andamento e suas parcerias, o evento foi transmitido pelo canal do Campus. Neste cenário pandêmico, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) foi realizada no mês de novembro de 2020, e diversos pesquisadores foram convidados para palestrar nos eventos que ocorrem no nossa campus durante a SNCT, como: a Semana de Letras, Semana de Matemática, a TECHWEEK (do curso de ADS), a SEAUT (Semana da Automação), o WMO (Workshop de Micro-ondas) etc. A palestra de abertura foi ministrada por Glauco Arbix, professor titular do departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e coordenador do Observatório da Inovação do Instituto de Estudos Avançados da USP, Glauco também foi ex-presidente da Finep.

Em 2021, a Diretoria Adjunta de Pesquisa e Inovação (DAPI) criou o programa Conversas Expressas<sup>1</sup>, onde pesquisadores eram convidados para explicar e discutir suas pesquisas com o público em geral. O programa ocorreu durante todo o ano e foi sempre feito no remoto on-line e transmitido pelo canal do Campus. Um dos seus convidados foi o professor doutor Alessandro Batezelli da Unicamp, que comentou sua experiência na expedição científica ao continente antártico com a finalidade de coleta de fósseis e amostras de rochas para pesquisas geológicas. Foram 75 dias na Antártica onde teve oportunidade de conhecer um pedaço da história do planeta, bem como viver uma experiência que poucas pessoas tiveram o privilégio no mundo.

Ainda em 2021, foi assinado um termo de cooperação entre o IFSP e a Fundação do Parque Tecnológico de Santos (FPTS), neste momento a FPTS estava com seu prédio em construção. Líderes de alguns grupos de pesquisa do campus participaram da reunião que criou possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão. Durante o ano de 2022 a FPTS desenvolveu algumas atividades com outros parceiros e o Campus Cubatão esteve presente. A partir de 2023, será possível realizar as ideias planejadas entre as duas instituições, pois em outubro as instalações da FPTS ficaram prontas. Mais uma vez foi realizada a SNCT do campus Cubatão, evento organizado anualmente que movimenta a pesquisa no campus com palestras, oficinas, minicursos e mesas redondas. Esse ano a palestra de abertura foi realizada pela Paula Lameu, PhD em educação pela University of Birmingham (UK). O evento da SNCT realizado todos os anos promove o campus para fora dos seus muros, pois é uma possibilidade da comunidade externa conhecer os seus projetos em desenvolvimento.

Já em 2022, a DAPI promoveu no campus em parceria com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cubatão (AEAC), uma Feira de Robótica que atraiu a comunidade externa para dentro do campus. Empresas apresentaram seus projetos na área de inovação robótica e os alunos do curso de Engenharia mostraram seus trabalhos em desenvolvimento na área. O evento aliou ensino, pesquisa e extensão onde mais de 500 pessoas participaram do evento.

Atualmente o campus possui 14 grupos de pesquisa ativos, estes grupos promovem diversas atividades todos os anos que fazem conexão com o ensino e a extensão. Todos os grupos trazem importantes contribuições, podemos destacar, o grupo Laboratório James Clerk Maxwell de Micro-ondas e Eletromagnetismo Aplicado (LabMax), promove o Workshop de Micro-ondas (WMO) todos os anos, o evento congrega pesquisadores de diversas universidades e sempre os alunos contribuem fortemente na organização do evento. O Grupo de Ensino e

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xmxj2w9Gv1q&t=4503s>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Pesquisa de Educação e Formação Profissional (GEPEFOP) promove o Congresso de Acessibilidade e Inclusão na Educação<sup>2</sup> (CAIE), que ocorre de forma bienal. Esse evento atrai a comunidade acadêmica externa para o campus, além de trazer estudantes de toda baixada santista como participantes e apresentadores de estudos no tema do evento.

O Grupo de Estudo e Ensino de Astronomia da Baixada Santista (GEEABS) promove eventos voltados para a Astronomia no campus que sempre têm a participação de estudantes da região, além disso, desenvolve estudos de poluição luminosa nas cidades da baixada. O Grupo de Análises Multidisciplinares em Ciências Humanas e Espaciais - (GRAMSCHE), desenvolve pesquisas sobre urbanização da baixada santista, reunindo uma equipe de docentes multidisciplinar na área das humanidades, que visa superar a carência de análises, pesquisas e dados sociais, históricos e espaciais.

Já o Grupo de Pesquisa: Raça, Cultura negra e Gênero (RACNEGÊ), investiga as demandas acontecidas nos diversos espaços educacionais/escolares formais e setores da sociedade. Sempre apresentando palestrantes para discutir temas atuais e pertinentes para a comunidade da baixada santista.

A Diretoria Adjunta de Pesquisa e Inovação (DAPI) tem atuado junto ao arranjo produtivo local, visitando as empresas e as indústrias da região, sempre com o objetivo de atender as demandas apresentadas por este setor. Petrobras, Unipar Carbocloro, Brans, SSE Brasil, Usiminas, MSC Brasil e muitas outras, têm sentado à mesa para firmar parcerias e atividades em conjunto, como mesas redondas, palestras, cursos, visitas monitoradas etc. Muitos desses eventos foram realizados no auditório do Campus Cubatão, sempre atraindo a comunidade interna e externa, e mostrando uma forte relação no tripé pesquisa, ensino e extensão.

É importante destacar que todos os anos desde 2013, é realizada a Feira de Ciências e Tecnologia (FECITEC) do campus. Mesmo durante o momento pandêmico a feira ocorreu de forma virtual. Durante a FECITEC nossos estudantes apresentam seus projetos desenvolvidos no 4º ano dos cursos integrados ao ensino médio, é um momento onde nosso ginásio fica repleto de estudantes das escolas públicas de ensino fundamental e médio. Oportunidade para que o ensino seja integrado diretamente com a pesquisa, mostrando essa junção na prática. A Feira é sempre muito esperada pela comunidade externa, um momento de muita troca de experiências e aprendizados.

Por fim, o Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores (PIPECT) e do Programa Institucional de Incentivo à

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.caieifsp.com/>>. Acesso em: 20 jul. de 2023.

Participação Discente em Eventos (PIPDE), contribuem todos os anos para os avanços da pesquisa no Campus Cubatão. O primeiro favorece a participação dos servidores em congressos nacionais e internacionais. Antes da pandemia, servidores participaram de eventos em diversos países como Estônia, Espanha, Estados Unidos, Colômbia dentre outros, divulgando as pesquisas do Instituto Federal pelo mundo. Atualmente o PIPECT, continua fomentando a publicação em congressos e revistas científicas. O PIPDE favorece a participação dos nossos estudantes em congressos, olimpíadas e eventos esportivos. Alguns alunos usam esses recursos para participar de eventos, como a Olimpíada Brasileira de História, Geografia, Matemática, Astronomia, entre outros. O Campus Cubatão possui um PIPDE próprio e desde 2019 os estudantes usam para custear passagens aéreas, hotéis e alimentação. Estudantes da Engenharia participaram de eventos no Nordeste em 2019 e 2020 utilizando os recursos deste edital, estudantes do Bacharelado em Turismo, no ano de 2023 participaram de um evento em Foz do Iguaçu. As participações dos nossos estudantes em eventos desta magnitude, promovem uma aprendizagem além da sala de aula, onde o aluno expõe os seus trabalhos de iniciação científica em eventos pelo país.

### **5.7 – Ações pós-pandemia**

No início de 2020, a pandemia da Covid-19 impôs a suspensão das atividades acadêmicas presenciais nos câmpus do IFSP, a reorganização dos calendários escolares e a implementação do ensino remoto emergencial. Somente no final de 2021 teve início o retorno gradual das atividades presenciais. Muitos foram os desafios enfrentados pelos servidores e estudantes durante esses quase dois anos de ensino remoto e a retomada das aulas presenciais trouxe novos desafios a todos.

#### **Orientações para elaboração do texto:**

- Apontar os principais desafios enfrentados durante a pandemia e descrever as ações desenvolvidas pelo câmpus nesse período, tais como:
  - Manutenção do vínculo entre os membros da comunidade.
  - Auxílio aos estudantes com a distribuição de kits de alimentação, disponibilização de computadores e acesso à internet.
  - Estabelecimento de canais de comunicação com os estudantes e suas famílias.

- Apontar os desafios que estão sendo enfrentados com o retorno às atividades presenciais e descrever as ações que estão sendo desenvolvidas, tais como:
  - Acolhimento e integração dos servidores.
  - Acolhimento e integração dos estudantes.
  - Integração e diálogo com as famílias.
  - Apoio ao estudante.
  - Recuperação das aprendizagens.

## Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações

Desde 24 de setembro de 2014, foram realizadas mais de 30 (trinta) reuniões da Comissão de Elaboração do PPP, 7 (sete) apresentações para toda a comunidade, 2 (duas) apresentações aos docentes durante planejamento pedagógico, 6 (seis) videoconferências, criação de *blog*, cuja finalidade foi estabelecer um canal de comunicação com a comunidade interna e externa no período de execução do PPP, 2 (duas) consultas públicas via formulário *online*, 2 (duas) oficinas de elaboração do capítulo VI, junto aos discentes e diversos atendimentos setoriais para os servidores que tinham interesse em esclarecer dúvidas sobre o envio de sugestões de ações para o Capítulo VI.

A partir das participações e considerações enviadas pela comunidade escolar, houve a compilação e a redação das metas e ações para a Proposta Político-Pedagógica do Câmpus Cubatão. Foram consideradas e registradas todas as indicações enviadas pela comunidade escolar por meio de *e-mail*, postagem em *blog*, e através de dois *links* disponibilizados no *googleform* ([https://docs.google.com/forms/d/1AfH64bJ3xprERY9Us-\\_LOKco5ePDhwQF903G6rciSPc/viewform?c=0&w=1](https://docs.google.com/forms/d/1AfH64bJ3xprERY9Us-_LOKco5ePDhwQF903G6rciSPc/viewform?c=0&w=1) e <http://goo.gl/forms/qMIdCk8ce>), que possibilitaram o envio de ações para o Capítulo VI do PPP, pela comunidade interna e

externa, em formulário específico, contendo as dimensões sugeridas pelo PPP - Dimensão do Ensino, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Extensão e Administrativa.

Salienta-se que foram aceitas sem exceções as indicações de todos os segmentos do câmpus: alunos, servidores (professores e técnico-administrativos), pais e pessoas da comunidade externa. Após o primeiro momento de indicação e sugestão, foram realizados o registro e a apresentação à comunidade em duas reuniões (ocorridas em 09 e 14 de setembro de 2015). Após as reuniões, a comissão do PPP definiu, em conjunto com a comunidade escolar, que cada proposta seria acatada e registrada no capítulo VI do PPP do Câmpus Cubatão.

Os diagnósticos e as ações recebidos refletem os anseios da comunidade para efetivar, de fato, uma educação de qualidade no câmpus nas dimensões apresentadas. Segundo análise dos presentes nas reuniões de socialização e discussões sobre as propostas, houve consenso de que são propostas viáveis e necessárias, mas que algumas dependem de fatores externos ao câmpus, como o caso de disponibilização de recursos para o Programa de Assistência Estudantil (PAE) com maior rapidez e demais recursos financeiros para efetivar ações que dependem diretamente de uma previsão orçamentária.

Outras ações solicitadas, já estão ocorrendo, de acordo com a Direção Geral do câmpus. O fato de a comunidade solicitá-las como algo inédito causou estranhamento pela Direção Geral. Segundo os presentes na reunião de socialização e discussão das ações, ficou demonstrada a necessidade de se envidar esforços para que a comunicação dos gestores da escola com a comunidade escolar seja mais efetiva, diversificada e direta.

A divulgação de ações e o diálogo com todos da unidade de ensino – equipe de gestão, administração, alunos, pais, professores e demais servidores - se fazem necessários.

Fica clara a necessidade de se investir na comunicação social e em ações que socializem demandas no ambiente acadêmico, para que todos, de uma forma mais efetiva e democrática, participem, critiquem e contribuam para que se chegue a um consenso em ações efetivas para a comunidade escolar.

Notou-se que a infraestrutura é um outro fator de grande preocupação da comunidade escolar, desde situações do cotidiano escolar referente à manutenção diária do próprio público a ações de conscientização em preservação do patrimônio escolar. Demais sugestões apontaram para a necessidade de um ambiente mais sustentável, organizado e democrático. Os exemplos foram a indicação de eleições para coordenadores e diretores dos setores escolares, o direito de definir quais são as reformas e construções necessárias ao ambiente acadêmico, participação nas definições e divisões orçamentárias entre outras ações essenciais à qualidade de vida no câmpus - para os alunos e servidores.

Outra questão é a necessidade de uma maior autonomia, mostrando a importância da concretização do Conselho de Câmpus (CONCAM), com efetivação em final de 2015, após o processo eleitoral.

Considerando a realidade local, foi preciso criar mais uma **dimensão**, para além das dimensões sugeridas pela Pró-Reitoria de Ensino, incluindo-se a de **infraestrutura de informática**, solicitada pela Coordenadoria de Informática e Pesquisa, que indicaram sugestões que compreenderam a viabilização de sistemas informatizados de gestão administrativa e educacional, buscando acompanhamento e controle de demandas diversas do câmpus. As demais sugestões, advindas dos membros da comunidade foram registradas conforme quadro geral sugerido.

A Comissão de Elaboração, na conclusão de seus trabalhos, após enviar para a equipe da Pro- Reitoria de Ensino que coordena os trabalhos de todos os câmpus, também entregará uma cópia do documento enviado - Projeto Político Pedagógico - à Direção Geral do Câmpus Cubatão e a todos os servidores por e-mail e aos membros eleitos para o Conselho de Câmpus, disponibilizando cópias para o Grêmio Acadêmico Chico Mendes e Diretório Acadêmico, para acompanhamento e efetivação do PPP.

## 6.1 - Dimensão: Ensino

6.1 - Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p><b>1. Apoio/voz ao aluno:</b> falta a participação dos estudantes em decisões importantes para o Instituto e também, atenção por parte das coordenadorias, para com o aluno. Isso, conseqüentemente, afeta ao desempenho e aprendizado do estudante.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Incluir os estudantes nas decisões importantes para a escola, como, por exemplo na escolha dos coordenadores de curso;</p> <p><b>Ação 2:</b> Realizar reuniões bimestrais/trimestrais com os alunos para saber como está o desempenho/progresso na escola,</p>	<p>Diretoria Adjunta de Apoio ao Ensino (<b>DAE</b>), <b>Diretoria Acadêmica (DAC)</b>,            Coordenadoria de Ensino (<b>CEN</b>),            Coordenadoria Sociopedagógica (<b>CSP</b>) e <b>Função Comissionada de Coordenação de Ensino Médio Integrado ao Técnico (FCC CTII)</b></p> <p><b>Prazo:</b> início último bimestre de</p>

	<p>não só nas disciplinas, como também no psicológico. Especialmente com os estudantes do 1º ano;</p> <p><b>Ação 3:</b> Oferece Recuperação Paralela aos alunos com dificuldade de aprendizagem.</p>	2015 e continuidade em 2016.
<p><b>2. PAE:</b> Os atrasos no pagamento do PAE são, cada vez mais constantes.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Organizar melhor a distribuição do PAE e providenciá-lo no menor tempo possível, para o bem maior dos alunos que o utilizam.</p>	<p><b>DAE, CSP, Diretoria de Administração (DAD) e CSF.</b></p> <p><b>Prazo:</b> início de 1º semestre de 2016.</p>
<p><b>3. Dificuldades no controle e acompanhamento</b> das ações pertinentes ao Programa de Assistência Estudantil/PAE.</p>	<p><b>Ação1:</b> Informatização do Programa de Assistência Estudantil;</p> <p><b>Ação 2:</b> Contratação de mais um (a) assistente social</p> <p><b>Ação 3:</b> Acompanhamento da frequência dos alunos inscritos no PAE; quinzenal ou mensal, para que possamos trabalhar com as causas de uma possível evasão;</p> <p><b>Ação 4:</b> Criação de sistema informatizado de frequência escolar do qual ajudaria a prevenir a evasão.</p>	<p><b>1) Coordenadoria de Informática e Pesquisa (CIP) /DRG;</b></p> <p><b>2) DAE/DRG;</b></p> <p><b>3) CRE/DAE;</b></p> <p><b>4) CIP/DRG;</b></p> <p><b>5) CSP/DAE.</b></p> <p><b>Prazo: Início 2016</b></p>

<p><b>4. Excesso de demandas no atendimento/acompanhamento do PAE.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Criar uma Coordenadoria específica para assuntos relacionados a Assistência Estudantil.</p>	<p><b>DAE e DRG</b></p> <p><b>Prazo: Início 2016</b></p>
<p><b>6.1 - Dimensão: Ensino</b></p>		
<p><b>Diagnóstico</b></p>	<p><b>Proposta de ação</b></p>	<p><b>Responsáveis/ Prazos</b></p>
<p><b>5. Reforços nas disciplinas da área técnica:</b> nas matérias regulares do ensino médio, os professores costumam dar aulas de reforço pelo menos uma vez por semana no contra turno, porém, nas disciplinas técnicas isso não ocorre, ou então, bem pouco.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar as aulas de reforço e, caso não seja possível com os professores, que sejam feitas por alunos voluntários, que tenham mais facilidade nas disciplinas da área técnica, que podem ajudar. Filosofia da educação colaborativa.</p> <p><b>Ação 2:</b> Fazer levantamento ano/ano para verificar quais as disciplinas os alunos apresentam maior necessidade do apoio complementar.</p>	<p><b>CEN, DAE, CSP, FCC CTII, DAC e Diretoria de Ensino (DEN).</b></p> <p><b>Prazo:</b> início último bimestre de 2015 e continuidade em 2016.</p>
<p><b>6. criar ambiente de aprendizado virtual:</b> Um ambiente virtual com os cronogramas de aula de cada disciplina, além de conteúdos passados em aula pelos professores, disponíveis virtualmente poderia ajudar muito mais os alunos em seu desempenho no Instituto.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar reuniões com os professores para saber a opinião e disponibilidade de cada um deles;</p> <p><b>Ação 2:</b> Montar o ambiente virtual para receber os cronogramas e conteúdo.</p>	<p><b>DAE, DAC, FCC, CTII, CSP e CEN.</b></p> <p><b>Prazo:</b> início 1º semestre de 2016.</p>

<p><b>7. Faltam livros didáticos no Ensino Médio Integrado ao Técnico:</b> Muitos alunos que ingressaram nesse ano letivo de 2015, depois do início das aulas, ficaram sem alguns livros, que são essenciais para as aulas (PNLEM)<sup>12</sup></p>	<p><b>Ação 1:</b> Providenciar livros suficientes para todos os alunos, de acordo com o número de alunos que a própria escola convoca, para matrícula no início de cada ano letivo.</p>	<p><b>DAE, DAC, FCC CTII e CSP.</b> <b>Prazo:</b> início 1º semestre de 2016.</p>
<p><b>8. Setores fechados:</b> Setores como a biblioteca, a enfermaria e a secretaria só abrem depois das 9h00, sendo que, deveriam funcionar a partir do momento que começa o dia letivo, assim que chegam os alunos.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar a mudança no horário de funcionamento desses setores, adaptando-os às necessidades, tanto dos alunos, como dos professores.</p>	<p><b>DAE e CRD.</b> <b>Prazo:</b> início último bimestre de 2015.</p>
<p><b>6.1 - Dimensão: Ensino</b></p>		
<p><b>Diagnóstico</b></p>	<p><b>Proposta de ação</b></p>	<p><b>Responsáveis/ Prazos</b></p>
<p><b>9. Ter médico (a) na enfermaria em todos os períodos.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar os ajustes no horário dos profissionais da saúde no câmpus.</p>	<p><b>DAE e Serviço Médico (SMO).</b> <b>Prazo:</b> início último bimestre de 2015 e continuidade 1º semestre de 2016.</p>

12 Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio. *Implantado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país.* Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=582&id=12371&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=582&id=12371&option=com_content&view=article). Acesso em 28/08/2015.

<p><b>10. Projetos:</b> Alguns projetos de dança, teatro e esporte no Câmpus ajudariam os alunos não só a explorarem um pouco mais de cultura como também, melhorarem o desempenho nas disciplinas.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar projetos em parceria com a comunidade local.</p>	<p><b>DAE, CEN, CSP, FCC CTII, DAE e DAC.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1º semestre de 2016.</p>
<p><b>11. Criar mais opções de cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico.</b></p>	<p><b>Ação1:</b> Uma grade com mais opções de cursos levaria uma quantidade maior de alunos a se interessarem por ingressar no Instituto. Muitos alunos que ingressam, não estão interessados no Curso de Informática e cursam essa área por falta de opção; o que leva a um mal rendimento escolar.</p>	<p><b>DRG, DAE, DEN, DAC e FCC CTII.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 31/12/2016</p>
<p><b>12. O curso técnico não deveria ser a única opção.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Voltar a opção de poder cursar apenas o Ensino Médio Regular.</p> <p><b>Ação 2:</b> Deixar os cursos técnicos para os alunos optarem por se gostariam de fazer no contra turno.</p>	<p><b>DRG, DAE, DEN, DAC e FCC CTII.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 ano</p>
<p><b>13. DAE notificando provas.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> DAE notificando provas com uma semana de antecedência. Principalmente aquelas que foram perdidas e estão sendo repostas.</p>	<p><b>DAE</b></p> <p><b>Previsão:</b> 31/12/2015</p>
		<p><b>DRG, DAE, DEN e DAC</b></p>

<p><b>14. Revisão dos horários</b>, no horário da saída no período noturno, considerando o perigo no horário da saída.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar reuniões com os alunos para buscar uma saída legal para o problema.</p>	<p><b>Previsão:</b> 2º semestre de 2015.</p>
<p><b>6.1 - Dimensão: Ensino</b></p>		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p><b>15. O direito aos alunos</b> para poder optar entre TCC ou estágio.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Implementar no câmpus as opções de estágio ou de TCC.</p>	<p><b>FCC CTII e CEX.</b> <b>Prazo:</b> 6 meses</p>
<p><b>16. Falta de apoio para os professores</b> que necessitam utilizar os aparelhos eletrônicos do câmpus, como por exemplo, os projetores.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Fazer uma avaliação dos aparelhos que o câmpus já dispões para ver o que ainda pode ser utilizado. <b>Ação 2:</b> Fazer o pedido dos materiais eletrônicos necessários. <b>Ação 3:</b> Instalar os equipamentos nas salas de aula e nos laboratórios.</p>	<p><b>DRG, DAE, CEN, CSP, FCC CTII e DAC.</b> <b>Prazo:</b> 6 meses</p>
<p><b>17. Criação de um projeto social</b> que aproxime alunos e comunidade.</p>	<p><b>Ação 1:</b> A criação de um projeto social do Instituto, organizado e comandado pelos próprios alunos, ajudaria na construção moral dos mesmos e os aproximaria da comunidade.</p>	<p><b>DRG, DAE, DEN e DAC</b> <b>Previsão: 01/04/2016</b></p>
<p><b>18. Criar Seguro de Saúde para os alunos: saúde física e dental.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Fazer um projeto para contratar empresa de seguro saúde, criar um grupo de pessoas</p>	<p><b>DRG, DAE, DEN, DAC e CSF</b> <b>Previsão: 2016</b></p>

	para acompanhar e verificar o retorno desse projeto. <b>Ação 2:</b> Criar o Seguro Saúde em grupo, para atendimento ao aluno, melhorando a auto estima do aluno.	
<b>19. Integrar efetivamente os docentes dos cursos Técnico integrado ao nível médio</b>	<b>Ação 1.</b> Realizar atividades conjuntas e discussões pedagógicas mensalmente, para evitar esta separação com encontro só final de ano no conselho deliberativo; <b>Ação 2:</b> Participação dos professores nas reuniões de Pais.	<b>Todos os Coordenadores de Curso, DAE, CSP e pais e responsáveis</b>
<b>20. Normatização de condutas e regras</b>	<b>Ação 1:</b> Elaboração de documento interno que estabeleça regras de conduta e organização dentro do ambiente escolar.	<b>DRG, DAE, DEN, DAC, CEN, CSP.</b> <b>Prazo: início de 2015.</b>
<b>6.1 - Dimensão: Ensino</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>21. Aumento do ano letivo (Dias letivos).</b> Com a extensão dos dias letivos seria possível recuperar conhecimentos necessários aos futuros conteúdos acadêmicos, pois os alunos costumam apresentar dificuldades causando altos índices de reprovação.	<b>Ação 1:</b> Todo início de ano letivo é possível verificar vários alunos com grande dificuldade de assimilar os conteúdos. Com a extensão dos dias letivos seria possível uma recuperação/ preparação paralela ao ano letivo; <b>Ação 2:</b> Quanto mais se pratica uma atividade mais eficiente nos tornamos na execução de tal atividade. Com esta lógica, se os alunos tiverem mais dias letivos é possível que obtenham melhores	<b>DRG e Diretorias</b>  <b>Prazo:</b> Início 2016

	resultados em todos os cursos.	
<b>22. Alto número de alunos fora de sala “bolando aula”</b>	<b>Ação 1:</b> Levantar motivos para falta de comprometimento do aluno e orientação ao docente. <b>Ação 2:</b> Aumentar número de Assistentes	<b>Diretoria, Reitorias, SCP, Coordenadores de curso e docentes.</b> <b>Prazo: 2º semestre 2016</b>
<b>23. Alto índice de reprovação no 1º ano o Ensino Médio Integrado ao Técnico.</b>	<b>Ação 1:</b> oferecer aulas de Nivelamento em contra turno, com reforços e atendimentos de apoio ao discente de forma mais eficaz.	<b>DAE, DEN, DAC, Coordenadores de Curso e CSP. Prazo: 2016</b>
<b>24. Poucos alunos concluem o Curso de Gestão em Turismo no tempo regulamentar de 2 anos e meio.</b>	<b>Ação 1:</b> Verificar, em conjunto com a CPA, os motivos dos alunos não concluírem o curso em 2 anos e meio; <b>Ação 2:</b> Propor ações que estimulem a conclusão e a defesa do Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC) no tempo regulamentar, tais como premiação aos melhores TCCs do ano.	<b>CPA, docentes da área e coordenação do curso.</b> <b>Prazo:</b> com o tema abordado em reuniões de área e conversas com a CPA, redução de tempo médio de permanência no curso até o final do primeiro semestre de 2016.

## 6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
1. Elevar o número de pós-graduados no Câmpus Cubatão	<b>Ação1:</b> Criar cursos de lato sensu e stricto sensu.	<b>Preferencialmente professores do Câmpus.</b>

dos docentes e técnico-administrativos	<b>Ação 2:</b> Dar oportunidade para todos os funcionários. O conceito do Instituto aumenta com o número de funcionários aptos e especializados, trazendo para a Instituição respeito e confiança.	<b>Prazo:</b> Imediato
<b>2. Criar cursos de Pós-graduação na área de exatas e humanas.</b>  “Necessitamos de cursos de pós-graduação na área de exatas e humanas urgente”	<b>Ação1:</b> Criar cursos de lato sensu e stricto sensu na área de exatas.	<b>DRG, DAE, DAC e DEN.</b> <b>Prazo:</b> 2016
<b>3. Revisão do quadro curricular do curso de turismo,</b> e criar uma pós-graduação voltada para área, sendo inovador, pois nos outros polos só existe na área de exatas.	<b>Ação 1:</b> Rever o Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Turismo. <b>Ação 2:</b> Criar uma Pós-Graduação em Turismo.	<b>DRG, DAE, DAC, DEN e Coordenação do Curso de Turismo</b> <b>Prazo:</b> 2016
<b>4. Criar cursos que possam complementar e melhorar o currículo dos alunos.</b>	<b>Ação 1:</b> Realizar estudos e levantamentos para verificar quais os interesses da comunidade escolar.	DRG, DAE, DAC, DEN e coordenadores de cursos, pedagogos e técnico em assuntos educacionais. <b>Prazo:</b> 2016
<b>5. Disponibilizar serviços aos alunos online.</b>	<b>Ação 1:</b> Criar sistemas online dos serviços oferecidos no câmpus, além do Sistema Aurora.	<b>DRG, DAC, DAE, DEN, CIP e CRE.</b> <b>Prazo:</b> 2016
<b>6. Inexistência de cursos de pós-graduação ofertados à comunidade.</b>	<b>Ação 1:</b> Criação de cursos de pós-graduação (stricto e lato sensu); <b>Ação 2:</b> Oferecimento de vagas dos cursos voltadas aos	<b>DEN, DRG, DAC e docentes.</b> <b>Prazo:</b> Até final de 2016.

	servidores do câmpus.	
<b>7. Poucos alunos do curso participam de programas de intercâmbio.</b>	<p><b>Ação 1:</b> Estreitar o contato com a PRX e PRP para verificar quais as reais possibilidades de participação dos alunos do CST em Gestão de Turismo em programas de intercâmbio</p> <p><b>Ação 2:</b> Uma vez identificadas as possibilidades, ampliação da divulgação no câmpus.</p>	<p><b>Coordenação do Curso, CEX, DRG do Câmpus,</b> em esforço conjunto para identificar e estreitar contato com a PRX e PRP.</p> <p><b>Prazo:</b> Aumento do número de bolsas já no <b>1º semestre de 2016.</b></p>

### 6.3 - Dimensão: Extensão

<b>6.3 - Dimensão: Extensão</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazo</b>
<b>1. Falta de política de informatização no câmpus,</b> com a expectativa de futuro.	<p><b>Ação 1:</b> Modernização: Compra de equipamentos de informática e softwares atualizados;</p> <p><b>Ação 2:</b> Criar programas setoriais e que se comuniquem com os setores afins;</p> <p><b>Ação 3:</b> Envolver todos os servidores para desenvolvimento de programas e compra dos equipamentos de informática.</p>	<p><b>CIP, CMA, CAD em conjunto com os Coordenadores, Diretores e Servidores.</b></p> <p><b>Prazo:</b> início do 1º semestre de 2016.</p>
<b>2. Falta de continuidade nos Projetos de Prevenção às Drogas e às DST realizados no câmpus.</b>	<p><b>Ação 1:</b> Solicitar à Direção a incluir no Calendário Escolar para o próximo ano, um sábado por semestre (preferência) ou por ano. Finalidade: um dia destinado</p>	<p><b>DRG, DPE e CEX.</b></p> <p><b>Prazo:</b> início do 1º semestre de 2016.</p>

	<p>a atividades como palestras, filmes, receber palestrantes renomados, órgãos específicos do município, SAMU, convidar a comunidade vizinha;</p> <p><b>Ação 2:</b> Criação de uma comissão que seja destinada às atividades de Prevenção durante o ano todo. Que os alunos e servidores que saibam que podem recorrer à comissão quando necessário.</p>	
<p><b>3. Falta de integração escola/comunidade:</b> Criar Projetos desenvolvidos por alunos, supervisionados por professores e/ou técnicos - administrativos.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Desenvolver ações que integrem alunos e comunidade externa nas áreas de: Turismo, Informática e/ou Automação Industrial;</p> <p><b>Ação 2:</b> Criar cursos de Extensão e Aperfeiçoamento para atendimento da comunidade externa;</p> <p><b>Ação 3:</b> Conhecer e catalogar os recursos da comunidade, para agregar a Escola ou oferecer recursos da Escola.</p>	<p><b>DAE, DAC, CSP, DAE Servidores (Professores e Técnicos- administrativos; Alunos).</b></p> <p><b>Prazo:</b> início do 1º semestre de 2016.</p>
<p><b>4. Interação com a comunidade externa,</b> especialmente escolas públicas de Cubatão.</p>	<p><b>Ação1:</b> Cursinho para ingressar no ensino médio do Câmpus Cubatão ou Etec's.</p> <p><b>Ação 2:</b> Cursinho pré-vestibular.</p>	<p><b>Professores do Câmpus Cubatão</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1º semestre de 2016</p>

### 6.3 - Dimensão: Extensão

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazo
<p><b>5. Não ocorrência de parceria com Unidades Municipais de Ensino</b> no oferecimento de cursos para escolas da comunidade com possibilidade de alunos do IFSP estagiarem nas UMEs.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Estabelecer junto à Secretaria de Educação parceria com as unidades de ensino próximas ao câmpus para oferta de cursos voltados às necessidades apresentadas pelas UMEs, visando auxiliar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno;</p> <p><b>Ação 2:</b> Mobilizar docentes, administrativos e discentes para fazerem parte do projeto;</p> <p><b>Ação 3:</b> Oferecer cursos aqui no câmpus, ou ainda que os envolvidos possam estar nas UMEs.</p>	<p><b>DRG, DEN, DAC, docentes, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais.</b></p> <p><b>Prazo:</b> Para 2016.</p>
<p><b>6. O direito aos alunos para poder optar entre TCC ou estágio.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Implementar no câmpus as opções de estágio ou de TCC.</p>	<p><b>DEN e CEX.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 6 meses</p>
<p><b>7. Desconhecimento do Câmpus Cubatão pela população da Baixada.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Fazer a propaganda e marketing do Instituto, projetando o Câmpus Cubatão nas escolas da rede pública, através de palestras a serem proferidas para esses alunos, no intuito de divulgar e mobilizar estudantes para estudarem no Instituto.</p>	<p><b>Coordenadores, professores e servidores técnico-administrativos.</b></p> <p><b>Prazo:</b> Até janeiro de 2016.</p>

<p><b>8. Criação e fortalecimento do ensino a distância.</b> O ensino é uma ferramenta indispensável nos dias atuais. A entidade de ensino que não ofertar cursos dessa maneira certamente perderá alunos e aliado ao fato de que o volume de recursos destinado ao câmpus é diretamente proporcional a seu número de estudantes, esta seria uma boa maneira de atender à comunidade e aumentar recursos.</p>	<p><b>Ação1:</b> Criação de núcleo físico de EAD, ou seja, criar fisicamente a estrutura necessária (computadores, redes, e etc.);</p> <p><b>Ação 2:</b> Capacitação de servidores.</p>	<p><b>DRG e Diretorias</b></p> <p><b>Prazo:</b> Início 2016</p>
---	---	---

### 6.3- Dimensão: Extensão

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazo
<p><b>09. Aproveitar o conhecimento e capacidade dos alunos e docentes para ajudar na comunidade.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Aulas de reforço e Cursinho preparatório aberto para comunidade com apoio dos alunos da instituição.</p>	<p><b>DAE, Docentes, Alunos e CSP</b></p> <p><b>Prazo:</b> 2016</p>
<p><b>10. Aumento de projetos sociais desenvolvidos em conjunto com instituições de caridade locais.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Aumento do número de projetos de extensão que englobem a temática.</p>	<p><b>Docentes da área de turismo, Coordenação do curso e Coordenação de Extensão.</b></p> <p><b>Prazo:</b> Primeiro semestre de 2016</p>

### 6.4- Dimensão: Administrativa

6.4- Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos

<p><b>1. Dificuldade em localizar documentos/</b> realizar levantamentos.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Realizar levantamento dos tipos de documentos emitidos e recebidos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Aquisição de software de Gestão de Documentos (GED); <b>Ação 3:</b> Capacitar os servidores neste assunto para fins de padronização.</p>	<p><b>DAD, CIP e CGP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 2016</p>
<p><b>2. Alto custo com despesas essenciais</b> (Redução de gastos públicos).</p>	<p><b>Ação 1:</b> Implantar medidas e rotinas para racionalizar o uso de papel;</p> <p><b>Ação 2:</b> Criar projeto de conscientização para redução de custos do consumo de água, energia, materiais de limpeza;</p> <p><b>Ação 3:</b> Implantar rotinas para economizar água e energia;</p> <p><b>Ação 4:</b> Conscientização a comunidade da necessidade de preservação do prédio.</p>	<p><b>DAD, CIP, CCS e CMA.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 2016</p>
<p><b>3. Ausência de uma ferramenta que automatize</b> e controle os agendamentos dos veículos oficiais.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Redesenhar a rotina de solicitação dos carros oficiais;</p> <p><b>Ação 2:</b> Implantar uma solução computadorizada que possibilite fazer todo o planejamento e controle operacional e de gastos com os veículos oficiais.</p>	<p><b>DAD, CMA e CIP</b></p> <p><b>Prazo:</b> 2016</p>

<p><b>4. Maior controle dos contratos</b> de prestação de serviços</p>	<p><b>Ação 1:</b> Implantar sistema computadorizado que permita controlar e monitorar todos os trâmites processuais envolvidos no ciclo de vida de um contrato de terceiros (aditamento e/ou nova licitação).</p>	<p><b>DAD e CIP</b> <b>Prazo:</b> 2016</p>
<p><b>6.4- Dimensão: Administrativa</b></p>		
<p><b>Diagnóstico</b></p>	<p><b>Proposta de ação</b></p>	<p><b>Responsáveis/ Prazos</b></p>
<p><b>5. Maior eficiência e eficácia</b> nos processos administrativos como um todo</p>	<p><b>Ação 1:</b> Redesenhar todos os processos administrativos (reengenharia) de forma a torná-los mais ágeis; <b>Ação 2:</b> Otimizar os processos administrativos com a implantação de ferramenta de BPM; <b>Ação 3:</b> Criar um processo contínuo de aprimoramento profissional por meio de capacitações.</p>	<p><b>DAD e CIP.</b> <b>Prazo:</b> 2016</p>
<p><b>6. Crachás:</b> os crachás demoram muito para serem feitos e entregues. Nesse ano de 2015, ainda não estão disponíveis. O crachá é essencial para a identificação e segurança do aluno, não só no Câmpus, como também em locais em que precisa declarar que está matriculado no Instituto.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Transferir para o Câmpus Cubatão todo o processo de execução dos crachás. Isso inclui: material, foto, impressão, entre outros.</p>	<p><b>DAE, Coordenadoria de Registros Escolares (CRE) e Coordenadoria de Recursos Audiovisuais (CRD).</b> <b>Prazo:</b> os crachás devem ser entregues, no máximo, até o final mês de março, de cada ano letivo, para todos os alunos que ingressarem, por ano. Para o ano de 2016, devem ser adquiridos o</p>

		mais rápido possível, antes do último bimestre.
<b>7. Vestiários com poucos chuveiros e frios:</b> Tanto nos vestiários feminino e masculino, os chuveiros não suportam a demanda de alunos e não fornecem água quente.	<b>Ação 1:</b> Providenciar novos chuveiros.	<b>DAD, CMA e Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF),</b>  <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>8. Janelas:</b> Devido à falta de cortinas nas salas de aula, os alunos e professores sofrem com a luz solar refletida nas carteiras próximas às janelas. Além disso, fica difícil realizar apresentações em slides com o projetor, pois a luz refletida impede a visão.	<b>Ação 1:</b> Providenciar cortinas para as janelas, a longo prazo. A curto prazo, cobri-las com papel específico.	<b>DAD e CMA.</b> <b>Prazo a curto prazo: último bimestre de 2015</b> (Papel específico nas janelas), <b>A longo prazo:</b> Cortinas - 2º semestre de 2016.
<b>9. Bebedouros sem água:</b> Os bebedouros do 1º e 2º andar raramente possuem água e quase nunca gelada.	<b>Ação 1:</b> Conserto ou substituição dos bebedouros com mau funcionamento.	<b>DAD e CMA</b> <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>10. Banheiros:</b> Em alguns banheiros não há fechaduras nas portas, assim como faltam papel para a higiene das mãos e saboneteiras.	<b>Ação 1:</b> Providenciar reformas nas portas e adquirir os materiais que estão em falta.	<b>DAD e CMA.</b> <b>Prazo:</b> A curto prazo: adquirir os materiais que estão em falta, final do <b>último bimestre de 2015.</b> A longo prazo: Reformas das portas - <b>2º semestre de 2016.</b>

<p><b>11. Não há local adequado para o descarte de resíduo orgânico no câmpus.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Fazer o levantamento de quantas lixeiras são necessárias para suprir a demanda do câmpus.</p> <p><b>Ação 2:</b> Inserir as lixeiras para descarte de lixo orgânico no câmpus.</p>	<p><b>DAD e CMA.</b></p> <p><b>Prazo:</b> Realizar as ações em um prazo de até 3 meses</p>
<p><b>12. Em reformas e construções no câmpus, sempre priorizar o prédio do câmpus quando houver obras/reformas.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Sempre avaliar o prédio da instituição antes de começar alguma reforma/obra.</p> <p><b>Ação 2:</b> Priorizar nas reformas e novas construções o prédio do câmpus sempre que houver necessidade.</p>	<p><b>DAD e CMA.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 01/12/2016 (1 ano).</p>
<p><b>13. Falta de reforma no prédio.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Elaboração de projeto básico para reforma dos ambientes do câmpus.</p>	<p><b>DRG, DAD e CMA.</b></p> <p><b>Prazo:</b> A partir de 2016</p>
<p><b>14. Ar-condicionado e ventiladores:</b> Os aparelhos de ar- condicionado e ventiladores das salas de aula costumam não funcionar durante períodos muitos longos e, alguns ainda nem funcionam. Muitos estão até com as abas inferiores quebradas, o que dificulta a ventilação.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Conserto e manutenção dos aparelhos</p>	<p><b>DAD e CMA</b></p> <p><b>Prazo:</b> de 31/12/2015 e 2º semestre de 2016.</p>
<p><b>15. Conserto do toldo</b> que cobre a entrada da escola ou reposição do mesmo para um novo.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Colocar um novo toldo, mais espaçoso para que abrigue uma quantidade maior de alunos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Caso não seja possível, arrumar o toldo já existente que serve de abrigo para os alunos no</p>	<p><b>DAD e CMA.</b></p> <p><b>: 31/12/2015.</b></p>

	sol/chuva na hora da entrada/saída.	
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>16. Projetores que não funcionam:</b> Em algumas salas de aula do câmpus, os projetores (projetores ativos nas salas de aula) não funcionam, o que prejudica, muitas vezes, o plano de aula do professor e dificulta o aprendizado de forma mais dinâmica.	<b>Ação 1:</b> Providenciar novos projetores.	<b>DAD e CMA</b> <b>Prazo:</b> início em 01/04/2016 e continuidade no 2º semestre de 2016.
<b>17. Poucos armários:</b> Os armários disponíveis no Câmpus não são suficientes para suprir a necessidade de todos os alunos.	<b>Ação 1:</b> Providenciar mais armários.	<b>DAD e CMA</b> <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>18. Auditório:</b> O auditório do câmpus não é grande o suficiente para receber as palestras de fora do Instituto (interna e externas).	<b>Ação 1:</b> Ampliação do auditório.	<b>DAD, CMA</b> <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>19. Falta de computadores:</b> É comum a falta de máquinas nos laboratórios da escola, isso prejudica muito nas questões das provas e trabalhos individuais.	<b>Ação 1:</b> Providenciar novos computadores.	<b>DAD, CMA, CIP e CCF</b> <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>20. Falta de recursos para a Comissão de Eventos</b> fornecer coffe brek aos palestrantes, convidados e outras necessidades	<b>Ação 1:</b> Solicitar à administração que seja incluído uma quantidade específica de recursos financeiros, no orçamento para 2016,	<b>CMA</b> <b>Prazo:</b> início 2016

que venham a acrescentar ao trabalho da Comissão.	destinados à Comissão de Eventos.	
<b>21. Laboratórios:</b> Os laboratórios do Câmpus sofrem de infiltração e goteiras, além de possuírem muitos aparelhos quebrados e fora de uso.	<b>Ação 1:</b> Realizar a manutenção dos laboratórios e a troca dos aparelhos quebrados.	<b>DAD, CMA e CSF.</b> <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>22. Falta de política em gestão de pessoas:</b> Criar uma política de Gestão de Pessoas.	<p><b>Ação 1:</b> Desenvolver ações que integrem alunos e comunidade externa;</p> <p><b>Ação 2:</b> Criar cursos de Extensão e Aperfeiçoamento para atendimento da comunidade externa;</p> <p><b>Ação 3:</b> Conhecer e catalogar os conhecimentos da comunidade, para agregar a Escola ou oferecer cursos da Escola;</p> <p><b>Ação 4:</b> Criar dentro da CGP um setor específico para tratar de capacitação, desempenho profissional e competência de cada servidor;</p> <p><b>Ação 5:</b> Desenvolver a avaliação desempenho para os servidores</p>	<p><b>CGP, DRG, DAE, DAC, DEN, DAD, Coordenadores e Servidores.</b></p> <p><b>Prazo:</b> início 2016.</p>

	<p>como instrumento de:  capacitação; análise do nível de  satisfação, insatisfação e  produtividade; levantamento de  habilidades e competências;  <b>Ação 6:</b> Aproveitar os  profissionais do Câmpus para  desenvolver cursos/formação  continuada em serviço;  <b>Ação 7:</b> Promover cursos à  distância de extensão e  especialização no câmpus;  <b>Ação 8:</b> Acompanhar os  servidores afastados por motivo  de saúde;  <b>Ação 9:</b> Promover palestras e  encontros com o objetivo de  refletir/sugerir temas que  abordem a qualidade de vida do  servidor.</p>	
<p><b>23. Falta de recursos para a  Comissão de Eventos</b> fornecer  coffe brek aos palestrantes,  convidados e outras necessidades  que venham a acrescentar ao  trabalho da Comissão.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Solicitar à administração  que seja incluído uma quantidade  específica de recursos financeiros,  no orçamento para 2016,  destinados à Comissão de  Eventos.</p>	<p><b>CCS, CMA e DRG.</b>  <b>Prazo: início 2016.</b></p>
	<p><b>Ação 1:</b> Procurar empresas que  possam atuar dentro do câmpus</p>	<p><b>Prazo:</b> Prazo: 1 ano para  implantação.</p>

<p><b>24. Falta de apoio aos alunos</b> que necessitam fazer impressões e tirar xerox.</p>	<p>com um preço acessível para os alunos.</p>	
<p><b>25. Falta sinalização para acessibilidade de pessoas com cegueira, deficiência visual, surdez e cadeirante.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Reformar e Adequar o Câmpus para atender as Leis e os Decretos que estabelecem exigências sobre a acessibilidade.</p>	<p><b>CMA, DRG, NAPNE, CSP e CCS.</b> <b>Prazo:</b> Início imediato.</p>
<p><b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b></p>		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p><b>26. Abrangência da Comunicação</b> sobre o câmpus.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Implantação de televisões no pátio, com vídeo institucional em LIBRAS e com legenda sobre o Câmpus Cubatão-história.</p>	<p><b>NAPNE, CAD, CCS, CSP e CMA.</b> <b>Prazo:</b> início do ano letivo semestre de 2016.</p>
<p><b>27. Falta de sinalização nas Comunicações acessíveis e arquitetônicas</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Levantamento junto a CMA do câmpus sobre sinalização acessível, custos, prazos e projetos.</p> <p><b>Ação 2:</b> Direcionamentos nos locais por onde deverão ser indicados e colocados a acessibilidade visual, arquitetônica, tátil e outros necessárias a inclusão da pessoa</p>	<p><b>CMA, DRG, NAPNE, CSP e CCS.</b> <b>Prazo:</b> até o término do 1º semestre de 2016.</p>

	<p>com deficiência no ambiente escolar.</p> <p><b>Ação 3:</b> Execução do projeto</p>	
<p><b>28. Falta de apoio aos alunos</b> que necessitam passar o dia no câmpus.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Melhorar a situação do refeitório que necessita de micro-ondas novos.</p> <p><b>Ação 2:</b> Implementar um restaurante para o os alunos dentro do câmpus.</p>	<p>CMA, DRG e CSP .</p> <p><b>Prazo:</b> Prazo para a <b>ação 1:</b> 4 meses, e a <b>ação 2:</b> 1(um) ano para implantação.</p>
<p><b>29. O Organograma não passou pelo crivo da comunidade escolar.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Consultar a comunidade escolar para estabelecer a estrutura organizacional do Câmpus, através de audiências públicas.</p>	<p>Conselho de Câmpus (COCAM), DRG e Representantes da comunidade escolar.</p> <p><b>Prazo:</b> Imediato, assim que o Conselho de Câmpus for constituído.</p>
<p><b>30. Para evitar fraude:</b> Inscrição no protocolo no sistema SIGA quando envolver qualquer tipo de eleição. Ex.: Conselho de Câmpus, Direção Geral, representantes em comissão eleitoral, processo seletivo de qualquer natureza, etc.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Protocolar as Inscrições na Coordenadoria de Documentação e Arquivo através do sistema SIGA, para haver lisura desde o início do processo.</p>	<p>Coordenadoria de documentação e Arquivo (<b>CDA</b>).</p> <p><b>Prazo:</b> início imediato</p>

<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>31. Eleições para cargo de</b> Diretoria e Gerência “CD”.	<b>Ação 1:</b> Eleições para cargo de Diretoria e Gerência “CD”.	<b>COCAM.</b>  <b>Prazo:</b> imediato, quando o Conselho for constituído.
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>33. Alimentação:</b>  Os microondas do Câmpus são muito velhos e não dão mais conta da demanda de alunos que os utilizam diariamente; Devido ao fato de que muitos alunos almoçam no Câmpus, seria ótimo se o Instituto disponibilizasse um restaurante self-service ou algum recurso, como Vale-refeição.	<b>Ação 1:</b> Realizar levantamento de quantos alunos almoçam no Instituto diariamente e, com base nisso, pensar em possibilidades de inclusão de restaurantes ou Vale-refeição para os alunos.	<b>DRG e DAD.</b>  <b>Prazo:</b> 1º semestre de 2017.
<b>34. Construção do restaurante estudantil.</b>	<b>Ação 1.</b> Priorizar a construção do restaurante estudantil do câmpus, que ajudaria muitos alunos que fazem parte de alguma bolsa extensão, iniciação científica, bolsa ensino ou que frequentam	<b>DRG, CMA e DAD.</b>  <b>Prazo:</b> 01/12/2016.

	algum reforço periodicamente no Instituto.	
<b>35. Melhorar lanches recebidos pelos alunos.</b>	<b>Ação 1:</b> Enquanto o restaurante estudantil não sai do papel, melhorar a qualidade dos lanches recebidos pelos alunos e criar mais opções dos mesmos.	<b>DRG, CMA e DAD.</b>  <b>Prazo:</b> 31/12/2015.
<b>36. Solicitação de transporte para o câmpus para a realização de atividades educativas e culturais práticas, principalmente, visitas técnicas. As atividades práticas fazem parte da aprendizagem dos cursos oferecidos do câmpus. A proposta é que haja pelo menos um micro-ônibus para suprir as necessidades. Ao menos poderia haver verba para fretamento de veículo.</b>	<b>Ação 1:</b> Que nas próximas compras do Câmpus Cubatão possa ser inserida a aquisição de um ônibus e/ou micro-ônibus e que o mesmo previsto a acessibilidade para cadeirantes.	<b>DRG e DAD .</b>  <b>Prazo:</b> 2º semestre de 2016.
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>37. Criação da Coordenadoria de Produção Audiovisual, Artística e Cultural.</b>  <b>Diagnóstico:</b>  Não existe nenhum setor equipado, nenhum local	<b>Ação 1:</b> Elaboração de atribuições e criação do cargo;  <b>Ação 2:</b> Disponibilização de espaço físico e de equipe para o trabalho;	<b>DRG, DAE e DAD.</b>  <b>Prazo:</b> 1º semestre de 2016.

<p>adequado ou pessoas trabalhando para produzir material didático em audiovisual, promover ações culturais e artística. Tudo acontece no âmbito da improvisação e descontinuidade. Uma escola deve ter em mente que cultura, arte e produção audiovisual são ações necessárias para o desenvolvimento da cidadania e formação de seu corpo discente. Servidores (professores e técnicos-administrativos), podem desenvolver estas atividades e, obviamente, estagiários e monitores podem participar do processo, aprendendo e auxiliando na produção/execução das atividades.</p>	<p><b>Ação 3:</b> O desenvolvimento dos trabalhos. Num setor destes, várias ações são englobadas: Produção de vídeos didáticos, paradidáticos, aulas em LIBRAS e vídeo-aulas para cursos de EAD, cursos de teatro, fotografia e vídeo, radiodifusão, criação de rádio interna, aulas de violão e música, como canto coral, por exemplo, desenvolvimento de ações em artes visuais (HQ's, desenho, pintura, artesanato, charges, etc.), bem como incentivo ao aprendizado de jogo de xadrez com aulas, campeonatos e participação em torneios. As atividades podem estar abertas não só aos alunos, mas a toda comunidade.</p>	
<p><b>38. Não existência de material de divulgação apropriado</b> para divulgação do câmpus e seus cursos.</p>	<p><b>Ação 1:</b> Aprovar projeto básico, já elaborado pela CCS, que vise à contratação de empresa gráfica para imprimir banners, folders e cartazes com informações sobre os cursos ofertados no Câmpus Cubatão; <b>Ação 2:</b> Separar parte do orçamento para este tipo de demanda.</p>	<p><b>CCS e DAD.</b> <b>Prazo:</b> Para 2016.</p>
<p><b>39. Falta de transparência na utilização dos recursos</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Divulgar periodicamente de forma clara, os recursos utilizados através do site do</p>	<p><b>Diretoria Geral do Câmpus Cubatão/Diretoria</b></p>

<b>financeiros do Câmpus Cubatão.</b>	câmpus, como forma de prestação de contas à comunidade escolar.  <b>Publicar os contratos vigentes com os respectivos fiscais no site do Câmpus Cubatão.</b>	<b>Administrativa/Coordenadoria de Comunicação Social</b>  <b>Prazo:</b> até o término do 1º semestre de 2016.
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<b>40. Ausência de Política de Gestão de Pessoas.</b>	<b>Ação 1:</b> Desenvolver e implantar políticas de desenvolvimento pessoal.  Investir em programas que melhorem a saúde e qualidade de vida dos servidores como realizações de palestras e implantação da ginástica laboral.  Elaborar plano anual de capacitação e qualificação dos servidores do Câmpus Cubatão.	<b>DAD e CGP.</b>  <b>Prazo:</b> até o primeiro semestre de 2017.
<b>41. Falta de cursos de capacitação aos servidores.</b>	<b>Ação 1:</b> Oferecer cursos aos servidores que os capacitem a melhor prestar seus serviços no âmbito do câmpus.	<b>CGP, DAD e DRG.</b>  <b>Prazo:</b> Para início de 2016.
<b>42. Inexistência de Comunicação Visual no câmpus.</b>	<b>Ação 1.</b> Aprovação de projeto, já elaborado pela CCS, de contratação de empresa que realizará a sinalização do câmpus.	<b>DRG e DAD.</b>  <b>Prazo:</b> Para início do ano de 2016.
<b>43. Transparência na divisão orçamentária e demonstração</b>	<b>Ação 1:</b> Apresentar à comunidade em reunião o orçamento anual, demonstrando gastos previstos e	<b>Todas as coordenadorias e diretorias.</b>

das prioridades de gastos do câmpus.	em ordem de prioridades. <b>Ação 2:</b> Possibilitar a participação das coordenadorias e diretorias nas decisões e modificações relativas ao orçamento apresentado.	<b>Prazo:</b> Para início de 2016.
<b>44. Trânsito de aluno no ambiente escolar.</b>	<b>Ação 1:</b> Contratar empresa para controle de acesso de aluno. <b>Ação 2:</b> Sinalizar com faixas, a rua de entrada e saída de aluno, colocar limite de velocidade, proibir o estacionamento de veículo nessa área, colocar guia nas laterais e proporcionar acessibilidade.	<b>DRG e DAD</b> Ver a possibilidade junto ao órgão de trânsito para orientar e fazer a marcação das faixas de sinalização. <b>Prazo:</b> Início de 2016.
<b>45. Para melhorar o organograma e o regimento interno.</b>	<b>Ação 1:</b> Revisar o organograma do nosso câmpus; <b>Ação 2:</b> Definir responsabilidade por setor e coordenadoria. Divulgar a todos os servidores.	<b>Com a participação de todos os servidores.</b> <b>Prazo:</b> início imediato
<b>46. Falta consenso de ação entre os servidores no tocante à comunicação.</b>	<b>Ação1:</b> Democratizar a comunicação para as ações que sejam de comum acordo e se tenha uma mesma linguagem.	<b>Todos os servidores</b> <b>Prazo:</b> até janeiro de 2016
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>

<p><b>47. Falta sala específica para o Programa de Auxílio Estudantil.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Reestruturação das salas priorizando a necessidade de confiabilidade e sigilo para os alunos em vulnerabilidade social.</p>	<p><b>DRG e DAD.</b> <b>Prazo:</b> Até setembro de 2015.</p>
<p><b>48. Infraestrutura pós-reforma diminuta para a Coordenadoria Sócio pedagógica, uma vez que é composta por um grande número de servidores e tem um grande volume de atendimento a pais e alunos.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Ceder mais uma sala à Coordenadoria.</p>	<p><b>Diretoria de Administração</b> <b>Prazo:</b> Até setembro de 2015.</p>
<p><b>49. Criação da figura de ombudsman ou ouvidor.</b></p>	<p><b>Ação1:</b> Esta figura deverá gozar de algumas prerrogativas junto às instâncias superiores do câmpus tais como: Livre acesso ao conselho do câmpus e ao Diretor Geral do Câmpus. Tais prerrogativas devem existir para que os superiores tenham que receber e dar encaminhamento às recomendações/sugestões/reclamações do ombudsman.</p>	<p><b>DRG e DIRETORIAS</b> <b>Prazo:</b> 2016</p>
<p><b>50. Servidores sem crachá, por falta de material para a sua confecção.</b></p>	<p><b>Ação1:</b> Agilização na compra do material, trabalhando a importância do uso do crachá.</p>	<p><b>DAD.</b> <b>Prazo:</b> Até 2016.</p>
<p><b>51. Falta de treinamento prático para servidores técnico- administrativos que não ocupam cargos técnico (cargos que não foram exigidos diplomas de curso técnico ou superior).</b></p>	<p><b>Ação1:</b> Apresentar o ambiente organizacional onde o servidor vai trabalhar e ensinar na prática as tarefas que serão designadas ao novo servidor</p>	<p><b>Chefia imediata ou quem a chefia imediata designar para ensinar o serviço</b> <b>Prazo:</b> até cinco dias após a entrada em exercício</p>

<b>52. Construção de uma nova ala administrativa.</b>	<b>Ação 1:</b> Alongar a atual ala administrativa para oferecer melhores condições de trabalho e separar fisicamente da ala pedagógica. Com o advento desta construção a biblioteca, que funciona no pavimento inferior à ala administrativa, ganharia uma expansão que hoje já se demonstra necessária.	<b>DRG e DAD</b> <b>Prazo: 2016</b>
---	--	--

#### 6.4 - Dimensão: Administrativa

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<b>53. Construir posto de protocolo e de secretaria na entrada do câmpus.</b>	<b>Ação1:</b> Construir salas ao lado da portaria para o atendimento do público e evitar a entrada desnecessária de pessoas no câmpus. Tais salas seriam extensões do protocolo e da secretaria.	<b>DRG e DAD.</b> <b>Prazo: 2016</b>
<b>54. Construção de prédio destinado a laboratórios e salas de aula.</b>	<b>Ação 1:</b> Construir um bloco de laboratórios multiuso, fato que pode alavancar a criação de cursos de licenciatura, engenharias e outros.	<b>DRG e DAD</b> <b>Prazo: 2016</b>
<b>55. Falta de apresentação aos servidores novos dos cursos oferecidos no câmpus, das atividades extracurriculares, dos ambientes como sala dos professores, biblioteca, banheiros, laboratórios.</b>	<b>Ação 1:</b> Treinamento Introdutório – uma apresentação com a participação de vários setores, cada um explicando um pouco das atividades desenvolvidas. E alguém para acompanhar o servidor novo por alguns dias para que haja familiarização com a escola.	<b>Comunicação Social e Gestão de Pessoas.</b> <b>Prazo: 1º semestre 2015</b>
<b>56. Não há critérios para uso da verba de capacitação. Não se define, quais são as prioridades do câmpus.</b>	<b>Ação1:</b> Implantação do Plano Anual de Capacitação – PAC.	<b>DRG e CGP</b> <b>Prazo: outubro/2016.</b>
<b>57. Criação de canal eletrônico de comunicação. Não existe no Câmpus Cubatão um canal de comunicação onde a comunidade possa relatar seus anseios, suas</b>	<b>Ação 1:</b> Criar um meio eletrônico na página do câmpus de uma espécie de Serviço de Atendimento à Comunidade (SAC). Ficaria mais fácil essa	<b>DRG e DAD</b> <b>Prazo: 2016</b>

dúvidas, suas sugestões ou questionamentos.	troca de informações.	
<b>58. Falta de um regulamento disciplinar atualizado para o câmpus.</b>	<b>Ação 1:</b> Publicar o regulamento.	<b>DRG</b> <b>Prazo: 2016</b>
<b>59. A falta de divulgação da missão, visão e valores.</b>	<b>Ação 1:</b> Divulgar a missão, visão e valores do câmpus.	<b>DRG</b> <b>Prazo: Imediato</b>
<b>59. Falta de alguma solenidade para o servidor que se aposenta e para o professor substituto que termina o contrato.</b>	<b>Ação 1:</b> Divulgação da saída e agradecimento por escrito.	<b>DRG, CCS e CGP.</b> <b>Prazo: 2º semestre 2016</b>
<b>60. Falta de estrutura tecnológica para informatização de serviços administrativos.</b>	<b>Ação 2:</b> Informatizar inscrição do PAE.	<b>CIP e DRG</b>
<b>6.4 - Dimensão: Administrativa</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>61. Dificuldade na aquisição de mobiliário para o Laboratório de Turismo.</b>	<b>Ação1:</b> Estreitamento de contato com a Direção Administrativa do câmpus, e estudo acerca das diferentes formas de aquisição de mobiliário, seja via Projeto Básico, seja via Sistema de Registro de Preço (SRP).	<b>Coordenação do curso, com o auxílio dos docentes da área e a DAD.</b> <b>Prazo: 1 semestre de 2016</b>
<b>62. Necessidade de Criação da CIPA Escolar.</b>	<b>Ação 1:</b> Criar a CIPA Escolar; <b>Ação 2:</b> Promover a Eleição para a CIPA Escolar com base na legislação vigente.	<b>DRG e DAD.</b> <b>Prazo: 2º semestre de 2015.</b>

## 6.5 Dimensão: Informática

<b>6.5 - Dimensão: Informática</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação/ Iniciativa Estratégica</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
<b>1. Projetos relacionados à área de informática.</b>	<p><b>Ação 1:</b> Implantação organizacional projetada com todos os encaminhamentos necessários ao se implantar uma arquitetura deste tipo;</p> <p><b>Ação 2:</b> Implantação de um escritório de projetos;</p> <p><b>Ação 3:</b> Implantação de uma política de gestão de projetos baseada em um guia de melhores práticas (p.e. PMBoK).</p>	<p><b>DRG, DAD e CIP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>
<b>2. Gestão de Incidentes.</b>	<p><b>Ação 1:</b> Implantação da metodologia de gestão de incidentes (p.e. ITIL) juntamente com a definição das SLAs para cada chamado técnico aberto;</p> <p><b>Ação 2:</b> Implantação de um sistema de gestão de incidentes (p.e. GLPI) que permita ao final do atendimento uma avaliação online do usuário.</p>	<p><b>CIP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>
<b>3. Governança de TI.</b>	<p><b>Ação 1:</b> Implantação de uma metodologia de governança de TI (p.e. COBIT);</p> <p><b>Ação 2:</b> Implantação de uma ferramenta de gestão corporativa de TI (p.e. GEPLANES).</p>	<p><b>CIP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>

<p><b>4.Redundância do Link de Internet.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> aquisição de um link redundante de Internet para servir de contingência para o link atual da RNP</p>	<p><b>CIP e DAD.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>
<p><b>5.Redes sem fio.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Aquisição de um gerenciador corporativos de pontos de acesso e treinamento sobre como usá-lo</p> <p><b>Ação 2:</b> Aquisição de APs corporativos que suportem grande quantidade de usuários conectados simultaneamente e que permitam trabalhar com outras frequências.</p>	<p><b>CIP e DAD.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>
<p><b>6. Servidores.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Aquisições de licenças de servidores Windows atualizadas (última versão).</p>	<p><b>CIP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>
<p><b>7. Comunicação Interna.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Redefinição dos canais e métodos de comunicação entre os departamentos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Implantação de uma rede social corporativa.</p>	<p><b>DRG, DAD e CIP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>
<p><b>8. Integração.</b></p>	<p><b>Ação 1:</b> Criação de um subsetor atrelado à CIP responsável por planejar, executar e controlar todas as demandas direcionadas à CIP distribuídas nos seguintes grupos de processos: risco, qualidade, aquisições, escopo, custo e tempo.</p>	<p><b>DRG, DAD e CIP.</b></p> <p><b>Prazo:</b> 1 semestre de 2016.</p>

## **Capítulo 7 – Construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico**

### **7.1 – Processo de construção do PPP**

### **7.2 – Acompanhamento e avaliação do PPP**

## Referências Bibliográficas

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ASPESI, Cristina de Campos; DESSEN, Maria Auxiliadora; CHAGAS, Jane Farias. **A ciência do desenvolvimento:** uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora.

BARROSO, João (org.). **O Estudo da Escola.** Portugal: Edições 70,

LDA,2009. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** São

Paulo: Paz e Terra, 1992.

BORDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia.** Construções da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

Brasil. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica:** concepções e diretrizes – 2010.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. Os institutos federais: **Uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Eliezer Pacheco.

BRASIL. MEC/Setec. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** Concepções e Diretrizes. Brasília: MEC/Setec, 2010. Disponível

em:[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841) Acesso em: 15 set. 2014.

**BRASIL. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania.** Caderno1. Brasília: Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 02 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96).** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 02 de agosto 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Secretaria Especial de Educação e Publicações. Senado Federal, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Secretaria Especial de Educação e Publicações. Senado Federal, 2013.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional (9394/96), comentada e interpretada artigo a artigo.** São Paulo: Avercamp, 2003.

CANÁRIO, R. **Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas.** Porto: Porto Editora, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAMARGO, Rosana; VILELLA, José Eduardo Nogueira. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal.** In: *Sinergia*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2003.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DOURADO, L.F. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha de diretor.** Brasília: INEP, 2004.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da Educação: conceitos e definições.** Brasília: v.1. MEC/SEB, 2007.

DOS REIS, E. **Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias.** *Sinergia*, v. 14, n. 2, p. 98-104, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar – O minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, Maio de 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Editora Paz e terra, 2014.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_, Paulo. **A importância do ato de ler** – em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_, Paulo (1998). **Professor sim, tia não**. São Paulo : Olho D'água.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José, Eustáquio. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

HISRICH, Robert D.; PETERS Michael P.; SHEPHERD Dean A. **Empreendedorismo**. 9ª Edição. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2014.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Moderna, 2009.

HU, S.; KUH, G.D.; GAYLES, J. G. **Engaging Undergraduate Students in Research Activities: Are Research Universities Doing a Better Job?** Innovative Higher Education, v.32, n.3, p.167-177, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014, p. 136-160.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JÚNIOR, Ánderson Luiz Costa (org). **A ciência do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artemed, 2008, p.19-36.

LIMA, Waldísia Rodrigues. **Conselhos Escolares e Avaliação em Larga Escala (IDEB):** uma interlocução possível sobre qualidade escolar? Editora: Novas Edições Acadêmicas-OmniScriptum GmbH & Co.KG. Alemanha, 2014.

LOPES, Kátiuska Lamara Vieira Cavalcanti. **Projeto político pedagógico:** uma abordagem conceitual, Revista Brasileira de Educação e Saúde REBES, Pombal – PB, Brasil, v. 3, n. 3, p. 58-63, jul.-set., 2013.

LUZ, Sonia Maria Dettenborn. **Escola Educar-se.** *Pleiade*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 2, p. 119-132 Jul./Dez. 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da antiguidade aos nossos dias. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A., LAKATUS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5<sup>o</sup> ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MERKEL, C. A. **Undergraduate Research at Six Research Universities:** a pilot study for the Association of American Universities. California Institute of Technology, 2001.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; CHADWICK, Clifton. **Ensinar e Aprender.** São Paulo: Global Editora, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner. (Orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil:** combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, M. R. N. S. **Organização curricular da educação profissional.** In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

PEREIRA, Vilmar Alves; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. **A extensão universitária a partir de Jürgen Habermas e Enrique Leff, Conjectura:** Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 18, n. 2, p. 13-27, maio/ago. 2013.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.  
PDI 2014-2018/IFSP.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em:

<[http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH)>  
. Acesso em 17 de outubro de 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SETEC/MEC. **Concepção e Diretrizes**. 2010.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

TORRES, Lupion Patrícia; IRALA, Esrom Adriano F. **Aprendizagem Colaborativa: Teoria E Prática**. In: TORRES, Lupion Patrícia (org). Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento. Curitiba: SENAR, 2014. p.61-94. Disponível em:<<http://www.agrinho.com.br/material-professor/redes-conexoes-na-producao-do-conhecimento>>. Acesso em 12 dez. 2014.

TRIGO, L. G.G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola**. In:VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (org). **As dimensões do Projeto Político- Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2007

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2007.

VYGOTSKY, L. S. (1978). **Mind in society: The development of higher psychological processes**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

VYGOTSKY, L. S. (1962).**Thought and language**. Cambridge MA: MIT Press.